

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

EUNICE MARIA DA SILVA

EXPECTATIVAS CORRESPONDIDAS OU FRUSTRADAS?
UMA ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS DE RELAÇÃO EM
ENUNCIADOS COM OS OPERADORES *MAS* E *EMBORA*

CURITIBA
2011

EUNICE MARIA DA SILVA

EXPECTATIVAS CORRESPONDIDAS OU FRUSTRADAS?
UMA ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS DE RELAÇÃO EM
ENUNCIADOS COM OS OPERADORES *MAS* E *EMBORA*

Dissertação apresentada como requisito parcial e obrigatório à obtenção do título de Mestre em Linguística no programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Federal do Paraná, sob orientação da Prof^ª. Dr^ª. Claudia Mendes Campos.

CURITIBA
2011

Catálogo na Publicação
Aline Brugnari Juvenêncio – CRB 9ª/1504
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Silva, Eunice Maria da
Expectativas correspondidas ou frustradas? Uma análise
das estratégias de relação em enunciados com os operadores
mas e embora / Eunice Maria da Silva. – Curitiba, 2011.
124 f.

Orientadora: Profª. Drª. Claudia Mendes Campos
Dissertação (Mestrado em Letras) – Setor de Ciências
Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.

1. Língua portuguesa – Conjunções. 2. Língua portuguesa –
Semântica. 3. . Língua portuguesa – Lingüística. 4. Polifonia.
5. Argumentação. I. Título.

CDD 410



PARECER

Defesa de dissertação da mestranda EUNICE MARIA DA SILVA para obtenção do título de **Mestre em Letras**.

As abaixo assinadas CLAUDIA MENDES CAMPOS, SHEILA ELIAS DE OLIVEIRA e CLORIS PORTO TORQUATO arguíram, nesta data, a candidata, a qual apresentou a dissertação:

“EXPECTATIVAS CORRESPONDIDAS OU FRUSTRADAS? UMA ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS DE RELAÇÃO EM ENUNCIADOS COM OS OPERADORES *MAS E EMBORA*”

Procedida a arguição segundo o protocolo que foi aprovado pelo Colegiado do Curso, a Banca é de parecer que a candidata está apta ao título de **Mestre em Letras**, tendo merecido os conceitos abaixo:

Banca	Assinatura	APROVADA Não APROVADA
CLAUDIA MENDES CAMPOS		APROVADA
SHEILA ELIAS DE OLIVEIRA		APROVADA
CLORIS PORTO TORQUATO		APROVADA

Curitiba, 12 de dezembro de 2011

Prof. Dr. Luis G. Bueno de Camargo
Coordenador

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais por terem cuidado de mim, me ensinado os caminhos corretos e me mostrado, pela prática, que com esforços conseguimos ir longe.

AGRADECIMENTOS

A Deus por ter me dado fé e força para superar o cansaço, a preguiça, o sono e outros obstáculos enfrentados.

À minha família pelo apoio, pelo incentivo e por terem suportado e compreendido a minha ausência.

À Claudia, minha orientadora, por sua paciência em ler os meus textos e suas observações sempre pertinentes.

Aos meus amigos pelo companheirismo, pelas palavras de ânimo e de apoio.

À Professora Maria Helena por ter me incentivado a seguir esta carreira.

À Neiva pelas caronas, pela companhia e puxões de orelha.

RESUMO

Este trabalho estuda as estratégias de relação em enunciados que trazem as conjunções *mas* e *embora*. A estratégia utilizada nos encadeamentos com o *mas* tem como característica apresentar um argumento que cria uma expectativa para uma determinada conclusão. Ao ser apresentado o segundo argumento, introduzido pelo *mas*, essa expectativa é quebrada, posto que tal argumento aponta para uma conclusão diferente; esta segunda é a que prevalece no encadeamento como um todo. Os encadeamentos com o *embora* podem apresentar duas estratégias: O *embora* pode introduzir o segundo argumento ou o primeiro; em ambos os casos a conclusão que prevalece no encadeamento é a do argumento que não é introduzido pelo *embora*.

A hipótese defendida no desenvolvimento desta dissertação presume que, em alguns casos, a relação opositiva estabelecida pelo *mas* pode ser prevista já no primeiro argumento, antes mesmo do aparecimento da conjunção, de forma que o surgimento de um argumento que se contrapõe ao anterior pode nem sempre aparecer como uma surpresa. Este trabalho procura descrever algumas das marcas linguísticas que indicam essa adversidade.

Para compreender as estratégias envolvidas no uso das conjunções citadas, foi necessário analisar dois aspectos indissociáveis na formação de tais estratégias: argumentação e polifonia, os quais foram considerados à luz dos trabalhos de Eduardo Guimarães na Semântica do Acontecimento. As análises foram realizadas em um *corpus* formado por textos dos jornais *O Estado de São Paulo* e *O Estado de Goiás*. A conclusão à qual se chegou confirma que é no acontecimento de linguagem que se dá a interação entre argumentação e polifonia. Dessa interação dependem as estratégias de relação estudadas neste trabalho, de forma que, frustradas ou correspondidas, elas são constituídas nessa relação e marcadas linguisticamente.

PALAVRAS-CHAVES: Estratégias de relação; acontecimento; sentido; polifonia; argumentação.

ABSTRACT

This paper studies strategies of relation in utterances expressed with the conjunctions *But* and *Although*. The strategy used at the link connection with *But* aims to present an argument reporting an expectation for a determined conclusion. When a second argument introduced by *But* is presented, the mentioned expectation is interrupted, since such argument points out to a different conclusion; and the second one prevails at the overall link connection. Link connections with *Although* might present two strategies: introducing the second or the first argument; in both cases the conclusion that prevails at this link connection is the one of the argument not introduced by *Although*. The defined hypothesis during development of this dissertation presumes that, in some cases, the opposite relation established by *But* might be foreseen in the first argument, even before the conjunction is given, so that the argument that confronts with the previous one might not always surprisingly appear. The paper also describes some linguistic features that show the referred adversity. In order to comprehend the involved strategies by using these conjunctions, two inseparable aspects at the formation of such strategies were necessary to be analyzed: Argumentation and Polyphony, therefore, Semantics of the Event studies by Eduardo Guimarães were taken into consideration. Analysis was carried out on a *corpus* taken from two newspapers texts: *O Estado de São Paulo* and *O Estado de Goiás*. At conclusion it was confirmed that interaction between Argumentation and Polyphony occurs during language production. And, the hereunder studied strategies of relation depend on this interaction, so that they are in this relation, frustratingly or correspondingly, established according to and linguistically highlighted.

KEYWORDS: Strategy of relation; happening; meaning; polyphony, argumentation.

SUMÁRIO

Apresentação	08
1. Percorrendo o caminho que vai da enunciação ao acontecimento.....	14
1.1. Linguística da Enunciação – Émile Benveniste.....	14
1.2. Teoria da Argumentação na Língua – Oswald Ducrot.....	20
1.2.1. Argumentação.....	21
1.2.2. Polifonia.....	26
1.3. Semântica do Acontecimento – Eduardo Guimarães	33
2. História e funcionamento das conjunções <i>mas</i> e <i>embora</i>	45
2.1 – Da superioridade à adversidade	45
2.2 – Do bom augúrio à concessão	50
2.3 – De conjunções a operadores argumentativos	53
3. Conjunções, recorte e texto: relações de interdependência	59
4. Estratégias diferenciadas no uso de um mesmo operador argumentativo	65
4.1. Mas – acordo não cumprido.....	65
4.2. Indicadores de adversidade	69
4.2.1. Advérbios e desinência verbal	69
4.2.2. Modalizadores escalares	79
4.3. Expectativas correspondidas	85
5. Considerações finais	90
Referências	94
Anexos	98

APRESENTAÇÃO

As questões tratadas neste trabalho derivam de reflexões sobre as estratégias que norteiam o uso das conjunções *mas* e *embora* no português do Brasil. Ambas introduzem enunciados que estabelecem relação opositiva. Diante do conhecimento dessa afinidade semântica entre essas conjunções, interessa-nos compreender o que há por trás da escolha por uma delas e quais as implicações que tal escolha promove para os efeitos de sentido dos enunciados em que estão inseridas.

Partimos do princípio de que o uso dessas conjunções revela a formação de estratégias argumentativas que são marcadas linguisticamente. Faz parte das peculiaridades da língua marcar a argumentação e também o sujeito responsável pela argumentação projetada.

Usando esse princípio como ponto de partida, nos inscrevemos na linha teórica que tem como norte a convicção de que o valor argumentativo de um enunciado é obtido por meio das relações que esse enunciado estabelece com outros enunciados de forma que a argumentação faz parte da estrutura da língua. A compreensão da argumentação nestes moldes encerra uma análise do acontecimento de linguagem que a produz. Destarte, as considerações teóricas salientadas neste trabalho baseiam-se nos conceitos tratados pela Semântica do Acontecimento, teoria que vem sendo desenvolvida por Eduardo Guimarães, e sua relação com a Semântica Argumentativa, teoria que emerge dos questionamentos apontados por Oswald Ducrot, e com a Linguística da Enunciação resultante dos postulados desenvolvidos por Émile Benveniste.

A Semântica do Acontecimento resultou de uma série de estudos que visavam compreender os diferentes modos de constituição do sentido. Nesses estudos, a enunciação sempre ganhou destaque de tal forma que ao conceituar essa vertente teórica, Guimarães (2002b:07) assinala que trata-se de “uma semântica que considera que a análise do sentido da linguagem deve localizar-se no estudo da enunciação, do acontecimento do dizer”, filiando-se assim à Linguística da Enunciação de Émile Benveniste. Em sua busca pela compreensão da configuração do sentido, Guimarães também considerou os pressupostos teóricos da Semântica Argumentativa e reafirmou que a argumentação é uma questão de linguagem. É um dos modos de fazer significar. Além desses, Guimarães também adentrou no campo da Análise do Discurso e de lá

trouxe alguns posicionamentos que endossaram as colunas que sustentam os aspectos tratados pela Semântica do Acontecimento.

No processo de construção da Semântica do Acontecimento, Guimarães passou por essas três vertentes teóricas e delas destacou alguns pontos ora adotando-os, ora reconceituando-os, e ao mesmo tempo trazendo outras questões que primam pela confirmação de que o acontecimento de linguagem constitui um fato “no qual se dá a relação do sujeito com a língua” (2002b:08). Segundo ele, o sentido é processado historicamente. O sujeito¹ na perspectiva de Guimarães deve ser entendido nas dimensões linguística, histórica e social. Tais dimensões se configuram no acontecimento sendo demarcadas por agenciamentos representados por lugares sociais de dizer, isto é, para falar como locutores é necessário vincular-se a uma determinada posição social. Sendo assim, ao mesmo tempo em que o locutor se configura como origem do dizer, se configura também como determinado por um lugar social.

Outro aspecto caracterizador do acontecimento é a sua capacidade de lidar ao mesmo tempo com o linguístico e com o histórico, ambos se instaurando um em função do outro. Assim, o acontecimento tem o formato de uma entidade linguística e ao mesmo tempo apresenta aspectos histórico-sociais. Guimarães encarou esse desafio de colocar lado a lado esses dois pólos: o linguístico e o histórico, e conseguiu superá-lo ao pontuar que o acontecimento é para ele materialidade histórica do real e não um fato no tempo. A relação com o linguístico se dá pelo fato de que a história se faz presente no acontecimento de linguagem, em função da demarcação de uma temporalidade própria. Conforme Guimarães (2002b; 12), a temporalidade se configura por “um presente que abre em si uma latência de futuro (uma futuridade), sem a qual não há acontecimento de linguagem, sem a qual nada é significado, pois sem ela (a latência de futuro) nada há aí de projeção, de interpretável”. O acontecimento não é um fato isolado no tempo, pois recorta uma temporalidade que funciona por conter em si um memorável que o faz significar, tomando o passado não enquanto lembrança (individual), mas enquanto rememoração de enunciações e abre ao mesmo tempo uma latência de futuro.

Os memoráveis asseguram nos enunciados que determinados argumentos apontam para determinadas conclusões, de forma que a argumentatividade do texto se

¹ Usamos o termo sujeito nesse primeiro momento para representar a instância do sujeito de modo geral sem dividi-lo em locutor e enunciador. Já quando usamos o termo locutor nos referimos ao que Guimarães e Ducrot colocam como o responsável pelo dizer.

sustenta no próprio acontecimento que a produz. E a língua apresenta regularidades que marcam tanto o acontecimento como a argumentação projetada por ele.

A nossa proposta é observar nos enunciados que apresentam as conjunções *mas* e *embora* elementos deixados pela própria língua que se encarregam de marcar as estratégias utilizadas para projetar e conduzir à argumentação, que por sua vez, mantém relação direta com o acontecimento que a produz.

Guimarães (2007)², ao descrever o funcionamento das conjunções *mas* e *embora*, chega à conclusão de que há três aspectos que caracterizam o seu uso: polifonia, argumentação e estratégias de relação. Estes mesmos aspectos, com exceção do último, aparecem também nas análises desenvolvidas por Ducrot. Na época em que Guimarães produziu o texto que fala sobre as conjunções do português, ele ainda não tratava de questões salientadas pela Semântica do Acontecimento, teoria que se consolidou nos anos seguintes. Naquele momento, o autor já filiava seu trabalho nas teorias desenvolvidas por Benveniste e Ducrot, esta ainda nas suas primeiras versões. Depois disso, ele continuou desenvolvendo suas pesquisas e concomitantemente Ducrot também não cessou seus trabalhos. Eles optaram por caminhos diferentes, embora não muito distantes. Sendo assim, como a Semântica do Acontecimento ainda não tinha ganhado corpo, os aspectos salientados pelo autor nas descrições das conjunções não trazem discussões que só foram possíveis mais adiante, com o desenvolvimento da teoria.

A nossa tarefa é descrever o funcionamento dessas conjunções, levando em conta o que já foi feito, buscando oferecer para elas um tratamento adequado ao quadro teórico da Semântica do Acontecimento. Vamos recuperar os três aspectos que Guimarães (2007) descreve como caracterizadores do funcionamento de tais conjunções, mas o nosso foco principal é o terceiro: as estratégias de relação. O que nos motivou a adotar este foco foi o entendimento de que compreender as estratégias de relação utilizadas auxilia na compreensão dos efeitos de sentido provocados.

Na descrição de enunciados com o *embora*, Guimarães (op.cit.) considera que o locutor pode valer-se de duas estratégias de relação. Na primeira, cuja estrutura é do tipo *X, embora Y*, o locutor apresenta primeiro um argumento *A* apontando para a conclusão *r* (*A* portanto *r*) e depois apresenta um contraponto ao dizer o argumento

² A primeira edição do livro *Texto e Argumentação* foi publicada em 1987.

iniciado pela conjunção *embora* que aponta para a conclusão não r (embora B portanto não r). A conclusão do encadeamento é r, ou seja, a conclusão já apontada pelo primeiro argumento. Na segunda, cuja estrutura é *Embora A, B*, o locutor estabelece logo no início que o próximo argumento será uma refutação do primeiro. E da mesma forma da estrutura anterior, a conclusão que irá permanecer é a que não contém a conjunção.

Os enunciados com o *mas*, segundo Guimarães (2007), apresentam uma estratégia de relação na qual o locutor apresenta um argumento que aponta na direção de uma conclusão r e em seguida apresenta outro argumento apontando na direção de não r. E esta é a conclusão que prevalece. Em outras palavras, a expectativa criada com a apresentação do primeiro argumento é frustrada com a aparição do segundo. Este aparece como uma surpresa.

No entanto, se assumimos a hipótese de que pode haver elementos linguísticos presentes no primeiro argumento que já antevêm na sua sequência a presença de um segundo argumento introduzido pelo *mas*, devemos também assumir ou procurar entender se existe mais de uma estratégia de relação nos enunciados com o *mas*. Nos empenhamos, neste trabalho, em buscar a confirmação dessa hipótese procurando descrever essas outras estratégias de relação e evidentemente investigando como acontece o fenômeno da polifonia e da argumentação no uso de tais estratégias.

Ao assumirmos tal plano de trabalho, nos colocamos numa posição que implica buscar a compreensão das formas como o Locutor lida com as perspectivas enunciativas e como ele as utiliza para a produção dos efeitos de sentido esperados. Isso também implica que levemos em conta o acontecimento, porque é nele e a partir dele que distinguimos as figuras do sujeito, sua posição e a sua relação com a história, com a memória. É no acontecimento que, pelos memoráveis recortados, compreendemos o sentido daquilo que está sendo dito baseado em lembranças do que já foi dito. Compreendemos ainda o papel das perspectivas enunciativas evocadas, ao relacioná-las com outros acontecimentos em que elas também estavam presentes. É no acontecimento que a argumentação é tida como parte integrante dos sentidos evocados, posto que ao ser sustentada pelos memoráveis recortados no próprio acontecimento, estabelece uma relação de consistência e dependência dele. É nele que são estabelecidas as relações entre argumento e conclusão. O que vai determinar que um dado argumento aponta para uma dada conclusão, ou que uma determinada conclusão é sustentada por um determinado argumento é o próprio acontecimento. A sua materialidade histórica

reconstituída pela temporalização estabelece o conceito de argumento e conclusão. Por esta razão a argumentação mantém uma relação de dependência com o acontecimento. A partir de tal relação é possível compreender aspectos ligados não só ao resgate de memoráveis, mas também à futuridade do texto e sua compreensão. A orientação argumentativa conduz para a futuridade do texto, no sentido de direcionar para a conclusão pretendida. Não a conclusão pretendida pelo falante necessariamente, mas uma conclusão que esteja marcada na língua e no discurso.

Observar o funcionamento de elementos linguísticos destinados a marcar a argumentação no/do acontecimento, para Guimarães (2007), implica considerar não só o enunciado em que tais marcas se manifestam, mas também entender como esse enunciado funciona enquanto parte integrante de um texto. O autor considera o texto como uma entidade empírica cujo processo discursivo revela o cruzamento de várias posições do sujeito, desencadeando, também, uma dispersão de discursos. Ele ainda acrescenta a importância de tal dispersão para a constituição da textualidade, o que, de certa forma, elege o discurso, que tem por unidade de construção o enunciado, como uma unidade da construção do texto. Os enunciados podem marcar diferentes posições do sujeito no texto, que, por sua vez, podem ser marcados por discursos diferentes.

Seguindo esse raciocínio, Guimarães (2007) trabalha com a noção de recorte. A definição de recorte para o autor é a mesma elaborada por Orlandi (1984) que o considera como uma unidade discursiva, um fragmento da situação discursiva o qual apresenta dois aspectos constitutivos: incompletude e polissemia. Esses aspectos trabalham em conjunto mostrando que todo dizer, ao mesmo tempo em que é incompleto, permite uma proliferação de sentidos.

Adotamos essa mesma noção de recorte no desenvolvimento dessa pesquisa. O nosso *corpus* de análise é composto por uma seleção de textos, que contém as conjunções em análise, de diversos gêneros e autores que foram publicados no jornal *O Estado de São Paulo* nos meses de junho e julho de 2009 e no jornal *O Estado do Goiás* nos meses de março e abril de 2011. Desses textos, trabalhamos com os recortes que constituímos como objeto de estudo – os enunciados articulados em torno das conjunções *mas* e *embora* - e os analisamos à luz da Semântica do Acontecimento procurando testar as hipóteses que formulamos. Exatamente pelo fato de trabalharmos com o conceito de recorte tal qual postulado nos trabalhos de Guimarães (2007) e

Orlandi (1984) os textos tomados como um todo também foram considerados nas nossas análises.

Levando em consideração as hipóteses e os objetivos norteadores desta pesquisa, organizamos este texto procurando detalhar todos os passos que seguimos desde o início da pesquisa. Dividimos este caminho em etapas que constituem os capítulos a seguir.

O primeiro se encarrega de mostrar os pressupostos teóricos em numa ordem cronológica. Começamos com Benveniste, indicando os principais pilares de sua construção teórica. Na sequência, apresentamos a Teoria da Argumentação na Língua e, por último, as características principais da Semântica do Acontecimento. Optamos por utilizar essa ordem a fim de compreendermos os movimentos assumidos por Guimarães na constituição de sua teoria, segundo se pode observar na discussão por ele empreendida no livro *Os limites do Sentido* (2002a), no qual o autor apresenta as bases da teoria

No segundo capítulo, tratamos de questões mais específicas sobre as conjunções *mas* e *embora*. Para isso retomamos considerações de outros trabalhos que estudam essas conjunções sob diversas óticas: histórica, gramatical, funcional, dentre outras, e principalmente salientamos o tratamento que a semântica argumentativa dá a essas conjunções.

No terceiro capítulo, apresentamos os métodos e os critérios utilizados para a realização das análises do *corpus* tendo-se em vista os objetivos pretendidos. No quarto, descrevemos as análises propriamente ditas. A partir dos resultados obtidos nestas análises foi possível fazer algumas considerações que se mantiveram ligadas à teoria adotada e que privilegiaram discussões acerca das estratégias de relação utilizadas e como elas contribuíram para a formação da argumentatividade e conseqüentemente para a produção dos efeitos de sentido dos textos analisados. As conclusões que resultaram das discussões acima mencionadas constituem o conteúdo do quinto e último capítulo.

1 – PERCORRENDO O CAMINHO QUE VAI DA ENUNCIÇÃO AO ACONTECIMENTO

O modelo de análise adotado nesta pesquisa filia-se basicamente ao modelo utilizado por Guimarães (2007) no trabalho em que são apresentadas as conjunções do português analisadas sob a ótica da teoria da Semântica da Enunciação de Émile Benveniste entrelaçada com a Semântica Argumentativa de Oswald Ducrot, e ainda serão utilizadas também algumas considerações sobre a Semântica do Acontecimento, teoria principiada pelo próprio Guimarães (2002b) e que tem suas origens nessas outras duas correntes teóricas mencionadas. Esse fato requer que antes de apresentarmos as discussões e as considerações apontadas por Guimarães, recorramos aos teóricos que embasaram seus estudos.

Seguindo essa ordem, este capítulo destinado à fundamentação teórica apresenta uma retomada sucinta dos conceitos da Semântica da Enunciação; uma breve retomada das considerações feitas por Ducrot na constituição da Semântica Argumentativa; e um passeio pelos estudos desenvolvidos por Eduardo Guimarães que o levaram a formular a Semântica do Acontecimento.

1.1. LINGUÍSTICA DA ENUNCIÇÃO – ÉMILE BENVENISTE

O início do século XX foi marcado por um grande salto na história dos estudos da linguagem. A partir de então, estes estudos seguem rumos que ultrapassam o limite de retomadas históricas ou de comparações entre gramáticas. A largada inicial para a constituição dessas novas formas de conceber os estudos linguísticos foi a publicação do *Cours de linguistique générale*, obra póstuma do linguista suíço Ferdinand de Saussure. A partir das anotações realizadas durante as aulas ministradas por Saussure, seus alunos Bally, Riedlinger e Sechehaye fizeram a redação e a publicação do livro mencionado. A proposta apresentada por Saussure é a de compreender o fenômeno linguístico a partir da noção de valor. Noção esta que desencadeia uma série de distinções teóricas: língua x fala, forma x substância, pertinência, significado x significante e signo. E dentre essas destaca-se o conceito de língua como sistema de signos formados pela união do sentido e da imagem acústica (1969).

Essa noção de língua como sistema de signos alicerça uma forte corrente teórica conhecida como estruturalismo linguístico, a qual apresenta um modelo de análise linguística privilegiando puramente aspectos estruturais da língua. Esse modelo foi adotado por diversos linguistas do século passado, no entanto, por volta do final da década de 60, passa a receber críticas, posto que chegou-se à conclusão de que ele desconsiderava aspectos dos fenômenos linguísticos essenciais para sua compreensão, comenta Ilari (2004). Os trabalhos de Émile Benveniste se unem àqueles que pretendem fazer uma revisão do estruturalismo. A inclusão desse autor a tal grupo parte da alegação de que o estruturalismo deixa de lado o sujeito.

Benveniste³ se depara com o desafio que reconhece a necessidade da inserção do sujeito nas análises que partem de um quadro estruturalista pautado na categorização da língua como sistema de signos e estudada a partir de modelos dicotômicos. Diante dessa tarefa desafiadora e inovadora, Benveniste ao longo de sua carreira desenvolve trabalhos que pouco a pouco vão explorando e explicitando cada vez mais as saídas encontradas para o estudo da subjetividade dentro do modelo estruturalista. Os livros *Problemas de Linguística Geral I e II* constituem uma coletânea que apresenta os resultados desses trabalhos que discutem e explicam conceitos fundamentais de linguística sem deixar de lado o sujeito. A respeito desses conceitos tratados nas obras citadas Santos (2007:36) comenta:

Muitas dessas noções redundariam numa concepção de linguagem que, sem paradoxos, assume a ideia de língua como estrutura e, ao mesmo tempo, transcende essa posição, inaugurando, com um método próprio, uma linguística que, sem deixar de ser geral, considera o homem, como sujeito: uma Linguística da Enunciação, na qual a subjetividade e a significação figuram como elementos fundamentais da análise.

³ Os trabalhos de Émile Benveniste foram construídos ao longo de mais de 40 anos, nos quais o autor publicava ou divulgava artigos e outros trabalhos em revistas ou explanações em palestras. Esses trabalhos foram reunidos em dois volumes: *Problemas de Linguística Geral I e II*. Do primeiro volume utilizamos para a construção desse trabalho os capítulos intitulados *Estrutura das relações de pessoas no verbo* (1946), *Da subjetividade da linguagem* (1958), *A filosofia analítica e a linguagem* (1963), *A natureza dos pronomes* (1956), e *Os níveis de análise linguística* (1964). Do segundo volume, recorreremos aos textos *A forma e o sentido na linguagem* (1967), *Semiologia da língua* (1969) e *O aparelho formal da enunciação* (1970).

No corpo do texto, quando nos referimos à essência dos trabalhos de Benveniste de modo geral, não explicitamos datas. Quando mencionamos um texto específico apresentamos a data da edição utilizada: Volume I, 2005 e Volume II, 2006.

Primeiramente, vamos tentar esboçar o estatuto que a significação ganha nos trabalhos benvenistianos e na sequência discorrer sobre a subjetividade tal qual concebida nestes trabalhos.

Em *Os níveis da análise linguística* (2005), Benveniste propõe ordenar os elementos linguísticos em níveis utilizando o método da segmentação e da substituição. Tal ordenação segue uma ordem decrescente que parte da segmentação dos elementos formadores das frases até chegar ao ponto de não haver mais possibilidades de segmentação, isto já no nível dos fonemas. Seguindo a direção inversa, partindo dos fonemas, elementos se integram uns aos outros até chegar ao nível superior que é o das frases. Nesse modo de entender como a linguística se organiza, dois aspectos fundamentais devem ser compreendidos: forma e sentido, que segundo o autor, “devem definir-se um pelo outro e devem articular-se juntos em toda a extensão da língua” (2005:135).

Com o processo de segmentação é possível observar dados relacionados à forma; e com o processo de integração, observa-se as unidades que permitem entender a constituição do sentido. A consideração desses dois pontos cruciais, forma e sentido, estimulou o reconhecimento por parte do autor de que “há para a língua duas maneiras de ser língua no sentido e na forma.” (2006:229). Baseado nesse pressuposto, ele traça uma linha divisória que define “duas modalidades fundamentais da função linguística, aquela de significar para a semiótica, aquela de comunicar para a semântica.” (Ibidem).

A articulação desses dois níveis de significância permite ao autor abrir um novo quadro conceptual onde a ideia de língua como estrutura não é ignorada e a subjetividade assim como a significação são reconhecidas na investida para a constituição da Semântica da Enunciação. Esse fato faz-nos entender que ele toma como ponto de partida o modelo saussuriano, e acrescenta a ele análises que focalizam a enunciação.

O elo que aproxima Saussure (1969) e Benveniste (2006) é o conceito de língua como sistema de signos, o que difunde a elaboração do estudo da significação dentro dos parâmetros da semiótica nos quais o signo é a unidade de análise e a sua relação com o mundo ou com as coisas denotadas não faz parte de seus interesses. Nesse nível, a significação se dá no processo de reconhecimento de traços distintivos de cada signo ao ser relacionado aos demais, conforme explica Benveniste (2006:65)

Todo estudo semiótico, em sentido estrito, consistirá em identificar as unidades, em descrever suas marcas distintivas e em descobrir os critérios *cada vez mais sutis* da distintividade. Desta forma, cada signo será chamado a afirmar sempre e com maior clareza sua própria significância no seio de uma constelação ou em meio ao conjunto dos signos.

No âmbito da semiótica, a significação é tida como parte interna à língua e o signo com suas partes constituintes; significante e significado, constituem o objeto de análise. A noção de valor é também recuperada. Benveniste (2006), assim como Saussure (1969), reconhece as limitações do signo e o compreende como uma entidade abstrata. O reconhecimento do estudo da significação apenas pela via da semiótica fecharia as portas para o desenvolvimento de um estudo da significação que primasse pela realização concreta da língua. Benveniste (2006) não fecha essas portas ao esclarecer que “a língua é o único sistema em que a significação se articula em duas dimensões.” (p.66). Dimensões estas que instauram dois universos conceptuais distintos concebidos a partir “da significância dos signos e da significância da enunciação”, evidenciando que “o semiótico (o signo) deve ser RECONHECIDO; o semântico (o discurso) deve ser COMPREENDIDO.” (Ibidem)

Em suma, “a semiótica se caracteriza como uma propriedade da língua; a semântica resulta de uma atividade do locutor que coloca a língua em ação.” (2006: 230) Essa asserção de Benveniste expressa claramente uma síntese das distinções da dupla significância da língua e implanta as colunas que sustentam a teoria que estava sendo construída: a Semântica da Enunciação. Esta nova forma de semântica reconhece a articulação dos dois níveis de significância por meio de relações integrativas nas quais elementos de um nível se convertem em elementos do outro nível ao serem enunciadas por um *eu* discursivo. Assim são acionadas noções de intersubjetividade, discurso e enunciação e, ao mesmo tempo, a ideia de língua como sistema não é rejeitada.

Ao apresentar o conceito de enunciação, o autor (Idem:82) em *O aparelho formal da enunciação* explicita que “enunciação é este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização”. Sendo assim, a enunciação, entendida como o ato de enunciar, corresponde ao dizer e está para a língua, enquanto o enunciado, que é o resultado do ato de enunciar, corresponde, portanto, ao dito, e está para a fala. Isso pensando-se na dicotomia saussuriana língua/fala. Saussure (1969), no entanto, não trabalha com o nível semântico. Nesse nível as barreiras entre língua e fala são dissolvidas ao promover a enunciação:

É o conceito de enunciação que instaura um nível que não se reduz nem à língua nem à fala, mas que constitui ambas. A enunciação é o ato de tornar fala a língua ... *O aparelho formal da enunciação* apaga as fronteiras entre língua e fala, visto que os elementos que o constituem pertencem, concomitantemente, aos dois níveis. (FLORES & TEIXEIRA 2005:42)

A enunciação através de um ato único e individual de utilização permite que a língua se realize na fala, correspondendo, portanto, “ao momento, em que a língua é posta em ação, convertida em discurso, articulando, portanto, aqueles dois mencionados níveis de significância.” (SANTOS, 2007:50). Por ser um ato único e individual a enunciação instaura a instância da intersubjetividade representada por aquele que enuncia (eu), em oposição àquele para quem o enunciado é destinado (tu); a instância do tempo (agora); e a instância do lugar (aqui), todas elas únicas, irrepetíveis, e a língua dispõe dos recursos formais para marcar esses quatro elementos que a enunciação instaura.

Ao permitir que a língua se realize na fala, a enunciação permite também que a construção do sentido ocorra pelo fato de um sujeito se apropriar da língua utilizando o aparelho formal oferecido por ela, de forma que toda construção de sentido passa por um eu enunciador.

Junto ao conceito de enunciação, Benveniste (2006) explica que a língua oferece ao sujeito um aparelho formal, um conjunto de formas e estruturas que permite a colocação desse sujeito no enunciado produzido.

O conceito de aparelho formal da enunciação mantém Benveniste associado ao estruturalismo, e é esse mesmo conceito que apresenta a inovação de seu pensamento:

É claro, portanto, o clima adverso com o qual se deparou Benveniste, quando da proposta para incluir os estudos da enunciação e por eles os da subjetividade no objeto da linguística, tendo por base o mesmo estruturalismo saussuriano. Pois, se de um lado Benveniste mantém-se fiel ao pensamento de Saussure - na justa medida em que conserva concepções caras ao saussurianismo, tais como estrutura, relação, signo -, por outro apresenta meios de tratar da enunciação ou, como ele mesmo diria, do homem na língua. Esta é a inovação de seu pensamento: supor sujeito e estruturas articulados. (FLORES & TEIXEIRA 2005:30)

Embora Benveniste não tenha citado explicitamente o termo “sujeito da enunciação”, levanta apontamentos que sugerem o entendimento de que ele introduz

este elemento nos seus estudos. Este sujeito da enunciação não corresponde necessariamente ao sujeito sintático, mas a um eu despersonalizado e representado na língua como sendo o responsável pelo discurso. É na enunciação que ele se constitui e é no enunciado que aparecem suas marcas.

Essa questão do sujeito da enunciação fica mais explícita no artigo *Estrutura das relações de pessoa no verbo*, escrito por Benveniste (2005), onde apenas 1ª e 2ª pessoa são consideradas pessoas na enunciação, sujeitos da enunciação, enquanto que a 3ª não se firma como pessoa neste contexto, visto que nem sequer se pronuncia como responsável pelo enunciado. Pertence, portanto, ao nível sintático, posto que a sua função é combinar-se com a referência objetiva de forma independente da instância enunciativa que a contém.

O referido sujeito pertencente à teoria benvenistiana corresponde a um eu-linguístico que se apropria da língua num ato único de utilização e se instala via enunciação. Ele se constitui através da relação com o tu e fala de um lugar e num determinado tempo também instalados pela enunciação. Destarte,

É na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como *sujeito*; porque só a linguagem fundamenta na realidade, na *sua* realidade que é a do ser, o conceito de “ego” (BENVENISTE, 2005:286)

Benveniste (2005) não consegue conceber um conceito de linguagem que seja desvinculado da subjetividade. Para ele, a linguagem

É tão profundamente marcada pela expressão da subjetividade que nós nos perguntamos, se construída de outro modo, poderia ainda funcionar e chamar-se linguagem. (BENVENISTE, 2005:287)

Essa intrínseca relação, explica Santos (2007:39), “não é instrumental, mas pragmática: sujeito e linguagem se atualizam num ato discursivo, a língua posta em ação.” Ou seja, na enunciação.

Ao mergulhar no âmago da Semântica da Enunciação, vemos que a significação resulta da junção do reconhecimento dos traços distintivos dos signos linguísticos relacionados no sistema com a compreensão desses elementos quando colocados em uso. Assim, o próprio ato de enunciar corrobora a obtenção do sentido do que é enunciado. Nesse caso, o foco é voltado para aquele que enuncia, considerado por Benveniste (2005) como o centro de referência. Acontece a união do semiótico e do

semântico, vez que o sistema não é deixado de lado, é acionado ao trazer para a enunciação elementos que a marcam e no exercício de compreensão desses elementos a significação é extraída.

Na apresentação dessa semântica que visa ultrapassar os limites dos estudos saussurianos, Benveniste não só traz para os estudos a enunciação, mas a constitui como objeto de análise e apresenta os métodos pelos quais é possível observá-la nos enunciados. Essa é a grande contribuição dos seus trabalhos para a Linguística Moderna. A partir de reflexões sobre essas inovações propostas por Benveniste, vários linguistas, cada um a seu modo, se empenharam no desenvolvimento de estudos que expandiram as aplicações dessa teoria. Ducrot foi um dos que usou no desenrolar das formulações de seus estudos aspectos salientados pela Semântica da Enunciação. Na próxima seção explicitaremos os pontos de contato entre as teorias desses respectivos autores. E logo depois, falaremos sobre Guimarães (2002a; 2002b), que ao reconhecer a importância de uma semântica que considere a enunciação, aciona Benveniste. A Semântica do Acontecimento tem entre os materiais constitutivos de seu alicerce noções de enunciação e subjetividade advindas do pai da teoria enunciativa.

1.2 – TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO NA LÍNGUA – OSWALD DUCROT

A Semântica Argumentativa deriva de reflexões sobre a Semântica da Enunciação e procura entender o significado das sentenças levando em conta a argumentação que estas projetam. Ducrot lança os fundamentos dessa teoria e não pretende estagnar seu pensamento baseando-o apenas nas primeiras formulações apontadas. Ele se mantém atento a possíveis questionamentos que possam invalidar o ponto principal da sua tese e por isso ele continua desenvolvendo análises e à medida que surgem problemas, soluções são apontadas e a teoria é redimensionada. Nesse processo de retomada e redefinição de conceitos tais estudos já passaram por quatro estágios explica Souza; Santos (2007)

Embora cada vertente, às vezes, tenha assumido concepções diferentes de argumentação e introduzido noções argumentativas de modo a suprir as deficiências da anterior a fim de ter êxito nas descrições semânticas, elas não perderam, contudo, sua ideia base de que a argumentação é estrutural, ou seja, está na língua. (SOUZA & SANTOS, 2007:87)

Forma padrão da teoria, teoria polifônica da enunciação, teoria dos *topoi* e teoria dos blocos semânticos, são assim denominadas as etapas do percurso de Ducrot ao longo de suas pesquisas. No trabalho em que Guimarães faz as análises das conjunções ele usa como referência somente as duas primeiras etapas dos trabalhos de Ducrot, as outras ainda não tinham sido desenvolvidas. Durante o desenvolvimento desse trabalho percorremos todas as versões da teoria, procurando entender essencialmente dois aspectos cruciais da mesma para o tipo de análise que pretendemos desenvolver com os conectivos *mas* e *embora*: argumentação e polifonia. E procuramos também compreender a relação que tudo isso mantém com as etapas dos trabalhos de Guimarães, investigando em que medida as últimas versões podem contribuir para aprimorar as análises de textos com as conjunções escolhidas e se é possível estabelecer algum paralelo com as últimas versões dos trabalhos de Guimarães.

1.2.1 – ARGUMENTAÇÃO

Ducrot se inscreve, assim como Benveniste, no quadro estruturalista configurado a partir dos trabalhos iniciados por Saussure. A argumentação, para Ducrot (1987), é projetada a partir da relação entre os próprios elementos do sistema. Assim, ele observa que a própria língua oferece os subsídios necessários para marcar a argumentação, e nisto, desvincula-se da retórica que se preocupa com a eficácia da argumentação. Para Ducrot, nesta primeira etapa do seu pensamento, a argumentação consiste na apresentação de argumentos que favorecem conclusões.

No decorrer de seus estudos, Ducrot faz várias análises com operadores argumentativos como *pouco e um pouco, até, mesmo*, dentre outros que modelam o sentido argumentativo do enunciado. Por meio de tais análises, ele confirma que “a utilização argumentativa da língua, longe de lhe ser sobreposta, está nela inscrita, é prevista em sua organização interna.” (DUCROT, 1981:180)

Ao adotar este raciocínio, Ducrot segue suas pesquisas admitindo que é da natureza das próprias palavras o valor argumentativo e sobre elas recai a incumbência de estabelecer a direção argumentativa do discurso. Esta é uma tarefa que lhe é inerente de forma que a língua dispõe de estratégias que marcam, manipulam e orientam argumentativamente. O fora da língua não precisa ser acionado para se chegar à

conclusão estabelecida pela direção argumentativa. É o que Ducrot (1989) mostra como resultado de análises que ele faz com duplas de frases como o exemplo a seguir:

- (a) Pedro trabalhou pouco.
- (b) Pedro trabalhou um pouco.

Ducrot (1989) esclarece que essas duas frases descrevem o mesmo episódio, no entanto a escolha de uma pela outra “corresponde a intenções argumentativas totalmente diferentes”, levando, portanto, a conclusões distintas. O que justifica que “a argumentação pode estar diretamente determinada pela frase, e não simplesmente pelo fato que o enunciado da frase veicula.” (1989:18) Neste caso, em particular, o sintagma *um pouco* em oposição a *pouco*, considerados por ele como expressões argumentativas, viabiliza os rumos que as direções argumentativas seguem.

Lembremos que Ducrot, caminha pela mesma esteira de Benveniste, e mais ainda, propõe que semântica e pragmática caminhem juntas de forma que a pragmática, enquanto acionalidade na linguagem, seja tomada em conta na descrição semântica. Portanto a enunciação, o uso é relevante para o entendimento da argumentação, pois é através do enunciado produzido na enunciação que são vistos os elementos que a língua oferece para marcar a enunciação e a argumentação. Ressalte-se também que as frases ganham um estatuto especial dentro da forma padrão da teoria ducrotiana. O conjunto delas corresponde à própria língua. Por isso ele tem o cuidado de definir rigorosamente as diferenças entre frase e enunciado:

O que eu chamo de “frase” é um objeto teórico, entendendo por isso, que ele não pertence, para o linguista, ao domínio do observável, mas constitui uma invenção desta ciência particular que é a gramática. O que o linguista pode tomar como observável é o enunciado considerado como a manifestação particular, como a ocorrência do *hic et nunc* de uma frase. (DUCROT, 1987:164)

A consideração do encadeamento entre enunciados, tomando neles o que há de linguístico e de enunciativo para a descrição semântica mantém Ducrot no modelo estruturalista que perpassa pelas teorias saussuriana e benvenistiana. A frase é uma entidade abstrata, mas observável no enunciado. Essas duas entidades mantêm relações análogas à relação língua/fala, significado/significante, conceitos versados na teoria saussuriana; e semiótico/semântico, tal qual relacionados na teoria benvenistiana. No nível semiótico, as unidades apresentam-se como marcas distintivas umas das outras, assim como as frases tal qual entendidas por Ducrot. Já no nível semântico, as unidades

são compreendidas por se manifestarem como resultado de uma atividade do locutor, assim como o enunciado. Assim sendo, o autor ainda explica que pode ocorrer a existência de enunciados diferentes contidos numa mesma frase da mesma forma como pode ocorrer de um mesmo significante relacionar-se com mais de um significado. Cada vez que a frase é colocada em uso um novo enunciado é produzido.

Como vimos anteriormente o resultado das comparações entre duplas de frases afirma o pensamento chave da teoria de Ducrot o qual se apresenta dizendo que a argumentação está na língua, sendo que o potencial argumentativo de um enunciado está relacionado ao conjunto de conclusões que se pode chegar a partir dele.

Flores & Teixeira (2005:67) explicam que

o fato de existir na língua pares de frases cujas enunciações na mesma situação indicam o mesmo fato, mas não a mesma conclusão, leva Ducrot a manter a tese da argumentatividade inscrita na língua e a formular a hipótese de que a frase indica se é possível ou não argumentar a partir de seus enunciados.

Ducrot, ao desenvolver suas pesquisas, observa que existem duplas de frases com o mesmo operador argumentativo que permitem chegar a conclusões diferentes enquanto que existem frases com operadores opostos apontando para a mesma conclusão, de forma que a tarefa de descrever as expressões argumentativas não é tão simples. Estes fatores levaram o autor a reformular sua teoria por constatar por meio deles que a forma até então mantida mostrava-se insuficiente. “O problema geral é que as possibilidades de argumentação não dependem somente dos enunciados tomados por argumentos e conclusões, mas também serve para colocá-los em relação.” (DUCROT, 1989:21.)

Ducrot pretendia uma argumentação que fosse interna à língua, e se nas frases não havia essa argumentatividade própria fazia-se necessário recorrer a outros recursos que justificassem a argumentação como marca da própria língua. A saída que Ducrot (1989) encontrou para esse impasse foi a apresentação de um princípio argumentativo o qual ele nomeou de *topos*. Campos (2007), ao comentar sobre essa solução apontada por Ducrot (1989), afirma que ao trazer esse princípio argumentativo para o interno do enunciado, mantém-se atrelado apenas ao linguístico “de forma que o responsável pela possibilidade de conclusões diferentes serem extraídas de uma mesma frase não seria

um princípio externo à língua, mas um princípio convocado pela própria frase” (CAMPOS, 2007:144).

Ducrot (1989) assevera que para ser reconhecido como um princípio argumentativo, pelo menos três propriedades devem estar latentes: universalidade, generalidade e gradualidade.

A universalidade consiste no fato de que uma comunidade linguística precisa conhecer o *topos* usado. Ou pelo menos o locutor e o alocutário devem tê-lo em comum.

A generalidade é explicada no sentido de que o *topos* deve servir para outras construções e não apenas para um caso particular.

E a gradualidade mostra que todo *topos* é gradual, posto que relaciona duas escalas P e Q na passagem do argumento para a conclusão. Essas escalas podem ser percorridas nas duas direções e as relações entre elas constituem formas tópicas. Por exemplo, diante da existência de um *topos* que aponte P favorável a Q, tem-se duas formas tópicas: FT1, que seria quanto mais P mais Q; e FT2, que mostra que quanto menos P menos Q. Embora haja diferença entre essas formas tópicas, elas são equivalentes e recíprocas. Elas mobilizam o mesmo *topos*.

Campos (2007) certifica que Ducrot extrai acerca da teoria dos *topoi* as seguintes conclusões:

- 1) O valor argumentativo dos enunciados, assim como os pontos de vista expressados estão inscritos na língua, ou seja, são determinados pela frase;
- 2) a determinação argumentativa é possibilitada principalmente pelas expressões argumentativas;
- 3) o valor argumentativo dos pontos de vista dos enunciadores corresponde à noção de *topoi* graduais;
- 4) cada *topos* contém duas formas recíprocas;
- 5) os operadores argumentativos são responsáveis pela natureza das formas tópicas utilizadas. (CAMPOS, 2007:146)

Num primeiro momento, Ducrot acredita que com a teoria dos *topoi* argumentativos ele continua fazendo suas abordagens a partir da própria língua sem recorrer às leis do discurso ou às máximas conversacionais, de forma que mantém ainda a concepção de que o valor argumentativo dos enunciados está inscrito na própria língua, visto que o próprio uso da língua pressupõe a existência de *topoi*, embora não esteja entre as funções da língua determinar a constituição desses *topoi*.

Campos (2007), ao estudar o percurso que Ducrot faz na teoria da argumentação da língua, ressalta que um dos fatores de grande relevância que apresenta um diferencial nesta etapa do percurso da teoria da argumentação feito por Ducrot, é que a

argumentação era descrita a partir dos enunciados e com a teoria dos *topoi* essa descrição parte dos enunciadores, ou seja, dos pontos de vista que se apresentam nos enunciados caracterizando uma outra vertente da teoria: a polifonia.

Porém, no decorrer de suas pesquisas, Ducrot começa a questionar o estatuto dos *topoi* entendendo-os como extralinguísticos e pertencentes à retórica, diferentemente do que ele imaginava. A sua colocação agora é: se os *topoi* não são linguísticos, a argumentação enquanto marca linguística não passa de uma miragem:

Não somente as palavras não permitem a demonstração, como tampouco permitem essa forma degradada de demonstração que seria a argumentação. Esta é tão somente um sonho de discurso. (DUCROT, 1999:01)

Nessa fase de suas pesquisas, Ducrot percebeu que estava seguindo exatamente o caminho que ele tentava evitar. Ele pretendia demonstrar que diferentemente da forma de entender a argumentação na retórica, a argumentação está inscrita na língua, mas até então o que tinha feito era provar o contrário disso. No entanto, Ducrot ainda se mantinha interessado em fazer jus a sua filiação ao quadro estruturalista saussuriano e continuar defendendo a argumentação como sendo própria da língua. Então, antes de renunciar a teoria dos *topoi*, ele vê a necessidade de repensá-la.

Em 1992, Marion Carel defendeu sua tese de doutorado sob a orientação de Ducrot e a partir de sua pesquisa desenvolveu a Teoria dos Blocos Semânticos. Os dois pesquisadores continuaram trabalhando juntos reiterando a afirmação de que a argumentação está, sim, na língua:

La TBS intenta radicalizar las ideas fundantes de la TDAL⁴, teoría que, como ha quedado dicho, busca llevar hasta sus últimas consecuencias las ideas de Saussure, a saber, que el sentido de una entidad lingüística no es un concepto, no es una idea, ni un hecho material, ni un objeto, sino simplemente un conjunto de relaciones entre esa entidad y las otras entidad de la lengua. (CAREL & DUCROT, 2005: 29)

Na TBS, argumento e conclusão não podem ser interpretados de forma independente. Eles formam uma unidade de modo que o sentido de um é descrito a partir de sua relação com o outro. Essa noção de interdependência semântica é o ponto chave que justifica a formação de blocos semânticos. O sentido de uma entidade é obtido por meio dessa relação semântica existente entre argumento e conclusão, relação

⁴ TBS –Teoria dos Blocos Semânticos e TDLA- Teoria da Argumentação na Língua.

esta que não se desintegra da sua realidade discursiva. O bloco semântico é constituído dessa relação que forma um encadeamento discursivo entendido como uma unidade indecomponível. Nessa perspectiva “la argumentación no se agrega al sentido, sino que constituye el sentido” (Carel & Ducrot, 2005:13).

O sentido se apresenta por meio dos encadeamentos discursivos que nada mais são do que uma sequência de duas proposições ligadas por um conector. Esse conector pode ser normativo como *portanto* ou transgressivo como *no entanto*. O conjunto de encadeamentos argumentativos relacionados tanto ao encadeamento normativo como ao transgressivo é chamado de bloco semântico. Assim sendo, num bloco semântico em que esteja representado, por exemplo, o sentido da palavra prudente a partir da relação prudência/precaução⁵, temos as quatro pontas do quadrado argumentativo constituídas pelos encadeamentos que compõem o bloco, formulados em torno de conectivos que determinam seu caráter transgressivo (perigo, NO ENTANTO não-precaução; perigo, NO ENTANTO precaução) ou normativo (perigo PORTANTO precaução; não-perigo PORTANTO não-precaução).



Os autores destacam que não há proposições que sejam incompatíveis entre si. O que indica a sua compatibilidade é o conector escolhido para ligá-las. Daí a importância da utilização do conector adequado, pois são eles que direcionam a formação argumentativa do encadeamento. Ou seja, a argumentação continua sendo vista com uma marca da própria língua. Os conectores são elementos linguísticos disponibilizados para esse propósito.

Um outro ponto que se mantém de forma clara também nessa última versão da teoria da argumentação na língua é a polifonia. A relação entre ela e a argumentação ainda se mostra indispensável para a construção dos efeitos de sentido dos textos.

1.2.2 – POLIFONIA

⁵ Exemplo trabalhado em CAREL, Marion y DUCROT, Oswald. *La semántica argumentativa: una introducción a la Teoría de los Bloques Semánticos*. Trad. e org. por Maria Marta García Negroni e Alfredo M. Lescano. Buenos Aires: Ediciones Colihue, 2005.

A teoria polifônica da enunciação constitui um outro aspecto dos trabalhos de Ducrot (1987) e sua introdução a estes trabalhos se manifestou a partir de questionamentos sobre a unicidade do sujeito da enunciação. O autor atribui um conceito à enunciação diferente daquele apresentado por Benveniste. Ele considera-a como “o acontecimento constituído pelo aparecimento de um enunciado” (1987:168) e o sentido é obtido a partir das representações que o enunciado faz de sua enunciação. Nessa perspectiva, o sujeito não é, como no modelo benvenistiano, o centro de referência exatamente pelo fato de não ser mais considerado como uno. Ele é configurado pelas representações contidas no enunciado que denotam a sua enunciação. Ou seja, se o enunciado apresenta diferentes representações, figuras de diferentes sujeitos são observadas.

No processo de construção dessa teoria, Ducrot (1987) dialoga com o trabalho de Mikhail Bakhtin (1979), o qual analisa a existência de diversas vozes num mesmo texto. Ao analisar o romance de Dostoievski, Bakhtin (1979) percebe a coexistência de várias vozes sendo que uma não abafa o eco da outra. Elas convivem dialogicamente. Para esse autor, o dialogismo é constituído pela pressuposição da existência de um receptor que é acionado pela colocação de um eu destinatário. Além desse convívio do eu e do tu que são depreendidos em cada ato de enunciação, o autor ainda coloca a possibilidade de haver num mesmo texto o encontro de outras vozes que não representariam um diálogo, mas a coexistência simultânea de vozes, de perspectivas enunciativas diferenciadas. Ducrot apreende essa concepção de encontro de vozes ao tentar entender as representações de figuras diferentes do sujeito num mesmo enunciado. Assim o autor formula o conceito de polifonia e entende que as figuras do sujeito, embora múltiplas, são observáveis no enunciado. São marcadas linguisticamente. A língua tem essa propriedade: colocar em cena, via enunciação, enunciadores.

Ao postular que “é o objeto próprio de uma concepção polifônica do sentido mostrar como o enunciado assinala, em sua enunciação, a superposição de diversas vozes”, Ducrot (1987:172) mostra a possibilidade de depreender três instâncias enunciativas a partir de um mesmo enunciado.

A primeira é o autor empírico, que não interessa à linguística, pelo menos dentro dessa área específica, posto que é o ser no mundo, o produtor físico do falar que

possibilita a produção do enunciado através do processo físico-mental. Portanto não é o eu-linguístico formado pelos elementos de que a língua dispõe para este fim.

A segunda refere-se ao locutor, aquele que se responsabiliza pelo enunciado ao dizer eu. Ele difere do autor empírico por ser uma ficção discursiva. É a ele que as marcas de primeira pessoa contidas no enunciado remetem. Este locutor coloca em cena enunciadores que, conforme esclarecem Flores & Teixeira (2005:66) correspondem a “perspectivas expressas por meio da enunciação, eles não falam, mas têm seu ponto de vista colocado sem, entretanto, ter atribuída precisão às palavras.”

Os enunciadores constituem a terceira instância enunciativa. Ducrot (1987), ao explicar o que vem a ser a definição de tal instância, faz duas comparações. Na primeira, ele traça um paralelo entre o relacionamento que os enunciadores têm com o locutor com o relacionamento entre o personagem de ficção e o autor da obra. Assim como este pode ter seu ponto de vista coincidindo com o do narrador ou com o de um de seus personagens, assim também o locutor pode ter seu ponto de vista coincidindo com um dos enunciadores trazidos para a cena por ele. Na segunda comparação, Ducrot (idem) se baseia na teoria da narrativa apresentada por Genette (1972 *apud* Ducrot 1987). Nessa comparação, a primeira diferença traçada é entre autor e narrador. Este por corresponder a um ser fictício interior à obra exerce papel semelhante ao do locutor, enquanto que o autor da obra se posiciona da mesma forma que o autor empírico. A outra diferença é entre narrador e personagem. O narrador é aquele que fala e o personagem aquele que vê. O narrador pelo fato de relatar é tido como fonte do discurso, mas as ideias são veiculadas pelas atitudes dos personagens. De igual modo, o locutor fala, apresenta uma enunciação da qual se declara responsável, mas as ideias expressas partem do enunciador. Essa dependência que os enunciadores têm do locutor faz com que eles apareçam de acordo com a imagem traçada pelo locutor.

Vale lembrar que uma enunciação pode ser caracterizada como polifônica a partir de dois aspectos: num mesmo enunciado pode haver a representação de dois locutores, como nos recortes que apresentam discurso direto ou indireto; e/ou num mesmo enunciado pode haver mais de uma perspectiva enunciativa, ou seja, mais de um enunciador.

A língua dispõe de mecanismos que, além de marcarem a argumentação, marcam também as instâncias do sujeito acionadas no momento da enunciação. A argumentação é entendida a partir da compreensão dessas instâncias no enunciado. Os

pontos de vista colocados e a forma como são colocados conduzem à argumentação que se pretende do enunciado produzido. Essa teoria ganhou mais robustez com a instituição da teoria dos *topoi*, posto que são os enunciadores que denotam a presença dos *topoi* convocados. A descrição argumentativa deriva da perspectiva enunciativa e de acordo com ela os *topoi* são convocados. Estes ao relacionar duas escalas (função inerente das formas tópicas) apresentam pontos de vistas distintos. Para se chegar à conclusão passa-se por esses pontos de vista, sendo que eles vão coexistir com o ponto de vista do enunciado, representado pelo Locutor, bem como com o da conclusão convocada por ele.

A relação argumentação/ polifonia é tida como essencial para a compreensão dos sentidos no interior da semântica idealizada por Ducrot. Na obra *Polifonía y argumentación* (1988), o autor pontua:

El sentido del enunciado nace de la confrontación de esos diferentes sujetos: el sentido del enunciado no es más que el resultado de las diferentes voces que allí aparecen. (DUCROT, 1988: 16)

Para ele, o fato de em um enunciado se fazer presente um certo número de pontos de vista, de enunciadores, elege automaticamente esses enunciadores como responsáveis pelo sentido ali veiculado. Ou seja, o sentido de um enunciado é polifônico. A argumentação é trazida para a polifonia (ou vice-versa) pelo fato de os pontos de vista serem argumentativos. Pautado nisso, o autor considera três elementos que caracterizam o sentido de um enunciado. O primeiro é a apresentação dos pontos de vista dos diferentes enunciadores, o segundo é a indicação do locutor em relação aos enunciadores, e o terceiro diz respeito à assimilação do enunciador com uma pessoa X.

Ducrot, em trabalho conjunto com Carel (2008:10), afirma que “dar o significado de uma expressão é associar-lhe diferentes argumentações que são evocadas por seu emprego”. Entendemos que nesse processo de associação de argumentações a polifonia não deve ficar de fora uma vez que polifonia e argumentação formam uma dupla essencial para a compreensão dos sentidos dos enunciados. Os autores ainda mantêm a compreensão da existência de três instâncias enunciativas para a figura do sujeito (autor, locutor e enunciadores) e procuram entender a relação entre locutor e enunciador. Os autores retomam o que já havia sido publicado em *Polifonía y Argumentación* observando que o locutor se relaciona com os enunciadores de duas formas: assimilação e atitudes. O locutor assimila aos enunciadores determinadas

personagens do discurso. Tal assimilação pode ser determinada quando se refere a um enunciador preciso, identificado claramente, e indeterminada quando o enunciador não é identificado de forma clara. As atitudes que o locutor pode tomar frente aos enunciadores podem ser representadas de três maneiras diferentes: assunção, quando ele impõe o ponto de vista do enunciador; concordância, quando o ponto de vista do enunciador é dado como incontestável; e oposição, quando o ponto de vista do enunciador é posto como proibido de se assumir ou concordar.

Sob essa nova forma de olhar a polifonia, o papel do enunciador é redimensionado tornando-se mais compreensivo e indispensável. Assimilar o enunciador de Paulo é estudioso à sua namorada gera um efeito de sentido diferente do que assimilá-lo à sua professora. No primeiro caso, se tivermos a construção *Segundo a sua namorada, Paulo é estudioso, mas não tirou notas boas*. O primeiro enunciador é assimilado à namorada de Paulo e o Locutor continua seu texto discordando do ponto de vista apresentado. Ele ao expor o segundo argumento, coloca o primeiro como proibido de se concordar. Já se o encadeamento apresentasse a construção *Segundo sua namorada, Paulo é estudioso, pois já passou em vários vestibulares* o segundo argumento denuncia que o Locutor concorda com o ponto de vista apresentado no primeiro argumento. As atitudes tomadas pelo Locutor frente aos enunciadores são evidenciadas ao se considerar o texto como um todo. Isto implica dizer que não é só o fato de num determinado encadeamento haver um conectivo que estabeleça uma relação de oposição que necessariamente o Locutor esteja se opondo ao enunciador. Ele pode estar fazendo a oposição entre dois enunciadores e, no entanto não se opor a nenhum deles, ou pode assumir o primeiro. Não importa a ordem ou o conectivo simplesmente. Somente pela compreensão geral do texto é que se pode visualizar quais as atitudes tomadas. Vale ressaltar que elas influenciam em grande medida os efeitos de sentidos produzidos.

Carel & Ducrot (2008) explicam que o fato de o locutor intervir duas vezes em relação aos enunciadores, uma para assimilá-los e outra para tomar atitude, implica que qualquer assimilação é compatível com qualquer atitude. Os autores ainda acrescentam que o objeto da atitude tomada pelo locutor são os enunciadores, ou seja, a identidade do enunciador é levada em conta na constituição da assimilação dos pontos de vista a determinados personagens. Esta a razão que explica a necessidade da intervenção dupla do locutor em relação aos enunciadores. Assim, o ponto de vista sobre o qual o locutor

toma atitude deve ser definido ao ser considerada a identidade à qual o enunciador foi assimilado.

Ducrot & Carel (2010) apresentam a versão mais atual da teoria da polifonia. Nessa versão, os autores descrevem a significação baseada em três elementos essenciais os quais atuam em conjunto: o conteúdo, as atitudes do locutor e o enunciador. Os autores expandem a definição de enunciador. Eles o chamam de Pessoa. Nos trabalhos anteriores, o enunciador podia ser entendido tanto como um ângulo de vista como poderia ser tido como a origem que garantia a validade do conteúdo apresentado. Nessa nova conceituação esses dois aspectos foram dissociados. O ângulo de vista corresponde ao conteúdo e a origem à Pessoa. Pelo fato de estar relacionado à origem, o elemento Pessoa depreende uma subdivisão que se vincula à forma de representação das origens do dizer. Ou melhor, às assimilações aos personagens do discurso. Assim sendo, quando a garantia da validade do conteúdo é assimilada a uma origem que se distingue do locutor L e é sustentada por esta outra origem, temos a Pessoa ELE, ou o TERCEIRO, de acordo com os termos técnicos empregados pelos autores. A segunda distinção observada apresenta o próprio locutor L exercendo a função de garantia do conteúdo. A terceira distinção apontada pelos autores é a Pessoa MUNDO. Essa categoria apresenta os enunciados científicos e afirmações cotidianas do senso comum. Há ainda uma quarta distinção: a Pessoa TESTEMUNHO. Esta Pessoa se encarrega de apresentar simplesmente o conteúdo, sem fazer intervenções.

Para tentar exemplificar o que foi acima dito, vamos analisar um trecho do nosso *corpus*. Trata-se do primeiro parágrafo do texto *O Brasil como anfitrião* do advogado Marcos Guerra.

Como muitos outros países, o Brasil tem dificuldade para acolher estrangeiros vítimas de perseguições políticas ou étnicas. Temos leis, instituições, assinamos tratados internacionais, mas ainda são muitas as dificuldades para quem pretende ser acolhido. (O Estado de São Paulo, 28/06/2009)

Utilizando o modelo tríade apontado por Ducrot, pode-se depreender dois ângulos de vista nesse trecho. O primeiro remete à dificuldade de acolhimento de estrangeiros no Brasil; e entremeando esse ângulo de vista aparece o segundo apresentando que há leis e tratados internacionais destinados a cuidar desse particular. A origem do primeiro ângulo de vista não deve ser assimilada à Pessoa MUNDO posto que o argumento apresentado não se enquadra no rol dos enunciados científicos ou dos

conhecimentos gerais. A Pessoa em questão interfere no que é dito ao trazer para o enunciado a comparação com outros países, o que anula a possibilidade de a considerarmos como Pessoa TESTEMUNHO. Também não coincide com o Locutor o que nos leva a entender que trata-se da Pessoa ELE. É essa Pessoa ELE que sustenta os argumentos *Como muitos outros países, o Brasil tem dificuldade para acolher estrangeiros vítimas de perseguições políticas ou étnicas e mas ainda são muitas as dificuldades para quem pretende ser acolhido* ambos apontando para a mesma conclusão. O segundo constitui uma paráfrase do primeiro, que é retomado para contrapor o argumento que surge apontando para uma conclusão contrária. Tal retomada só tende a justificar e reforçar a conclusão ora indicada.

O segundo ângulo de vista parte de uma origem definida. Ela está associada a um lugar onde o Locutor se faz presente. As marcas de primeira pessoa do verbo denunciam a participação do Locutor nessa origem. Até agora colocamos dois pontos da atual versão da polifonia ducrotiana: ângulo de vista e Pessoa. O Terceiro ponto são as atitudes do Locutor frente às Pessoas. O Locutor assume o ângulo de vista que mostra a legalização da entrada dos estrangeiros no Brasil e concorda com o outro ponto de vista que ressalta que apesar da existência de leis a dificuldade de receber os estrangeiros ainda existe no país.

No tocante à argumentação, ao longo dos estudos de Ducrot, alguns pontos que eram considerados essenciais perderam seu *status* com o surgimento de novas descobertas. É o que aconteceu com a teoria dos *topoi*, por exemplo. Já no que concerne à polifonia, os aspectos considerados desde o início da teoria se mantêm. A eles são acrescentados mais fatores que ainda não tinham sido tratados. Mantém-se a distinção entre autor, Locutor e enunciador, sendo que este último pode ser assimilado a Pessoas diferentes e o penúltimo se encarrega de além de colocar em cena os enunciadores, apresentar sua tomada de atitude diante deles.

Destaca-se dentre as vantagens do atual modelo polifônico de Ducrot o alargamento das possibilidades de assimilação dos enunciadores. Na versão anterior eram consideradas apenas duas possibilidades a determinada e a indeterminada, as quais não se mostravam suficientes para explicar um tratamento diferenciado para os efeitos de sentidos decorrentes da assimilação aos personagens que agora são reconhecidos.

Carel & Ducrot (2010) concluem seu texto especificando a ideia central da atual concepção de polifonia:

Trata-se de colocar na significação, ao lado das atitudes do locutor e dos conteúdos, uma terceira instância, que, como as duas outras, não é do tipo referencial e que não pode ser vista como alusão a indivíduos. Ela marca somente certo modo de garantir o dito, certo tom para apresentá-lo e a exigência correlativa de um tom particular para refutá-lo. (CAREL; DUCROT, 2010:21)

Essa forma de entender a polifonia, sobretudo no que diz respeito às atitudes do locutor tanto em relação ao conteúdo como aos enunciadores é o ponto chave para a compreensão dos enunciados com *mas* e *embora*. Diante da presença de dois enunciadores apresentando pontos de vista opostos, a atitude do Locutor diante desses pontos de vista vai ser essencial para compreender a estratégia utilizada por ele assim como os objetivos a que pretende chegar.

1.3 – SEMÂNTICA DO ACONTECIMENTO – EDUARDO GUIMARÃES

Os conceitos que Guimarães vai construindo ao longo dos seus estudos são influenciados pelos conceitos de enunciação advindos dos estudos benvenistianos e pelos conceitos de argumentação e polifonia apresentados por Ducrot. Guimarães reúne estes conceitos considerando as definições que cada um apresenta (Benveniste: “enunciação é este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização” (2006:82); Ducrot: “é o acontecimento constituído pelo aparecimento de um enunciado” (1987:168)), porém ele mantém uma relação mais próxima com o conceito elaborado por Ducrot. A justificação de sua escolha é esclarecida no entendimento de que a concepção apresentada por Benveniste considera o sujeito como único e uno e o conceito de enunciação está interligado a ele, enquanto que na concepção ducrotiana a definição de enunciação é independente do sujeito enquanto entidade una. Nessa concepção, o sujeito é tido como a representação das vozes ou dos pontos de vista de onde partem os enunciados.

A proposta de Guimarães é estudar a enunciação enquanto um acontecimento linguístico e ao mesmo tempo entendê-la como um acontecimento de natureza histórico-social. Para ele um estudo semântico deve procurar ver a significação associada à história, o que implica na compreensão de que o sentido deve ser tratado como discursivo relacionado às regularidades da língua:

Ou seja, a significação de uma expressão linguística não é o que resulta da combinação dos elementos de uma estrutura, mas é o que resulta da relação discursiva dos usos das regularidades linguísticas pelos falantes. (GUIMARÃES, 2007:146)

Nessa empreitada que busca relacionar significação e história sem sair do âmbito da língua, Guimarães (2002a e 2002b) retoma considerações benvenistianas (a significação pode ser compreendida a partir do entendimento da enunciação e das instâncias constituídas na cena enunciativa e marcadas pelos mecanismos que a própria língua dispõe para este fim), e ducrotianas (polifonia e argumentação enquanto marcas deixadas pela língua) e acrescenta a elas concepções trazidas da Análise do Discurso, mais precisamente das obras de Michel Pêcheux e Eni Orlandi. Em decorrência desse diálogo com a Análise do Discurso, são trazidos conceitos como interdiscurso, formação discursiva, discurso, sujeito, posição de sujeito, recorte, entre outros. Esses conceitos têm papel determinante na definição de sentido e de vários outros conceitos fundamentados no âmago da Semântica Histórica da Enunciação, teoria que se consolida na formação da Semântica do Acontecimento.

Vale lembrar que os conceitos acima mencionados advindos da Análise do discurso ganham especificidades nos trabalhos desenvolvidos por Guimarães, uma vez eles são trabalhados lado a lado com os conceitos da Semântica da Enunciação. Esse fato influencia o surgimento de alterações nos conceitos dessas vertentes teóricas trabalhadas por ele. Mas é exatamente desse diálogo que surgem as inovações e as singularidades dos modos de entender e fazer semântica pelo autor.

Na elaboração deste trabalho, discorreremos basicamente sobre quatro obras de Guimarães que marcam momentos distintos de sua carreira. Tratamos de questões abordadas no livro *Texto e Argumentação*, no qual o autor trabalha com as conjunções do português usando como modelo teórico a semântica argumentativa. Nele, o autor enfatiza principalmente a polifonia e a argumentação baseando-se nos primeiros trabalhos de Ducrot. Nem a teoria dos *topoi* nem a teoria dos blocos semânticos são mencionadas, uma vez que elas ainda não existiam. Nessa obra, o autor noticia sobre o seu diálogo com a Análise do Discurso, mas as suas análises caminham mais próximo dos aspectos tratados por Ducrot. A primeira edição dessa obra é de 1987, no entanto neste trabalho utilizamos a edição de 2007 onde há a inclusão de um posfácio

abordando discussões mais recentes de seus trabalhos salientando uma breve apresentação dos conceitos tratados pela Semântica do Acontecimento.

As questões teóricas que paulatinamente vão se cristalizando na configuração da Semântica do Acontecimento são discutidas no artigo *Enunciação e História*. Nesse artigo, o autor anuncia o seu entendimento de que esses dois pólos podem se encontrar em algum ponto: na significação. Elencamos ainda o livro *Os limites do Sentido* no qual o autor continua o seu diálogo com correntes teóricas que enfatizam a história e o social, e continua também mantendo o contato com os mesmos trabalhos usados no primeiro livro mencionado. E por fim resenhamos *Semântica do Acontecimento* que apresenta de forma definida os pressupostos da teoria que enxerga a argumentação como indissociável do acontecimento de linguagem.

Em coautoria com Eni Orlandi (1986), Guimarães apresenta a noção de enunciado, conceito trabalhado na Semântica da Enunciação, mostrando uma certa proximidade com a noção de texto tal qual trabalhada na Análise do Discurso. No modo de ver desses autores, o texto é uma entidade empírica e não constitui uma unidade de construção do discurso. Para eles, essa unidade é o discurso, mas só alcança tal *status* quando aparece em um texto, explicam os autores: “mas deve ser (o enunciado) referido ao texto para poder ser apreendido no processo de construção do discurso”. (Orlandi e Guimarães, 1986 *apud* Guimarães, 2007:13).

Enquanto unidades do discurso os enunciados⁶ podem marcar diferentes posição do sujeito no texto e, como um texto pode ser formado por vários enunciados diferentes, é atravessado por várias vozes e vários discursos. Diante de tal dispersão, Guimarães (2007:13) pontua a importância de se considerar que é a própria “dispersão que constitui a textualidade pela representação desta unidade.” No texto *Enunciação e História* (1989), Guimarães trabalha também com o conceito de enunciado, resgatando considerações pautadas no estruturalismo benvenistiano e ducrotiano e concomitantemente relacionando-os com a história:

Faz parte das condições de existência de um enunciado que existam outros. Assim seu caráter é necessariamente relacional. Só há um enunciado se houver mais de um. Ou seja, é impossível pensar a linguagem, o sentido, fora de uma relação. Nada se mostra a si mesmo

⁶ Na Semântica da Enunciação o enunciado corresponde ao resultado do ato de enunciar, ou seja, da enunciação propriamente dita. É nele que se fazem presentes as marcas da enunciação.

na linguagem. Algo sozinho nunca é linguagem. Algo só é linguagem com outros elementos e nas suas relações com o sujeito. Isto dá o caráter inescapavelmente histórico da linguagem. (GUIMARÃES, 1989:74)

Ao mesmo tempo em que Guimarães trabalha com o modelo estruturalista que define a noção de valor linguístico, ele se apropria do termo ‘relacional’ para enfatizar que o sentido é obtido através da relação daquilo que está sendo dito com o que já foi dito e que poderá ser dito. Esse caráter necessariamente relacional do enunciado é o que dá o caráter inescapavelmente histórico da linguagem.

Seguindo esse modo de entendimento o autor se propõe em *Os limites do Sentido*, a construir uma definição de sentido que inclua a história. Mais precisamente na última seção do livro o autor subordina as discussões ao tema: *Semântica Histórica da Enunciação*. Nessa seção, o autor novamente traz à tona a discussão sobre a relação texto/enunciado. Ele mais uma vez considera que num texto há uma dispersão de posições do sujeito em virtude da dispersão de discursos que ali circulam e acrescenta que o cruzamento de enunciados de discursos diferentes em um texto é motivado pelo próprio acontecimento enunciativo. Assim,

a enunciação, então se dá como o lugar de posições do sujeito que são os liames do acontecimento com a interdiscursividade. Deste modo aquilo que significa, os efeitos de sentido são efeitos do interdiscurso no acontecimento. (GUIMARÃES, 2002a: 68)

O autor considera o interdiscurso como “a memória do dizer, como o dizível” (Idem, 67) e isto corrobora a associação que ele faz entre enunciação e história. Para ele essas duas instâncias funcionam juntas na constituição do sentido. A historicidade da língua consiste na relação do seu funcionamento com o interdiscurso. Ela está exposta a ele e por ele é afetada. O que a faz funcionar não é a situação, mas o fato de “um indivíduo ocupar uma posição de sujeito no acontecimento, e isto, por si só, põe a língua em funcionamento por afetá-la pelo interdiscurso, produzindo sentidos.” (Idem,69)

Nessa reformulação de conceitos, Guimarães coloca como centro a enunciação sendo entendida como indissociável da história, ele a toma como o acontecimento de linguagem, o que o motiva a nomear essa nova forma de compreensão da constituição do sentido como Semântica do Acontecimento.

É importante salientar que apesar de ter ocorrido o diálogo com a Análise do Discurso, o ideológico não é convocado para o entendimento do sentido e nem da

configuração do sujeito. Estes são redefinidos a partir de apontamentos discutidos pelas três vertentes teóricas estudadas por Guimarães. O autor deixa isso bem claro desde as primeiras discussões que o levaram a formular a teoria. Ele os considera

como os efeitos de sua enunciação. Ou seja, são os efeitos do interdiscurso constituídos pelo funcionamento da língua no acontecimento. Assim o sentido não é efeito da circunstância enunciativa, nem é só memória. O sentido são efeitos da memória e do presente do acontecimento: posições de sujeito, cruzamento de discursos no acontecimento. (GUIMARÃES, 2002a: 70)

Sentido e sujeito são constituídos no acontecimento, sendo que o sujeito representa posições histórico-sociais⁷ sustentadas no interdiscurso no qual é constituído juntamente com o sentido. Essa constituição se dá num movimento de retomadas e atualizações de várias enunciações o que faz com que o sujeito seja afetado pela memória e pela história. Ressalte-se que para Guimarães a história é pensada em relação ao conceito de interdiscurso e faz parte de seus postulados buscar a relação do interdiscurso com as regularidades da língua, de forma que “a política do sentido está, assim, na língua, a partir da constituição de sentidos da enunciação.” (2002a:75)

Para Guimarães, a enunciação é definida como “o evento histórico do aparecimento do enunciado” (2007:12). O autor (2002b) destaca que o acontecimento tal qual analisado em sua teoria não corresponde a simplesmente um fato no tempo marcando um presente de um antes e de um depois, mas a um acontecimento que instala sua própria temporalidade. Essa temporalidade é constituída por um presente, uma latência de futuro e um passado:

O acontecimento constitui o seu presente do dizer, a sua interpretabilidade (seu futuro) e as condições de sua significação (seu passado). Ou seja, a latência de futuro, que, no acontecimento, projeta sentido, significa porque o acontecimento, no seu presente, recorta um passado como memorável. (GUIMARÃES, 2007:204)

⁷ Na obra *Os limites do sentido* o conceito de polifonia deixa de ser utilizado. O modo de entender a instância do sujeito se modifica. O autor trabalha com o termo “posição do sujeito”. Já na obra *Semântica do Acontecimento*, ele trabalha com o termo “figuras enunciativas” ou “lugares do dizer”, mas sob uma perspectiva diferente da que ele trabalhava quando usava o termo “polifonia”, posto que agora esses lugares de dizer se relacionam com a historicidade e o social, diferentemente dos trabalhos anteriores em que a polifonia era analisada em um quadro que não se detinha nesses aspectos.

Com essas afirmações, Guimarães (2002a) esclarece que o tempo do acontecimento da linguagem não corresponde a um tempo cronológico, necessariamente, nem tão pouco corresponde ao tempo do Locutor. Esse tempo é tido como recorte de memoráveis, memórias de sentido que são recuperadas na interpretação do texto e acionadas para a compreensão dos limites das perspectivas enunciativas e da sua filiação àquilo que o locutor coloca como centro no enunciado. São esses memoráveis que sustentam a orientação argumentativa favorecendo a interpretação do texto.

Desse modo, o acontecimento não é um fato no tempo, mas ele mesmo tem como propriedade temporalizar. Ele instala sua própria temporalidade na qual “o passado não é um antes mais um memorável recortado pelo próprio acontecimento que tem também o futuro como uma latência de futuro.” (2002b:14) Nesse sentido, a temporalidade no acontecimento se configura por um presente que ao mesmo em que abre uma latência de futuro, no sentido de projetar a interpretação, funciona por um passado, rememoração de enunciações que o faz significar. Assim o acontecimento sempre instala uma “nova temporalização, um novo espaço de conviviabilidade de tempos, sem a qual não há sentido, não há acontecimento de linguagem, não há enunciação.” (Idem, 12)

Esse modo de entender a temporalidade se distancia daquela apontada por Benveniste. Para este a temporalidade da enunciação está vinculada ao sujeito. Para Guimarães, o sujeito é tomado na temporalidade do acontecimento, posto que o que dá o *status* de sujeito é enunciar a partir de uma posição formatada pelo funcionamento da língua no acontecimento. Falar de um espaço afetado pela memória, pelo interdiscurso, é constituir o sujeito.

A configuração do sujeito no interior da Semântica do Acontecimento traz algumas particularidades. Ele é constituído no espaço de enunciação que é um lugar decisivo para se considerar a enunciação como uma prática política. Como especificações locais desses espaços de enunciação, Guimarães (2002b) considera a cena enunciativa na qual são constituídas as figuras do locutor e as perspectivas enunciativas. Esse sujeito constituído pelo espaço de enunciação é quem assume a palavra enquanto ser simbólico constituído pelas línguas.

Na concepção de Guimarães (2002b), as representações do sujeito são constituídas na cena enunciativa e para tal instância o autor considera uma tripartição

assim como Ducrot. No entanto, algumas alterações ficam evidentes na forma de compreender essas instâncias. O sujeito agora é analisado nas dimensões linguísticas, enunciativa e histórica. O Locutor ainda é considerado como o responsável pelo dizer, no entanto, não se pode ignorar o fato de que as representações sociais, o papel social que esse Locutor desempenha quando enuncia algo são determinantes para os efeitos de sentido desse enunciado produzido. Assim, o sujeito da enunciação mantém associações com o social, com a história. Para representar essa divisão, Guimarães (2002b) usa L para o locutor, lugar do dizer, l-x para o lugar social do dizer, em que x é uma variável a ser preenchida pelo papel social do locutor. Além dessa figura do locutor-x, existe a do enunciador que também pode dividir a cena enunciativa com o Locutor. A figura do enunciador aparece quando não há uma posição social específica associada ao sujeito. Diferentemente do locutor-x, que se representa claramente como ligado à história, os enunciadores se apresentam como se não tivessem relação com ela, embora tenham. E, de acordo com essa relação com a história, eles são divididos em *enunciador-individual*, *enunciador-genérico* e *enunciador-universal*.

O enunciador-individual se distingue por não representar uma posição social específica sendo que a própria pessoa é a responsável pelo dizer. Esse enunciador que assume o enunciado não responde por nenhuma posição social determinada. O seu dizer não está associado a representações sociais distintas, embora saibamos que de alguma forma há alguma ligação com a história, com o social. Tal relação com a história não é evocada para a construção dos efeitos de sentidos, diferentemente do locutor-x. Nesse caso sim, a relação com a história é acionada para se analisar os efeitos de sentido provocados. Exemplificando essa distinção, podemos citar o enunciado *Não acredito que o mundo vai acabar em 2012*, se partindo de uma conversa entre amigos não há uma representação social ligada a ele, no entanto se esse mesmo enunciado tiver como origem de dizer um líder religioso, há uma posição social demarcado e os efeitos de sentido serão outros. No primeiro caso, há a presença do enunciador-individual e no segundo do locutor-x.

O enunciador-genérico mostra-se também como não tendo ligação com posições sociais. Ele mostra-se como representando o *todos*. Os enunciados que partem desse tipo de enunciador carregam os argumentos que não se atribui como responsável posição social. São argumentos cristalizados como o dizer de todos. Os ditos populares e as frases feitas são exemplos de enunciados que partem do enunciador-genérico.

O enunciador-universal traz entre suas características a relação verdadeiro/falso. O valor de verdade é posto em jogo considerando-se a sua aceitação universal. Não trata-se de uma verdade aceita e compartilhada num âmbito restrito, ou grupos sociais isolados. O seu caráter universal é que confirma o seu valor de verdade.

Em síntese, o sujeito trabalhado por essas correntes teóricas mencionadas neste trabalho vem passando por um processo de descrições que cada vez mais apresentam outros modos de compreensão de seu campo de atuação. Benveniste ao introduzi-lo em seus estudos o vê como aquele coloca a língua em funcionamento deixando suas marcas no enunciado produzido. Ducrot ao estudá-lo percebe que o sujeito pode mostrar-se híbrido. Pode ser dividido, posto que num mesmo enunciado é possível perceber a concomitância de diferentes vozes, de diferentes pontos de vista. Partindo dessa descoberta o autor tem se aprofundado em diagnosticar a atuação e distinção dessas diferentes vozes nos enunciados. Guimarães também, pautado na divisão da instância do sujeito dos estudos ducrotianos, procura analisar como a história e o social estão vinculados a essas instâncias. Segue abaixo um esquema que sintetiza o percurso que a instância do sujeito tem passado ao longo desses estudos.

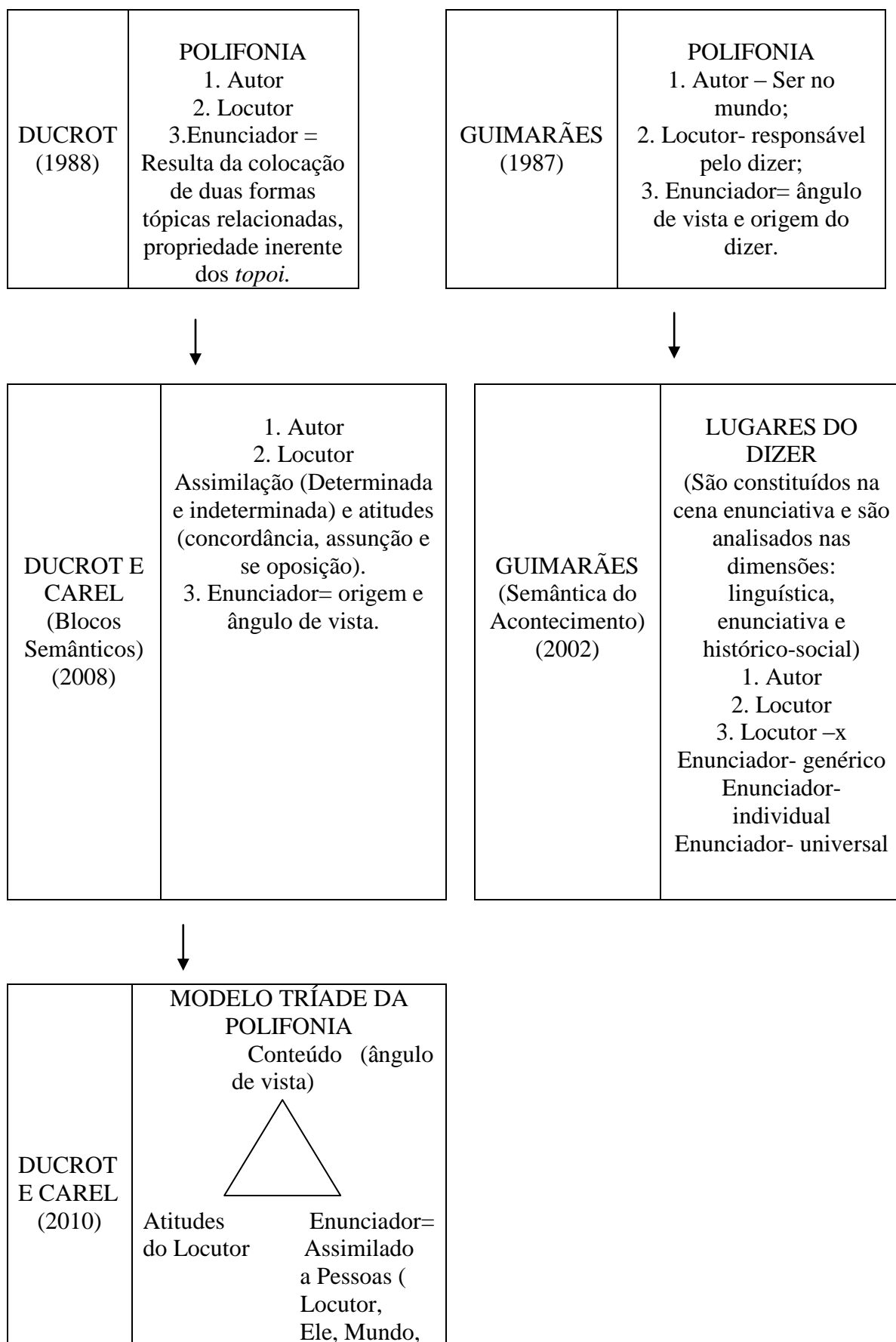


BENVENISTE (1970) ⁸	SUJEITO = AQUELE QUE ENUNCIA (É identificado pelas marcas de primeira pessoa. É puramente linguístico.)
-----------------------------------	---

DUCROT (1984)	<p>SUJEITO NÃO É UNO = POLIFONIA</p> <p>Três instâncias enunciativas para a categoria do sujeito:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Autor – ser no mundo; produtor físico do falar; 2. Locutor - se responsabiliza pelo enunciado; a ele são atribuídas as marcas de primeira pessoa; 3. Enunciador – centro das perspectivas expressas na enunciação; ponto de vista. (Origem do enunciado e ângulo de vista)
------------------	---



⁸ As datas mencionadas neste quadro correspondem às primeiras edições em português e não necessariamente às edições que usamos para a realização deste trabalho.



	Testemunha)
--	-------------

A língua, o sujeito e a temporalidade são considerados por Guimarães (2007) elementos que caracterizam o acontecimento da enunciação. Mais um elemento é adicionado a esses: o "real a que o dizer se expõe ao falar dele". Não se confunde, no entanto, com o contexto, explica o autor:

não se trata aqui do contexto, da situação, tal como pensada na pragmática, por exemplo. Trata-se de uma materialidade histórica do real. Em outras palavras, não se enuncia enquanto ser físico. Enuncia-se enquanto ser afetado pelo simbólico e num mundo vivido através do simbólico. (GUIMARÃES, 2007:204)

Ao mesmo tempo em que sujeito, língua e temporalidade são constituídos no acontecimento eles também de alguma forma já preexistem fora dele. O real, então pode ser entendido como esse ponto de contato que de um lado é simbolizado no mundo, e por outro ganha suas próprias especificidades ao serem constituídos no acontecimento de linguagem.

Durante o levantamento de discussões que culminaram na formulação da Semântica do Acontecimento, Guimarães não deixou de considerar os aspectos que colocariam a argumentação diante das tomadas de posição teórica assumidas por ele. Guimarães (2002a) parte das assertivas divulgadas nos trabalhos de Ducrot e Anscombe para salientar que a orientação argumentativa é tida como responsável pelo estabelecimento dos modos de interpretação de um enunciado e até mesmo da interpretação do futuro de um texto.

Sob este prisma, a argumentação se extrai do processo de interpretação do texto e ao mesmo tempo constitui esse processo, de forma que torna-se necessário "interpretar o que vem depois como relacionado, como 'compatível' com a conclusão do funcionamento da orientação argumentativa" (Guimarães, 2002a:81). Nessa relação de consistência entre interpretação e argumentação enquanto elementos inerentes ao funcionamento da textualidade, o acontecimento em si é de fundamental importância para marcar tal relação, na medida em que ele traz entre suas peculiaridades a história, ou seja, o interdiscurso, o qual é tido como uma exigência para a interpretação da argumentação:

A argumentação exige, pois, para ser interpretada, a presença do interdiscurso como memória no acontecimento. O que significa dizer que a argumentação está determinada pelo interdiscurso. (GUIMARÃES, 2002a:82)

Ao considerar a argumentação pautada nestes aspectos citados acima e entender que “argumentar é, mais que estabelecer uma conclusão, silenciar outros percursos da significação textual” (Ibidem), Guimarães se mantém fielmente na via aberta por Ducrot na qual a argumentação não é vista como uma relação de linguagem com o mundo, mas como uma marca intrínseca da língua.

Como mencionado anteriormente, em uma das etapas de seus estudos, Ducrot pretendia uma argumentação que estivesse inscrita na língua e o que permitia a passagem de um argumento para uma conclusão era um princípio argumentativo chamado de *topos*. Para Guimarães, o que autoriza a passagem de um argumento a uma conclusão é o memorável. A orientação argumentativa envolve uma relação de consistência com o acontecimento e a partir desta relação visualiza-se o futuro do texto e a sua interpretação, bem como a configuração das figuras do sujeito, de forma que ainda são mantidos os conceitos de polifonia, embora com uma nova forma de entendê-los.

Em suma, tanto o sujeito afetado pela memória, pela história e a partir disso apresentando configurações distintas, como a argumentação determinada pelo interdiscurso, ou seja, pelos memoráveis recortados, são visíveis através das regularidades da língua ao serem constituídos no acontecimento de linguagem.

As abordagens feitas neste capítulo pretendem mostrar o levantamento das teorias que nos orientam na realização deste trabalho. O principal pilar teórico que sustenta nossas análises é a Semântica do Acontecimento. A escolha por essa teoria está vinculada à compreensão de que para se reconhecer a polifonia e a argumentação enquanto características inerentes da língua requer que haja um entendimento do acontecimento de linguagem, posto que com ele tanto a polifonia como argumentação estabelecem uma relação de interdependência. Apesar dessa escolha, optamos por apresentar as principais abordagens tratadas no interior da Semântica da Enunciação e da Teoria da Argumentação na Língua com o intuito de compreendermos as discussões precursoras da Semântica do Acontecimento. Acreditamos que fazer esse percurso teórico nos concedeu uma maior compreensão da teoria, posto que ele nos forneceu

subsídios para analisarmos passo a passo a construção da teoria levando em conta as inovações e as rupturas que foram sendo estabelecidas ao longo do caminho.

Da teoria benvenistiana, a Semântica do Acontecimento herdou a compreensão de que o ato de enunciar influencia o sentido daquilo que é enunciado. Dessa teoria também são tomadas as primeiras considerações acerca do sujeito. Esses dois eixos, enunciação e sujeito, que de certa forma são indissociáveis, alicerçaram a construção da teoria ducrotiana. Nesta a argumentação entra em cena como uma propriedade da língua e o sujeito como polifônico. A Semântica do Acontecimento procura manter esse perfil da argumentação e do sujeito observando-os como constitutivos e constituídos ao mesmo tempo no acontecimento de linguagem. Além disso, aponta para a colocação da história e do social nas suas abordagens.

Queremos lembrar que o fato de assumirmos como escolha teórica a Semântica do Acontecimento, não estamos com isso descartando totalmente as considerações levantadas pelas outras duas teorias. Em alguns pontos de nossas análises vamos retomar aspectos tratados por elas. Especialmente a teoria de Ducrot, sobretudo no que concerne à configuração da polifonia tal qual discutida nos seus trabalhos mais recentes.

2 – HISTÓRIA E FUNCIONAMENTO DAS CONJUNÇÕES *MAS E EMBORA*

No capítulo anterior nos ocupamos em expor o percurso teórico-metodológico que orienta nossas atitudes nesse trabalho. Neste capítulo, nos dedicamos a questões mais pontuais sobre as duas conjunções de nosso interesse. A justificativa para o levantamento das considerações tratadas aqui se deve à necessidade de conhecermos os trabalhos que já foram feitos em torno de tais conjunções para que a partir deles possamos visualizar particularidades inerentes a elas e que podem de alguma forma ampliar nossas percepções e considerações sobre elas.

Com esse intuito, buscamos primeiramente uma compreensão do processo histórico que essas conjunções percorreram até ganharem a forma e o funcionamento que têm hoje, e em seguida partimos para a retomada de estudos delas já no campo da semântica argumentativa, o qual nos permitiu formular um conjunto de considerações que impulsionam o tratamento que daremos a elas neste nosso trabalho.

Sendo assim, os aspectos aqui expostos, além de nos servirem de ponto de partida, nos mostram um leque de particularidades abrindo nossos horizontes para reflexões e discussões ora concordando, ora discordando e ora assumindo as considerações feitas de acordo com as correntes teóricas adotadas em cada estudo retomado.

2.1 – DA SUPERIORIDADE À ADVERSIDADE

O conectivo *mas* é usado em larga escala tanto em textos orais como escritos. É considerado o operador argumentativo por excelência, razão pela qual tem instigado o desenvolvimento de muitos trabalhos no âmbito dos estudos linguísticos tomando-o como o objeto de análise. Esses trabalhos destacam características variadas dessa conjunção sendo descritas sob a luz de diversas abordagens teóricas. O recorte que fizemos da revisão bibliográfica destacado aqui salienta as transformações sofridas por esta conjunção ao longo da história e também aborda questões relacionadas ao seu funcionamento na atualidade, mais precisamente o entendimento da sua funcionalidade sob a ótica da semântica argumentativa. Ou seja, mesmo tratando de aspectos diferentes,

os trabalhos aqui citados têm em comum alguma reflexão pautada na semântica argumentativa.

A conjunção *mas* chamou a atenção de Vogt e Ducrot (1980) no que diz respeito à sua origem. O que intriga os autores acima é o fato de que em algumas línguas derivadas do latim a principal conjunção adversativa provém do advérbio comparativo de superioridade *magis* e não da conjunção adversativa *sed* da língua de origem, como vemos abaixo:

- Português: mas
- Francês: mais
- Italiano: ma

Para compreender as repercussões que esse dado histórico pode ter dado ao modo de se entender a configuração dessa conjunção ao se observar o seu uso, os autores fazem um estudo minucioso da transição do advérbio comparativo de superioridade à conjunção adversativa utilizada hoje. O resultado desse estudo foi relatado e publicado com o título: *De magis a mas: uma hipótese semântica*.

Nesse trabalho, os autores perceberam que o uso dessa conjunção pode apresentar duas funções: retificação – nesta função a oração introduzida pela conjunção adversativa *mas* admite sempre uma correção à oração antecedente, em forma de substituição, e uma característica peculiar dessa função é a obrigatoriedade de um advérbio de negação na oração que precede o *mas* - a esta função eles adotam a terminologia *masSN* (do alemão “sondern” e do espanhol “sino”); operador argumentativo - na outra função, o *mas* ocorre sem a negação antecedente e funciona como orientador de uma conclusão não esperada - nessa função a terminologia adotada é *masPA* (equivalente ao alemão “aber” e ao espanhol “pero”). A estrutura de enunciados com cada uma dessas funções respectivamente seria:

- MasSN = não p, mas q (Ex: (Maria **não** é bonita) = **p**, **mas** (é simpática)= **q**)
- MasPA = p, mas q (Ex: (Maria é bonita) = **p**, **mas** (está solteira) = **q**)

Os autores apresentam duas hipóteses para a passagem de *magis* a *mas*:

- 1) MasPA veio diretamente de *magis*, sendo trazido pelo latim vulgar;
- 2) MasPA veio do *masSN*, que por sua vez derivou de *magis*.

A segunda possibilidade vincula-se ao fato de que o *magis* em alguns casos, na língua latina, também é empregado como conjunção adversativa no sentido de retificar,

podendo, então, ser relacionado ao *masSN*. Por essa razão, os autores relacionam tanto ao *mas SN* quanto ao *masPA* aspectos inerentes ao comparativo de superioridade, no sentido de que há um jogo de comparações nos enunciados intercalados por tais conjunções, de forma que o efeito de negar argumentativamente uma das orações automaticamente elege a outra como superior. Olhando por este prisma, os autores constataam que as funções desempenhadas pelo *mas* atualmente partiram do próprio fato linguístico e não de influências exteriores. É importante lembrar que essa distinção dos *mas* ficou tão marcada que os trabalhos posteriores ao de Vogt e Ducrot sempre a consideram relevante para a determinação do tipo de análise a ser feita.

Torna-se necessário evidenciar que somente o fato de ter uma negativa na oração que antecede o *mas* não quer dizer que necessariamente trata-se da função SN. A função PA também pode ser precedida de uma negação. Pinto (1989) atenta para essa possibilidade no desenvolvimento de sua dissertação de mestrado defendida sob o título: *Mundo, mas linguagem: uma leitura semântica da conjunção mas*. Nesse trabalho, a autora traça um paralelo que mostra as diferenças entre as funções SN e PA e para isso ela aciona basicamente três linhas de pensamento que tentam descrever tais funções: duas vinculadas à Semântica Gerativa às quais a autora aponta algumas possíveis inadequações explicativas; e a última pautada na Semântica Argumentativa. Pinto (1989) julga esta última mais adequada para explicar os traços distintivos dessas duas funções atribuídas ao *mas*.

A estratégia utilizada por Pinto (1989) é retomar da Semântica Argumentativa os conceitos de topos, fazendo uso de suas características básicas (universalidade, generalidade e gradualidade), e polifonia, principalmente no tocante à descrição dos enunciados negativos. A partir disso, a autora conclui, usando a terminologia de Ducrot (1987), que a negação que antecede o *masPA* é de caráter polêmico e a que antecede o *masSN*, metalinguística. Para Ducrot (1987) os enunciados negativos apresentam uma estrutura polifônica na qual os enunciadores se dividem apresentando um dado positivo e o seu equivalente negativo.

Observemos o exemplo abaixo:

(1) O professor de matemática não se divorciou.

E1: O professor de matemática se divorciou. (dado positivo)

E2: Ele não se divorciou. (dado negativo)

E3: O professor de matemática era casado. (pressuposto)

No caso da negação polêmica, o Locutor se opõe ao enunciador E1, que faz a afirmação recusada por E2. Isto é, ele nega que *tenha havido divórcio*. Além disso, quando há pressupostos, como no exemplo acima, eles são mantidos. Já na negação metalinguística “a negação contradiz os próprios termos de uma fala efetiva à qual se opõe” (Ducrot, 1987:203). Este tipo de negação permite anular os pressupostos subjacentes. Usando o mesmo exemplo acima, a negação recairia sobre o pressuposto *O professor de matemática era casado*.

Com base nesses conceitos, Pinto (1989) chegou à conclusão supracitada explicando que na função PA “o sentido é disputado, os argumentos do outro são considerados. Mesmo quando precedido de uma negação, essa negação deixa ecoar nela o argumento do outro.” (Pinto, Idem: 101) Já na função SN, não há uma disputa de sentido, mas a imposição que silencia o argumento do outro: Os pressupostos são anulados.

Observemos os encadeamentos abaixo:

(2) Pedro não veio de Campinas ontem, mas na semana passada⁹.

O pressuposto *Pedro ainda estava em Campinas ontem* é completamente anulado e a negação incide sobre os termos que são apresentados, o que pode ser parafraseado por: *não, ele não veio de Campinas ontem porque ele não estava lá ontem. Ele veio de lá na semana passada*. Trata-se então de uma negação metalinguística e de um *mas* na função SN.

(3) Pedro não tinha dinheiro, mas comprou um carro.

O primeiro argumento aponta para a conclusão *Pedro não tinha condições financeiras para realizar compras* e o segundo para uma conclusão oposta à apresentada pelo primeiro *Pedro tinha condições financeiras para fazer compras*. O *mas* nesse encadeamento exerce a função PA. A argumentação é o foco não a negação em si. Nesse caso, a afirmação subjacente à negação que inicia o encadeamento, *Pedro tinha dinheiro*, é recusada o que caracteriza essa negação como polêmica.

O modo como Pinto (op.cit.) coloca essa diferença dos *mas* esclarece nitidamente que somente o *masPA* tem valor argumentativo, pelo fato de ambos os argumentos do encadeamentos serem considerados havendo assim uma disputa entre eles, embora somente a conclusão apontada pelo argumento que contém o *mas* seja

⁹ Exemplo utilizado por Pinto (1989:75)

mantida. É ela que prevalece para o encadeamento como um todo. Ou seja, esse *mas* marca linguisticamente as intenções argumentativas do Locutor desvendadas pela orientação argumentativa.

Convém ressaltar que nem todo e qualquer uso do *mas* necessariamente vai ser classificado como um desses dois tipos: SN ou PA. No uso corrente da língua as palavras ganham conotações diferentes resultantes de contextos variados atendendo intenções discursivas de diversas ordens. O *mas* é uma palavra muito utilizada na língua portuguesa e nem sempre a sua utilização denota valor argumentativo, ou seja, nem sempre ela vai marcar a orientação argumentativa ou a representação das perspectivas enunciativas do enunciado. Vários pesquisadores já atentaram para este dado e procuraram investigar os possíveis valores semânticos que esta conjunção pode apresentar. Rocha (2008), por exemplo, depois de perceber que até mesmo as gramáticas demonstram discordância quanto à apresentação dos sentidos que esta conjunção pode apresentar, conclui que essa gama de variados sentidos que o *mas* apresenta constitui uma rede polissêmica motivada metaforicamente. Para a autora, a rede polissêmica derivaria da atuação do falante ao desenvolver sua capacidade de atribuir sentidos mais abstratos baseando-se nos sentidos mais concretos o que não ocorre de forma aleatória, mas motivada, de maneira que os vários sentidos se relacionam entre si.

Mesquita & Santana (2008) também optaram por comparar as descrições que as gramáticas fazem dessa conjunção. Ao final da comparação elas perceberam que nas gramáticas não há uma preocupação com o papel discursivo, o que resulta numa abordagem mecânica sem privilegiar funções e valores semânticos. Apesar dessa constatação, as autoras consideram válida a descrição feita por algumas gramáticas e ressaltam a descrição apontada por Cunha & Cintra (1985) que dizem que *mas* é uma partícula que apresenta múltiplos valores afetivos, esclarecendo que esse conectivo não se limita apenas a apresentar ideias opostas, mas uma série de outros valores semânticos podem ser abordadas por ele: restrição, retificação, atenuação ou compensação, adição, e ainda funciona com o objetivo de retomar o fio do enunciado anterior que ficara suspenso. Elas usam essa descrição desses gramáticos nas análises dos textos de alunos do Ensino Médio e colocam a função do *mas* enquanto operador argumentativo como uma dentre as várias outras funções que ele pode apresentar.

O *mas* ganha esta função de operador argumentativo dentro das perspectivas de estudo de Ducrot. A partir de então, mesmo os estudos que focalizam outras teorias, como a Linguística Textual, o Funcionalismo, dentre outras, não deixam de recuperar algum aspecto do que foi tratado por Ducrot. Neste trabalho, embora não desconsiderando as várias descrições que outros autores deram ao *mas*, nos preocupamos apenas com a função operador argumentativo, o que iremos esmiuçar à luz da Semântica do Acontecimento.

2.2 – DO BOM AUGÚRIO À CONCESSÃO

Não só a história do *mas* revela mudança de sentido e por conseguinte de classe de palavras. A história do *embora* também registra alterações nesses critérios. Formada pela aglutinação das palavras *em boa hora*, hoje é utilizada na língua portuguesa com dois sentidos participando de duas classes gramaticais: advérbio quando acompanhada dos verbos *vir*, *ir* e *mandar*; conjunção concessiva quando une orações dependentes que apontam para sentidos contrários.

Ali (1964), na sua Gramática Histórica, ao procurar recuperar o valor semântico da locução adverbial que originou a concessiva *embora*, constata que no século XV, a expressão *em boa hora* era utilizada para desejar bom augúrio, uma vez que, de acordo com a crença da época, o sucesso das ações dependia da hora em que elas eram realizadas.

Depois, ao longo do tempo, conforme as explicações de Ali (1964), a locução foi sofrendo alterações até que chegou a ter a forma *embora*. Tal forma acompanhava os verbos de movimento *ir* e *vir*. O gramático encontrou registros do século XVII em que o advérbio era utilizado em frases optativas para indicar que o falante não se opunha a alguma ação. De acordo com Ali (Idem) essa forma de usar o *embora* foi a responsável pelo aparecimento do valor concessivo tal qual utilizado hoje.

Felício (2008), ao estudar os processos de gramaticalização da concessiva *embora*, também resgata a trajetória de mudanças percorridas por esta conjunção ao longo dos séculos. De acordo com a pesquisa feita pela autora, no século XV foram encontrados registros da locução adverbial *em boa hora* sendo usada para desejar boa sorte, no momento da realização de determinada ação, uso que também foi encontrado por Ali (1964). Além desse uso, a autora se deparou com registros que já apresentavam

a forma aglutinada *embora*. O exemplo encontrado apresenta uma leitura ambígua que pode denotar tanto bom augúrio como deslocamento espacial assim como é usado hoje.

Nos registros do século XVI, Felício (2008) verificou usos que apresentavam valor de advérbio espacial, temporal e temporal/concessivo. Conforme as explicações da autora, o valor de advérbio espacial expresso por *embora* é acompanhado de verbos de movimento como *ir* e *vir*. O valor de tempo é utilizado com sentido de momento favorável, expressando um desejo por parte do falante. Neste caso pode vir acompanhando tanto verbos que denotam ações como verbos que expressam estado¹⁰. Diante desses dados, a autora conclui que “o **tipo de verbo** é o principal responsável pela atribuição do valor espacial frente ao temporal para o advérbio *embora*.” (2008: 142)

No século XVII, ainda são encontrados usos do *embora* indicando deslocamento espacial e assim como no século anterior, vem acompanhado de verbos que indicam movimento. Felício (2008) encontrou também registros que permitem leitura ambígua de tempo e concessão, o que não havia sido observado nos exemplos do século anterior. O exemplo que apresenta leitura ambígua analisado na dissertação de Felício (idem) mostra que a aceção de valor temporal pode ser verificada pela ausência de verbos de movimento e, ao mesmo tempo, apresenta contextos optativo, adversativo e de possibilidade atestando a leitura concessiva para esses contextos.

Felício (2008) usa alguns critérios de análise para reconhecer esse uso concessivo já no século XVII. Sintaticamente, a autora analisa a posição do *embora* na sentença (no exemplo analisado, ele está posposto ao verbo); semanticamente, pelo contexto adversativo/negativo e pela paráfrase com a conjunção *mas*. A análise a partir desses critérios permitiu que a autora enxergasse o valor concessivo do *embora*, observando que ele foi usado como instrumento argumentativo nos exemplos por ela estudados. Observou também que apesar desse valor concessivo do *embora*, ele ainda não se firmara como conjunção, posto que às vezes ele ligava dois termos do enunciado, mas sem estabelecer relações entre orações, como acontece com as conjunções. O *embora* enquanto conjunção, tal qual usamos hoje, tem como característica sintática a

¹⁰ Nos exemplos citados pela autora aparecem os verbos *nascer*, *ser* e *ficar*. Os verbos *nascer* e *ficar* expressam ações e o verbo *ser* denota estado.

mobilidade de sua posição. Já nos textos em que ele está ligando dois termos que não são orações, não há essa possibilidade de mudança de posição.

No século XVIII, segundo as pesquisas de Felício (2008) foram mantidos os mesmos usos do século XVII. Já no século XIX a autora verificou uma multifuncionalidade do *embora*: conjunção concessiva, advérbio concessivo, preposição concessiva e advérbio espacial. No material que ela analisou desse período, não foi encontrado nenhum exemplo que permitisse leitura ambígua. Este dado leva à conclusão de que o sentido concessivo já fora convencionalizado entre os falantes do português. Nesse período também, o *embora* já participa das mesmas características das conjunções pelo fato de unir orações. As orações que o *embora* conecta apresentam relação semântica de ideias contrárias, em que o falante levanta um argumento para depois refutá-lo e dessa forma estabelece uma relação argumentativa entre falante e ouvinte.

Felício (op.cit) finaliza suas análises sincrônicas do *embora* dizendo que o sentido temporal foi totalmente perdido, mas ainda mantém-se o sentido espacial acompanhando os verbos *ir*, *vir* e *mandar*. E quanto ao valor concessivo, a autora assevera que o contexto responsável pelo aparecimento desse significado parece ser aquele em que era permitido leituras ambíguas, posto que de alguma forma veiculava-se a ideia de oposição/negação. A autora ressalta também que a gramaticalização do *embora* como conjunção concessiva não se deve à necessidade de codificar relações que não existiam na língua, posto que outros conectores que realizavam a tarefa de estabelecer relações de concessão e/ou adversidade já se faziam presentes no uso da língua. O *embora* surgiu como mais uma forma de expressar tais relações.

Antes de Felício (2008), Guimarães (2007) já havia se dedicado em esmiuçar a trajetória do *embora*. Para ele, essa conjunção apresenta particularidades que as outras concessivas não têm.

Ao relatar o percurso do advérbio *em boa hora* até adquirir a função de conjunção concessiva na forma aglutinada *embora*, este autor procura tratar cada etapa desse percurso sob a ótica da semântica da enunciação, conforme exposto a seguir.

- *Em boa hora*, *embora* utilizados para desejar bom augúrio. O Locutor representa sua enunciação da perspectiva de um enunciador genérico, como a voz do senso comum. Ele decide falar como os outros falam e não há uma representação de um lugar social que marque a sua enunciação. Há uma repetição de frases feitas.

As pessoas da sua comunidade acreditam que desejar bom augúrio influencia no sucesso do que vai ser realizado. Partindo dessa crença, o enunciador repete o que todos dizem, reproduzindo, repercutindo as crenças do senso comum. O Locutor está subsumido por esta perspectiva e a dele próprio se apaga.

- Primeiras aparições dos usos *vir embora* e *ir embora*, sendo que *embora* não está usado somente com sentido de bom augúrio. Ele pode tanto avaliar a ocasião e neste caso acompanha uma justificativa que sustenta o bom augúrio como pode simplesmente indicar a ideia de afastamento. Nesses usos, a perspectiva do senso comum dilui-se e se instala um outro enunciador que pode corresponder à perspectiva do Locutor ou não. Desejar bom augúrio, ou avaliar a ação como boa ou ruim, vai depender dos sujeitos envolvidos na enunciação. Sendo assim, pode haver oposições entre a perspectiva do Locutor e uma outra da qual se diz *embora*.
- O *embora* assume a função de conjunção e trabalha unindo enunciados opostos que partem de perspectivas enunciativas opostas. O Locutor coloca em cena dois enunciadores: um apresenta o enunciado que tem o *embora* e o outro um enunciado que não tem a conjunção. A conclusão apontada pelo encadeamento dos dois enunciados segue a orientação indicada pelo enunciado que não tem o *embora*.

Guimarães (2007:183) constata com esse estudo histórico da conjunção *embora* que as enunciações atuais desta conjunção “guardam marcas dos usos que lhe deram origem”, posto que o valor de conjunção concessiva foi configurado a partir de deslocamentos de perspectivas que, segundo o autor, formatam uma característica diferencial entre essa conjunção e as outras concessivas. Com o uso do *embora* é possível avaliar-se positivamente mesmo o que se nega como argumento predominante, explica Guimarães (idem), acrescentando ainda que essa diferença entre esta conjunção e as demais que atestam valor concessivo está ligada às perspectivas enunciativas evocadas no seu uso.

2.3 – DE CONJUNÇÕES A OPERADORES ARGUMENTATIVOS

Guimarães, ao estudar as conjunções do português, caminha pela esteira que coloca a Semântica Argumentativa como crucial nas descrições de conjunções tomando-

as como operadores argumentativos. Na obra *Texto e argumentação: um estudo de conjunções do português*, o autor faz um levantamento geral das conjunções do português esmiuçando diversas características inerentes a elas. Nesse percurso, ele aciona a tripartição das conjunções estabelecida por Charles Bally (1965 *apud* Guimarães, 2007) na qual a classificação das conjunções em coordenativas, segmentativas e subordinativas vai depender da forma como elas relacionam as orações dentro de um período. Independente dessa classificação, o que é mais central nos interesses de Guimarães com esse trabalho é perceber como as conjunções marcam nos enunciados a argumentação e a polifonia dentro de uma perspectiva enunciativa.

Ao fazer isso, o autor agrupa as conjunções de acordo com a forma que elas deixam transparecer tais aspectos. Nessa tarefa, as conjunções *mas* e *embora* são alinhadas no mesmo grupo pelo fato de apresentarem algumas características próximas. Inclusive o autor ressalta que a função concessiva, exercida pelo *embora*, sempre foi correlata da função adversativa, exercida pelo *mas*. No português arcaico, *pero*, usado no espanhol correspondendo ao *masPA* do português atual, era usado também com valor concessivo, segundo explica Guimarães (2007). E para dar mais corpo à justificativa de que essas conjunções são correlatas o autor recorre às considerações de Soares Barbosa (1822 *apud* Guimarães 2007) que apresentam as concessivas como um tipo de adversativas.

Ao fazer as análises de encadeamentos que apresentam estas conjunções, o autor recorre à noção da polifonia ducrotiana. Descreve as vozes que se manifestam nesses encadeamentos como partindo de um Locutor (L), que coloca em cena dois enunciadores (E1) e (E2). Cada enunciador apresenta um argumento: o primeiro (E1) apresenta o argumento (A) e o segundo (E2) o argumento (B). Cada argumento aponta para uma dada conclusão: (A) aponta para a conclusão (r) e (B) para a conclusão ($\sim r$). O argumento apresentado pelo segundo enunciador aponta para uma conclusão oposta àquela indicada pelo argumento do primeiro enunciador:

$$L \{ [E1 (A) \rightarrow r, \text{mas } E2 (B) \rightarrow \sim r] \rightarrow \sim r \}$$

Guimarães (2007) observa nas suas análises que o fato de a conclusão indicada pelo segundo argumento prevalecer, de forma que o encadeamento como um todo (A,*mas* B) é orientado argumentativamente para a conclusão $\sim r$, mostra que apesar de o Locutor apresentar duas perspectivas, ele identifica-se com uma delas. A apresentação de perspectivas diferentes mostra o jogo de estratégias de relação utilizadas na

construção do texto. Ou seja, a estratégia utilizada mostra um argumento que aponta para uma conclusão e em seguida um novo argumento que direciona o texto para uma conclusão diferente daquela apresentada no início. Quando, os argumentos são articulados no encadeamento com o conectivo *embora*, a orientação argumentativa segue outro padrão:

$$L \{ [E1 (A) \rightarrow r, \text{embora } E2 (B) \rightarrow \sim r] \rightarrow r \}$$

Um Locutor (L) coloca em cena dois enunciadores: (E1) e (E2). Cada um apresenta um argumento, (A) e (B) respectivamente. (A) aponta para a conclusão (r) e (B) para a conclusão ($\sim r$). A conjunção *embora* conecta as duas perspectivas enunciativas ao introduzir o segundo argumento (B) e neste tipo de encadeamento a conclusão que prevalece (r) é a do primeiro argumento (A) tornando-se também a conclusão de todo o encadeamento.

O Locutor, nesse caso, identifica-se ou pretende argumentar a favor da primeira perspectiva. O texto irá continuar seguindo a conclusão admitida por ela. A estratégia utilizada mantém aquilo que se deu no começo do recorte, enquanto que nos encadeamentos com o *mas* tem-se como estratégia apresentar algo que favoreça o aparecimento de expectativas que serão frustradas pelo segundo argumento.

É possível estabelecer também outra estratégia de relação ao utilizar o *embora*. Neste caso, a refutação se apresenta logo no início do texto. O Locutor levanta uma objeção sobre um determinado assunto (argumento com *embora*), e em seguida apresenta uma perspectiva que diz que essa objeção não será suficiente para impedir que a conclusão apontada pelo outro argumento permaneça e se mostre predominante. O Locutor mostra que existe outro argumento mais sustentável e este ganha mais credibilidade exatamente pelo fato de o seu antecessor se mostrar como não predominante. Os encadeamentos dessa natureza apresentam a estrutura: *embora* A, B, e a sua conclusão é a indicada pelo argumento que não tem o conectivo, assim como no caso anterior.

Importa observar que a disposição das representações do sujeito da enunciação imbricada à orientação argumentativa e a articulação entre os argumentos resultam em estratégias de relação diversas. O sujeito representado pelo Locutor, que é o responsável pelo dizer, é o responsável pelo estabelecimento da relação com o alocutário. É esse sujeito que ordena e seleciona os argumentos que serão apresentados procurando mostrá-los de forma convincente. É ele que decide a maneira como os argumentos

devem ser articulados conduzindo para a orientação argumentativa que ele pretende dar para o enunciado. Olhando por este prisma, observar as estratégias que movimentam o relacionamento entre Locutor e alocutário e até mesmo entre enunciador e enunciatário leva a compreensão de que essas estratégias, além de representar o cruzamento das posições do sujeito da enunciação, traçam os caminhos da progressão textual abrindo margem para a constituição dos efeitos de sentido. O texto segue modelado pelos objetivos argumentativos traçados pelas figuras do sujeito e para o cumprimento de tais objetivos são necessárias estratégias manipuladoras e convincentes.

O que Guimarães (2007) pretende enfatizar com essas análises, com o *mas* e o *embora*, é que a organização textual tem como um de seus fundamentos a orientação argumentativa e desta forma ele continua a considerar, como Ducrot, que a argumentação é uma questão linguística. Não somente nesse trabalho em que ele fez as análises das conjunções, mas nos que se seguiram, o autor continuou afirmando que a argumentação não se resume a um modo lógico de apresentar provas, nem tampouco a uma manipulação do Locutor sobre os destinatários. Ela faz parte da sistematicidade da língua, de forma que pode ser constituída no acontecimento de linguagem. Além disso, ele explica também que o jogo de representações do sujeito da enunciação adquire seu valor argumentativo próprio ao cruzar com a orientação argumentativa. Diante disso, conclui que os encadeamentos dessa natureza apresentam três características fundamentais: polifonia, argumentação e estratégias de relação. Analisar os sentidos de um texto a partir dessas características é reconhecer os aspectos de sua dialogia externa evocada pela orientação argumentativa; e também de sua dialogia interna representada pela polifonia.

Trazendo essa colocação para a Semântica do Acontecimento, podemos acrescentar que a dialogia externa recorta memoráveis, discursos já ditos os quais sustentam a orientação argumentativa apontando para a futuridade da interpretação e na dialogia interna ecoam as vozes que apresentam esses argumentos. O cruzamento dessas dialogias estabelece estratégias de relação que evidenciam os sentidos da unidade textual. Lembremo-nos de que apesar de uma dessas dialogias receber o adjetivo “externa”, ambas são constituídas no acontecimento. São evocadas por ele.

Analisar essas conjunções sob a ótica da Semântica do Acontecimento compreende enfatizar a interação dos elementos constituidores do acontecimento de linguagem para o funcionamento dessas conjunções tomadas como elementos

linguísticos com capacidade de marcar a argumentação do texto do qual fazem parte. E mais ainda, sob essa perspectiva é possível perceber qual representação os elementos caracterizadores do acontecimento adquirem no uso dessas conjunções.

Olhando por esse viés, mesmo as considerações diacrônicas tratadas nas duas primeiras seções deste capítulo podem ganhar uma nova roupagem se analisadas à luz dessa teoria. Os dados não limitaram a mostrar apenas uma sequência de variações dos termos e suas classificações gramaticais assumidas ao longo do tempo, mas manifestaram também o funcionamento discursivo de cada etapa do percurso desses termos.

Não colocamos como parte do nosso trabalho analisarmos como os dados diacrônicos podem ser trabalhados diante da teoria da Semântica do Acontecimento, embora saibamos que isso é possível e pode render grandes contribuições para o entendimento não só do funcionamento dessas conjunções como também para uma compreensão mais ampla da própria teoria. O recurso a esses dados foi-nos útil para aprofundar o nosso conhecimento sobre o nosso objeto de análise a fim de fazer-nos refletir acerca da constituição dos valores semânticos manifestados por ele na atualidade.

Procuramos estudar textos que já traziam considerações ligadas às teorias que norteiam as nossas abordagens. O texto de Vogt e Ducrot expõe a trajetória do *mas* e já adentra no âmbito da semântica argumentativa, até porque o próprio Ducrot é o principal expoente nessa área. Os demais estudos sobre o *mas* resgatam algum ponto do que foi tratado naquele texto. Guimarães, ao estudar a trajetória do *embora*, procura entender os processos de mudança levando em conta a enunciação. Até então a Semântica do Acontecimento não havia se consolidado, então não aparecem nesses estudos posicionamentos assumidos por essa teoria, o que não quer dizer que não seja possível fazer tal percurso seguindo tal abordagem.

Os estudos supracitados nos inspiram na construção do nosso trabalho servindo-nos de ponto de partida, uma vez que a partir das considerações apontadas procuramos compreender mais outros aspectos envolvidos nos usos das conjunções em estudo. Avaliamos os trabalhos mencionados neste capítulo como de suma importância para o desenvolvimento do nosso trabalho. Cada um apresentou de forma diferente aspectos que nos permitiram compreender a multifuncionalidade dessas conjunções e a relevância que seu uso adquire na construção dos sentidos do texto, transparecendo a

dinâmica da língua através do tempo. Entendemos que ao utilizarmos os pressupostos teóricos tratados pela Semântica do Acontecimento nas análises, essa compreensão só tende a se alargar.

O nosso objetivo é analisar as conjunções *mas* e *embora* enquanto operadores argumentativos, que nada mais são do que elementos da própria língua que podem ser utilizados para evidenciar estratégias argumentativas. Estratégias que denunciam um jogo de representações polifônicas e uma temporalidade única. Procuraremos nos deter no entendimento das estratégias envolvidas no uso dessas conjunções valendo-nos dos conceitos que Guimarães (2007) determina para tal particularidade e também do modelo de análise utilizado por ele. A estes agregaremos a possibilidade da união de outros termos linguísticos que possam se manifestar como indicadores da necessidade de uso de conjunções como essas.

3 – CONJUNÇÕES, RECORTE E TEXTO: RELAÇÕES DE INTERDEPENDÊNCIA

O conteúdo deste capítulo está voltado para os contornos de nossa pesquisa passando pelo processo de delimitação do referencial teórico, das categorias de análise e da seleção do corpus tendo em vista os objetivos pretendidos.

À luz das teorias apresentadas nos capítulos anteriores analisaremos um *corpus* constituído de recortes de textos jornalísticos. Os recortes selecionados trazem enunciados articulados pelas conjunções *mas* e *embora*, e a partir deles buscaremos entender a constituição dos efeitos de sentidos promovidos por esses enunciados e sua relação com o texto como um todo. Nesse sentido, torna-se pertinente acionar a opção metodológica adotada por Guimarães (2007) na qual o enunciado é um correlato de um recorte discursivo. Assim, ao se tomar como objeto de análise o recorte, automaticamente se considera o texto do qual esse recorte foi tirado. As interpretações que serão feitas dos enunciados recortados se darão sob o ponto de vista do texto como um todo e não apenas dos enunciados isoladamente. Nesse modo de análise, os enunciados são considerados como parte integrante do texto e ao relacionarem-se uns com os outros num movimento integrativo constituem o sentido da unidade maior que é o texto. Assim consideramos como Guimarães (2007) que os enunciados nesse contexto não são entendidos como parte segmental, mas integrativa do texto¹¹. Como faz parte do nosso foco a polifonia, portanto as vozes que ecoam nos enunciados, torna-se indispensável analisar também o co-texto.

O conceito de recorte nos estudos desenvolvidos por Guimarães vem de Eni Orlandi (1984). A autora estabelece uma diferenciação entre segmentar e recortar. Essa distinção explicita que segmentar seria tomar as partes do texto isoladamente como se elas não dependessem umas das outras na formação do sentido. Analisá-las dessa forma causaria o ofuscamento de questões discursivas. Já quando as partes do texto são tomadas enquanto recortes considera-se as propriedades discursivas pertinentes a elas, uma vez que dentre suas características encontra-se a incompletude, no sentido de que parte do seu sentido se completa com o dizer do outro; e ao mesmo tempo a polissemia, ou seja, uma multiplicidade de sentidos. Desta forma, “o recorte é então uma unidade

¹¹ O conceito de integração retomado por Guimarães (2007) é baseado na concepção que Benveniste (2005) traça ao descrever os níveis de análise linguística.

discursiva” (Orlandi, 1984: 14). Para Guimarães (2007:13), “um enunciado em um texto é um correlato de um recorte discursivo no texto. E desse modo o texto é a relação de um conjunto de recortes discursivos.”

De acordo com as explicações de Orlandi e Guimarães (1999), no texto há uma dispersão de discursos que aparecem como resultado do cruzamento de várias posições do sujeito. Ao mesmo tempo em que apresenta essa dispersão, o texto não deixa de ser uma unidade. Uma unidade que, apesar de não ser guiada por regras, pode ser pensada como tendo uma organização. Vale ressaltar que é a própria “dispersão que constitui a textualidade pela representação da unidade” (Guimarães (2007:13)), a qual é tida como uma ilusão, seu sentido é resultado do cruzamento, via estratégias de relação, da dispersão e da ilusão de intencionalidade¹².

Daí a importância de se considerar o funcionamento das estratégias de relação. O primeiro ponto a ser entendido sobre esse assunto é a consideração da articulação tema/comentário, que segundo Guimarães (2007:194) está relacionada “à dialogia da própria situação de interlocução”. O que vai determinar o que é tema e o que é comentário é a própria enunciação. O tema é dado como um início que será comentado. Assim no encadeamento *Paulo era o mais adequado para o cargo, mas não foi o escolhido*¹³ o tema é *Paulo era o mais adequado para o cargo* e o comentário é aquilo que se pronuncia sobre esse tema: *mas não foi o escolhido*. Sobre essa articulação é importante fazermos aqui duas considerações. A primeira salienta que esse tipo de articulação não é restrita apenas a enunciados argumentativos e sobre essa não pretendemos explorar. A segunda consideração refere-se ao tipo de relação que pode ser estabelecida por tal articulação: conclusão, explicação, modalização, dentre outras. Nos detemos apenas a relação opositiva, posto que as conjunções em análise apresentam essa propriedade de articular enunciados opostos. Ainda outro aspecto precisa ser considerado acerca dessa articulação: algumas conjunções não têm a propriedade de marcar no encadeamento o tema e o comentário. Além disso, a distinção tema/comentário não corresponde necessariamente com as distinções de perspectivas enunciativas, o que implica dizer que pode haver várias maneiras de se fazer a articulação tema/comentário.

¹² Segundo Guimarães (2007), a intencionalidade representa a organização do texto e ela está vinculada às perspectivas enunciativas de onde partem as orientações argumentativas.

¹³ Exemplo extraído de Guimarães (2007:64).

Nos enunciados argumentativos, o papel que tal articulação realiza relaciona-se com o papel desempenhado pela orientação argumentativa. O tema apresenta um argumento que evoca o recorte de memoráveis que irão sustentar a conclusão levantada. O comentário, por sua vez, também pode apresentar um argumento que pode tanto seguir na mesma direção da conclusão apontada pelo tema, como pode colocar em cena uma outra conclusão, ou ser a própria conclusão, ou ainda estabelecer outras formas de relação argumentativa. Em enunciados dessa ordem, a articulação tema/comentário interage com a orientação argumentativa na organização textual. A união das duas, Guimarães (2007:194) chama de dialogia externa. Trata-se de uma dialogia vinculada à interlocução com o alocutário. A apresentação do tema pelo Locutor acarreta a apresentação de um argumento do qual o interlocutor pode esperar uma determinada conclusão, assim também como a apresentação do comentário. Se este mantém a conclusão levantada pelo tema, o Locutor conserva aquilo que o alocutário tinha como esperado a partir do argumento apresentado pelo tema. Por outro lado, se no comentário tal conclusão é invertida, o alocutário terá suas expectativas frustradas. Além dessa dialogia, Guimarães discorre sobre outra de igual importância, a qual ele chama de dialogia interna. Nessa se situam as vozes que ecoam no enunciado. Tal dialogia trata, portanto, da polifonia, por trazer para a cena a intertextualidade. Essas duas dialogias atuam juntas na formação dos efeitos de sentido. O cruzamento entre elas forma as estratégias de relação, de maneira que

com as significações polifônicas constituem-se também estratégias do locutor para construir a sua argumentação. Assim a maneira como se cruza no discurso a polifonia com sua construção argumentativa constitui, por si, parte da argumentação discursiva. Assim se nota que a enunciação em si é mobilizada como argumento. Esse tipo de força argumentativa é constituído pelo que poderíamos chamar, como já o fizemos em outras circunstâncias, Estratégias de Relação, pois estamos diante do cruzamento dos dois tipos de alteridade que configuram tais estratégias. (GUIMARÃES, 2007:138).

Desta maneira, Guimarães (2007) considera, assim como Ducrot (1987), que a argumentação e a polifonia são maneiras pelas quais o sentido pode ser representado na enunciação. As estratégias de relação são modos de representação que manifestam como esses dois elementos se encontram no interior do texto, de forma que um funciona em benefício do outro. A força argumentativa é construída a partir desse cruzamento, no

qual o argumento é tomado num jogo de significações polifônicas, resultando assim em estratégias de relação.

Na teoria da argumentação na língua, o sentido de um texto é obtido a partir de sua orientação argumentativa e da polifonia ali representada. As informações veiculadas, os fatos descritos e os argumentos levantados por si só não dão significação ao texto, mas a forma como eles estão articulados manifestando a orientação argumentativa é que significa. Olhando por este prisma, o significado dos enunciados recortados vai depender da articulação apresentada neles, o que atribui aos articuladores, no caso as conjunções, um papel importante na constituição dos efeitos de sentido.

Diante disso, entendemos que considerar as estratégias representadas pelo uso de tais conectores possibilita uma compreensão do texto nos seus aspectos argumentativos e polifônicos que se consolidam na construção dos sentidos. Essa é a razão que norteia a escolha do objeto teórico da nossa pesquisa baseado no qual desenvolvemos nossas análises. O *corpus* é formado por uma seleção de textos advindos do jornal *O Estado de São Paulo* e do jornal *O Estado de Goiás*. Os textos do primeiro jornal datam do período de junho e julho de 2009, mais precisamente os publicados nos fins de semana. E os do segundo dos meses de março e abril de 2011. Não fizemos uma seleção que privilegiasse autores, gêneros, colunas específicas. Todos os textos publicados nessas datas mencionadas foram considerados. Essa forma de seleção nos permitiu ver em diferentes tipos de textos as estratégias representadas pelos usos das conjunções em estudo. Apesar de não fazer parte de nossos objetivos o levantamento de comparações estatísticas, entendemos que a quantidade de textos selecionados é suficiente para demonstrar que não estamos lidando com casos isolados e sim com usos recorrentes.

Do jornal *O Estado de São Paulo*, lemos cerca de 700 textos e do jornal *O Estado de Goiás* aproximadamente 100 textos. Essa soma de textos está dividida em seções que apresentam assuntos de diversas ordens. Percorremos partes que tratam de política, economia, esportes, artigos de opinião tratando de diversos temas, notícias nacionais e internacionais, crônicas, dentre outros. Nessa seleção, encontramos textos mais formais e outros com menor grau de formalidade, como os comentários encontrados na seção que fala dos esportes, por exemplo. Desse montante, quase todos continham a conjunção *mas* e em muitos deles ela aparecia mais de uma vez. A conjunção *embora* aparece em menor quantidade nos textos lidos e quase sempre os

textos que a contêm apresentam maior grau de formalidade, diferentemente do *mas*, que aparece com mais frequência independente do nível de formalidade.

Organizamos nossas análises, as quais compõem o próximo capítulo, tratando primeiramente da conjunção *mas* somente na sua função PA, pelo fato de ser ela a que manifesta orientação argumentativa. Não analisamos o *mas* na função SN. Depois nos detemos nas análises do *embora*. O nosso foco consiste em tratar do sentido dos textos a partir das colocações de Guimarães (2007), o qual aponta para o reconhecimento da união entre as dialogias interna e externa, para a partir desse enlace compreender as estratégias de relação utilizadas.

No que diz respeito à dialogia externa, entendemos que no âmbito da Semântica do Acontecimento ela se manifesta através de recortes de memoráveis ocorridos no próprio acontecimento e que adquirem a função de justificar a orientação argumentativa dos enunciados. Em outras palavras, a conclusão apontada por um dado argumento pode variar. Ela vai ser estabelecida no acontecimento em que o argumento é produzido. Em outro acontecimento, em outra situação de produção, aquele mesmo argumento pode apontar para outra conclusão. Os memoráveis recortados podem ser outros. Isso justifica a importância da compreensão da dialogia externa que, por sua vez, está vinculada ao funcionamento da dialogia interna, pois esta apresenta a orientação argumentativa como partindo de lugares específicos de dizer os quais se mostram essenciais para a compreensão do sentido.

Destarte, argumentação e polifonia constituem o nosso foco. A discussão dessas duas instâncias terá como princípio norteador os conceitos versados na Semântica do Acontecimento e ao mesmo tempo dialogando com o tratamento dado por Ducrot para a polifonia nas versões mais recentes de seus trabalhos. Campos (2011) considera a possibilidade de traçar uma aproximação entre o modelo polifônico tal qual descrito no âmbito da Semântica do Acontecimento e o modelo apresentado por Ducrot. Neste trabalho, vamos atentar para essa colocação da autora. Entendemos que embora Ducrot & Carel (2009 e 2010) não se detenham em abordar aspectos histórico-sociais para a instância do sujeito, o modelo proposto por eles permite que aspectos dessa ordem sejam apreendidos.

Assim, consideramos que o fato de o estudo do sujeito ser considerado como partindo de três elementos essenciais: atitudes do Locutor, conteúdo e Pessoa, sendo que este último corresponde às assimilações feitas a certas personagens do discurso,

abre margem para a colocação de questões histórico-sociais. Esse modelo tríade pode permitir fazer-se uma associação ao modelo proposto pela Semântica do Acontecimento. Ducrot & Carel (2010) colocam que é pelo elemento Pessoa que se manifestam as representações das origens do dizer, sendo que elas se classificam em quatro: Locutor, ELE, Mundo e Testemunha. Guimarães (2002b) considera também uma classificação para os lugares de dizer: Locutor, locutor-x e enunciador, que se subdivide em genérico, universal e individual. A maneira como se comportam esses elementos tanto da classificação feita por Ducrot & Carel (2010) como os da classificação de Guimarães (2002b), parece ser semelhante. Por esta razão, incluímos em nossas análises termos das duas teorias. Para tratar da divisão do sujeito: Locutor, locutor-x e enunciadores, usamos os termos apresentados pela Semântica do Acontecimento, posto que é a essa teoria que o nosso trabalho se vincula e também por estarmos nos baseando no modelo de análise desenvolvido por Guimarães (2007) no trabalho sobre as conjunções do português. Das colocações de Ducrot & Carel (2010) trabalharemos apenas no quesito atitudes do Locutor tanto em relação aos conteúdos apresentados como aos lugares de onde esses conteúdos foram ditos. Essa é uma abordagem que não está inserida nos trabalhos de Guimarães, mas acreditamos que é possível fazê-la ao se analisar o acontecimento de linguagem.

4 – ESTRATÉGIAS DIFERENCIADAS NO USO DE UM MESMO OPERADOR ARGUMENTATIVO

Permanecendo na concepção de argumentação enquanto característica inerente da língua, nos colocamos numa posição em que pode surgir a tentação de sustentarmos que o uso de um determinado elemento linguístico X sempre irá seguir uma mesma descrição. Não podemos negar que a língua mantém, sim, suas regularidades, mas é o funcionamento de tais regularidades relacionado ao acontecimento de linguagem que formula a argumentação.

Os recortes selecionados para o desenvolvimento deste trabalho contêm as conjunções que escolhemos para estudo e percebemos que as estratégias utilizadas no uso da mesma conjunção podem variar. Na construção desse capítulo, tomamos o cuidado de organizar as análises de acordo com as estratégias argumentativas encontradas.

4.1. - MAS – ACORDO NÃO CUMPRIDO

A conjunção *mas* é considerada como o operador argumentativo por excelência não somente pelo fato de ser a mais utilizada, mas também por em grande parte de suas ocorrências estar inserida numa construção argumentativa. A descrição de enunciados construídos com essa conjunção – particularmente nos seus usos como *masPA* - parte da noção de orientação argumentativa enquanto marca da própria língua. Foi baseado nessa noção que Ducrot e Guimarães desenvolveram seus trabalhos que tinham essa conjunção como objeto de análise.

Nesta seção, os recortes analisados trazem como característica principal uma quebra de expectativas. O argumento introduzido pelo *mas* aponta para uma conclusão contrária àquela indicada pelo argumento que o antecede. Acontece um rompimento por parte do Locutor do acordo que ele estabelece com o alocutário ao apresentar para este o primeiro argumento. É o que acontece no recorte a seguir tirado da crônica *Pavor de mãe*¹⁴ de Luis Fernando Veríssimo:

¹⁴ Anexo I

(1) *O nome não é uma pessoa, mas minha vida seria completamente diferente se eu me chamasse, por exemplo, Oberon*¹⁵. Oberon Frenegaz de Hoz e Malgavia.

Para começar, jamais teria dificuldade em reservar mesa em restaurantes.

-Es para Oberon Frenegaz de Hoz e Malgavia de Soler e Pantajas.

Uma pausa e o arremate:

-Tercero.

-Sim senhor. Uma mesa para quantos?

- Dez. Estarei sozinho.

Sim, porque com um nome assim, mesmo sozinho você é um cortejo.

O nome que escolhemos, ao contrário do nome que nos dão, revela a ideia que fazemos de nós mesmos e os projetos secretos que sempre tivemos para nossas vidas e o nome dado impedia. Quem escolhe se chamar Oberon é porque tem ambições de Oberon. Planos de Oberon. Que obviamente, boas coisas não podem ser. (O Estado de São Paulo, 28/06/2009)

O Locutor coloca em cena dois pontos de vista distintos apresentando argumentos que levam para direções opostas. O primeiro, ao pontuar que *o nome não é uma pessoa*, coloca o alocutário numa posição na qual é possível recortar o memorável que diz que o estilo de vida que a pessoa leva não é influenciado pelo nome que tem. O segundo argumenta que *a sua vida seria completamente diferente se o seu o nome fosse Oberon*. O memorável recortado por este segundo ponto de vista notifica que o nome das pessoas afeta seu estilo de vida. A conclusão mantida é a do segundo: O nome das pessoas exerce influência sobre a vida delas. Tanto é que o restante do texto vai citando exemplos de situações em que o nome pode provocar mudanças de atitudes por parte dos envolvidos.

O Locutor coloca em cena um enunciador-genérico para apresentar o primeiro argumento, ou seja, não há uma assimilação desse dizer a nenhum ponto de vista específico. Os memoráveis acionados nesse argumento encontram-se circulando em discursos correntes: não há relação entre nome e pessoa, não é o nome que determina o tratamento dado pela sociedade às pessoas. O Locutor se opõe a essa concepção assumindo uma posição completamente contrária ao dizer o segundo argumento, cujo ponto de vista é de sua responsabilidade, posto que apresenta-se em primeira pessoa. Assim sendo, o Locutor também assume a conclusão do encadeamento como todo.

¹⁵ Grifo nosso, aqui e em todos os recortes analisados.

Como estamos trabalhando com a noção de recorte, não podemos isolar o encadeamento desconsiderando o texto no qual está inserido. O Locutor apresenta através do segundo argumento uma concepção que ao contradizer a opinião levantada pelo primeiro argumento gera uma segunda expectativa: o entendimento de como o nome pode afetar o tratamento que a pessoa recebe.

O Locutor atende essa expectativa citando exemplos de situações cotidianas que teriam o seu desenrolar influenciado pelo nome de seus participantes. Mas não coloca o primeiro argumento como digno de discórdia ao apresentar uma diferenciação entre o nome que recebemos e o nome que escolhemos ter. Este último vai revelar o julgamento de quem o escolheu sobre si mesmo, portanto relaciona-se com o tratamento que ele pretende receber.

Embora a avaliação dada ao *mas* deva partir do que está no encadeamento que dele depende, é válido distinguir o *status* alcançado por tal encadeamento, enquanto recorte, no texto do qual faz parte. A futuridade do encadeamento é traçada pelos direcionamentos argumentativos apontados por suas palavras. O *mas* é um dos agentes linguísticos empenhados em nortear o sentido do texto ao imprimir nele suas pistas de progressão ao que está sendo dito. A conclusão que se mantém é a apontada pelo argumento introduzido pelo *mas*, no entanto, isto não quer dizer que a conclusão do texto será essa. É exatamente isso que ocorre no caso (1) deste trabalho. A conclusão do encadeamento incorre sobre a relação entre nome e pessoa de modo generalizado, já a conclusão do texto apresenta uma ressalva: tal relação vai depender do proprietário do nome, ele provoca esse relacionamento ao escolher para si um nome que diga respeito às suas ambições.

Em suma, podemos dizer que no encadeamento a função do *mas* vai ser sempre a mesma: apontar a direção argumentativa que não deixa de estar aliada ao modo de representação polifônica sob o qual o encadeamento é formulado, o que não quer dizer que a direção argumentativa do texto é marcada apenas por um de seus recortes. Inclusive pode acontecer de em um mesmo texto aparecerem vários *mas* e essa construção não torna o texto ilógico ou redundante, posto que cada *mas* vai atuar no seu recorte em particular e a articulação entre esses recortes, que pode se dar também com um *mas* ou não, é que vai trazer a argumentação do texto como um todo.

A reportagem de Felipe Grandin e Marcel Rizzo com o tema *Kassab cobra do Corinthians devolução de rua*¹⁶ apresenta em sua estrutura quatro recortes com o *mas*:

(2) Durante visita para cumprimentar dirigentes do Corinthians pela conquista da Copa do Brasil, vencida há 18 dias, o prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab (DEM), aproveitou para cobrar ontem a devolução de parte de uma via pública cedida ao clube há 13 anos. Hoje, os sócios usam o terreno de 18,4 mil metros quadrados, ao longo da Avenida Elisabeth de Robiano, no Tatuapé, como estacionamento. *A rua está isolada por grades, mas é possível ver a faixa de pedestres.* O presidente do clube, Andres Sanches, disse que não vai devolver a área.

Kassab foi ao clube acompanhado de dois secretários - Cláudio Lembo (Negócios Jurídicos) e Orlando Almeida (Controle Urbano). Lembo cuida dos processos judiciais da Prefeitura e Almeida é responsável pela fiscalização de imóveis. *"Foi uma visita de confraternização", garantiu o prefeito. "Mas aproveitamos para falar de alguns outros problemas que estamos tentando resolver da melhor maneira."*

No mês passado, Lembo autorizou a Prefeitura a entrar com ação na Justiça para retomar o terreno e cobrar indenização. *A decisão foi publicada no Diário Oficial, mas, segundo a Secretaria dos Negócios Jurídicos, a medida ainda é estudada.* A área foi cedida ao clube em 1996 por lei de autoria do ex-prefeito Paulo Maluf. *A legislação concede o terreno por 99 anos, mas há brecha no texto que permite a sua retomada.* O Corinthians é obrigado a devolver a área se a Prefeitura decidir reintegrar o espaço à malha viária. (...) (O Estado de São Paulo, 18/07/2009)

Os recortes destacados no texto acima objetivam apresentar argumentos que favoreçam os dois interessados na questão. Ora, o Locutor expõe as razões que justificam a atitude da prefeitura, ora ele coloca a posição do Corinthians diante da situação, não atribuindo julgamento que favoreça nenhum dos dois envolvidos.

No primeiro recorte, ao dizer que a rua está isolada por grades implica o entendimento de que trata-se de uma área restrita, particular, mas ao pontuar que ainda é possível ver a faixa de pedestres, coloca-se em evidência que tal área é pública. O Locutor apresenta duas perspectivas distintas com as quais ele concorda, mas não as impõe. Ele traz para a cena uma polêmica que ao longo do texto é desenvolvida de forma a explicitar tanto a posição da prefeitura como a posição do clube e ambos com justificativas plausíveis.

¹⁶ Anexo II

No segundo recorte destacado, foi colocada uma citação direta da fala do prefeito, na qual claramente não há uma apresentação taxativa de quem deve ser o detentor da razão nessa disputa. O terceiro recorte se encarrega de mostrar o andamento do processo e o quarto aponta, no primeiro argumento, que o terreno é legalmente do clube e, no segundo argumento, indícios de que a prefeitura pode retomar o terreno. São essas duas ideias que irão traçar o andamento do texto, sem adesão a nenhuma conclusão sobre o vencedor do embate. O texto se limita ao relato da luta traçada entre a prefeitura e o Corinthians com relação à posse de uma dada área da Avenida Elisabeth Robiano. Não aparece nitidamente atribuição de julgamentos sobre nenhuma das partes envolvidas.

Enquanto pista linguística para a orientação argumentativa do texto, o *mas* marca a colocação de pontos de vista distintos e indica conclusões opostas, mas é a atitude do Locutor diante desses pontos de vistas que vai determinar a não sobreposição de um desses pontos de vista em detrimento do outro no texto, embora no encadeamento, o *mas* indica a conclusão que prevalece.

4.2 – INDICADORES DE ADVERSIDADE

No uso da conjunção *mas*, outras estratégias podem ser apresentadas diferentemente da que descrevemos na seção anterior, a qual remete à quebra de expectativas criadas a partir da indicação argumentativa que precede o *mas*. No nosso entender, essas outras estratégias também são marcadas linguisticamente. Alguns elementos linguísticos, nessa perspectiva, funcionam como indicadores de adversidade, no sentido de apresentarem indícios que apontam para a aparição de uma virada argumentativa.

Nesta seção vamos trabalhar com esses indicadores de adversidade dos mais variados tipos. Tomamos o cuidado de separá-los colocando em cada subseção análises de indicadores semelhantes.

4.2.1 – ADVÉRBIOS E DESINÊNCIA VERBAL

Por tratar-se de uma classe de palavras que apresenta uma variedade de funções, o advérbio tem trazido grandes contribuições para o funcionamento da linguagem.

Catalogado pelas gramáticas tradicionais como modificador (Câmara Jr., 1967 e Perini, 1995), se encarrega de exercer influência sobre o verbo, o adjetivo e sobre o próprio advérbio. No entanto, suas funções não se limitam à modificação de categorias gramaticais apenas, ele pode atuar também no nível das frases e do discurso participando dos modos de organização do texto.

A compreensão do advérbio enquanto modificador implica no entendimento de que o seu sentido sempre está envolvido um outro elemento formando um todo semanticamente integrado, afirma Perini (1995). Procuramos separar em nosso texto as análises que contém os advérbios de acordo com os elementos linguísticos que a ele se juntam na formação das estratégias argumentativas em estudo. Não nos detemos em classificações dos advérbios, focamos mais a forma como ele incide sobre o enunciado permitindo que por meio de sua atuação deixe marcas que de alguma forma se relacionem com as vozes presentes nos enunciados e as orientações argumentativas por elas levantadas.

No que tange à desinência verbal, procuramos compreender de que forma ela pode estar relacionada à indicação de uma virada argumentativa iminente e qual a repercussão que o seu uso atinge no âmbito da interpretação e argumentação do encadeamento. Colocamos a desinência verbal na mesma seção dos advérbios pelo fato de nos textos analisados em que um atua como indicador de adversidade sempre haver a presença do outro também participando de tal indicação, o que nos faz acreditar que esses termos atuam em conjunto, pelo menos na construção das estratégias em análise. Seguem dois recortes que trazem envolvidos nas estratégias estabelecidas o advérbio juntamente com a desinência modo-temporal dos verbos.

Observemos o excerto a seguir¹⁷, retirado da seção destinada aos comentários e noticiários sobre os esportes praticados no Brasil.

(3) Colorados e gremistas provavelmente vão me odiar pelo que vou escrever aqui, mas o fato é que, por maior que seja a rivalidade entre Inter e Grêmio, há indisfarçável parentesco entre ambos. (O Estado de São Paulo, 04/07/2009)

O primeiro argumento *colorados e gremistas provavelmente vão me odiar pelo que vou escrever aqui* anuncia que aquilo que vai ser escrito não é agradável para os colorados e os gremistas, o que nos leva a inferir que diante dessa consciência de não

¹⁷ Anexo III

agrado, o esperado seria deixar de pronunciar a ofensa. Mas o Locutor enfatiza que vai dizer o que tem que ser dito. O interlocutor segue já esperando o aparecimento de algo que seja motivo de acarretar ódio para os colorados e gremistas, mesmo tendo em vista que a conclusão *acarretar ódio* é posta como uma possibilidade com grande chance de ser realizada.

A segunda parte do recorte *mas o fato é que, por maior que seja a rivalidade entre Inter e Grêmio, há indisfarçável parentesco entre ambos*, argumenta na direção da necessidade de se falar a verdade, mesmo que esta não seja recebida com alegria por alguns. É evidente que nesse encadeamento temos dois argumentos apontando para conclusões diferentes. O primeiro aponta para o não pronunciamento daquilo que acarreta ódio e o segundo fala a favor de tal pronunciamento. O *mas* no início do segundo argumento marca essa adversidade e o argumento introduzido por ele trata do conteúdo que o Locutor reconhece como desagradável. A sequência do texto segue nessa direção que busca tentar apresentar uma verdade que pode ser ofensiva para os simpatizantes do Grêmio e do Inter, mas que é reconhecida como real e por isso o Locutor não peca ao relatar esses fatos.

Observemos que a oposição está centrada entre o que deve e o que não deve ser dito. No primeiro momento, temos a afirmação de que o que vai ser dito pode acarretar ódio e no segundo temos a apresentação de um conteúdo tomado como verdadeiro e que, portanto não há problema em ser dito. Se assim considerarmos, temos uma estratégia de relação que anuncia no primeiro argumento que o conteúdo do segundo deve ser dito, embora não trate de um conteúdo agradável. A locução verbal “vou escrever” enfatiza que o conteúdo será dito. O Locutor não apresenta apenas uma possibilidade de escrever, ele deixa certo que vai escrever. E é exatamente essa certeza que viabiliza um acordo entre o Locutor e o alocutário. Este já espera que a sequência do encadeamento traga para o tema um comentário que lhe seja oposto.

Convém ressaltar que, na estratégia utilizada pelo Locutor na construção da argumentação acima descrita, transparecem também as significações polifônicas por ele mobilizadas. Conforme mencionado anteriormente, o Locutor é o responsável pelo dizer. É a ele que são atribuídas as marcas de primeira pessoa que aparecem no enunciado. Sendo assim, no primeiro argumento temos o Locutor L que se responsabiliza pelo enunciado e é predicado por um lugar social específico. Ele ocupa o lugar de um profissional especializado que tem conhecimento das atitudes tomadas e

das consequências das mesmas. Trata-se, portanto, de um sujeito que ao mesmo tempo em que representa o lugar de dizer representa também uma posição social. É o lugar de dizer por ser ele próprio o Locutor responsável pelo dizer e linguisticamente representado pelas marcas de primeira pessoa. É também o locutor-x, sendo esse x preenchido pelo lugar de um profissional que entende as implicações desencadeadas pelos conflitos entre times. Ele reconhece a rivalidade entre os times em questão de forma que dizer qualquer coisa que os aproxime causa-lhes muita fúria.

O segundo argumento também é de responsabilidade do Locutor L tanto no que tange ao lugar de dizer como à posição social ocupada por ele. Essa característica é que o torna ousado em apresentar um conteúdo que ele sabe que tem grandes probabilidades de provocar ódio. O fato de ele ser especialista no assunto e reconhecido em apresentar as notícias do futebol brasileiro não somente de forma descritiva, mas crítica, o autoriza a falar sobre questões como estas, que em outras situações, ou ditas por outros sujeitos não autorizados, só aumentariam a rivalidade já existente entre os times.

Ao considerarmos, assim como Guimarães (2002b), que a argumentatividade de um texto se sustenta no próprio acontecimento que a produz, é possível entender que mesmo em face de uma entidade linguística cujo funcionamento é tido como padronizado, é interessante considerar o acontecimento a fim de perceber melhor como ocorre esse funcionamento na construção da argumentatividade produzida. Na análise que estamos desenvolvendo percebemos que a descrição desse encadeamento não segue a mesma apresentada por Guimarães (2007), especialmente no que diz respeito às estratégias de relação. No trabalho de 2007, o autor pontua que, nos encadeamentos com o *mas*, o Locutor estabelece com seu alocutário um começo criando uma expectativa que em seguida é frustrada com a aparição do enunciado introduzido pelo *mas*, conforme vimos nas análises da seção anterior. Já nesta análise, percebemos que a estratégia utilizada foge um pouco dessa descrição. O alocutário já espera para o segundo argumento um conteúdo causador de ódio para os times rivais. Por tratar-se de uma estratégia diferente, temos também um modo de constituição diferente. O primeiro ponto que mostra essa diferenciação como foi apresentado é o relacionamento do Locutor com o alocutário. Esse relacionamento afeta tanto a dialogia interna como a externa. A interna no que diz respeito às representações polifônicas associadas a questões histórico-sociais, portanto discursivas. O fato de ambos os argumentos partirem de um mesmo lugar de dizer assimilado a uma mesma posição social e esta

posição interferir nos modos de interpretação por representar historicamente um lugar que tem autoridade para dizer o que diz mesmo sabendo que o conteúdo não é por todos aceito, estabelece uma configuração polifônica não comum a esse tipo de encadeamento. Nesse sentido a dialogia interna apresenta-se modificada.

A alteração visualizada na dialogia externa refere-se à configuração da orientação argumentativa. No primeiro argumento temos a presença de elementos linguísticos que anunciam antecipadamente que o conteúdo do segundo argumento não vai ser agradável para os colorados e gremistas. Desta forma, o primeiro argumento projeta como futuro o surgimento do segundo argumento com um conteúdo que provoca ódio. Os elementos linguísticos que fazem o anúncio acima relatado interferem na organização argumentativa e ao mesmo tempo reagem sobre os modos de configuração da polifonia.

Os dois argumentos partem do mesmo lugar de dizer, um lugar que sabe o que pode provocar ódio e ao mesmo tempo sabe como dizer o conteúdo que provoca ódio de uma forma que não o provoque. A locução verbal *vou dizer*, em primeira pessoa evidencia, neste caso, a assunção por parte do Locutor tanto do primeiro como do segundo argumento, o que de certa forma gera uma expectativa que requer a colocação do que ele anunciara que diria. Essa configuração polifônica diferenciada daquela apontada para a descrição dessa conjunção nos estudos de Guimarães (2007), a qual teria enunciadores dividindo a cena com o Locutor, resulta numa estratégia de relação também diferenciada. Neste caso, alguns elementos linguísticos se encarregaram de demarcar essa nova estratégia: a locução verbal *vou dizer* abrangendo suas peculiaridades (tempo, modo, número, pessoa e sua carga semântica) e o advérbio *provavelmente*. A retirada de um desses elementos estimularia a elaboração de um modelo estratégico diferente. Portanto é a junção dos dois que permite fazer as inferências que fizemos.

A locução verbal no presente do indicativo enfatiza que a ação por ela descrita é tida como certa. Ela vai ser realizada com precisão e instantaneamente. Não há, portanto, margem para dúvidas com relação à sua realização. É essa certeza que cria no alocutário a convicção do surgimento de um dizer que pode provocar ódio nos colorados e gremistas. O advérbio *provavelmente*, por sua vez, é incluído na sentença exprimindo o posicionamento do Locutor diante do que ele espera como reação da parte dos colorados e gremistas. Ele vê como uma possibilidade muito provável a não

aceitação do que ele vai dizer. Sendo assim, a locução verbal atua como a indicação de que algo vai ser dito e o advérbio coloca que o que vai ser dito pode ou não causar uma reação não prazerosa.

Analisemos agora o recorte tirado do texto *O compadrio político*¹⁸ de Gaudêncio Torquato. Nele o autor critica o comportamento dos políticos, particularmente Luiz Inácio Lula da Silva e Fernando Collor de Melo, no que diz respeito ao relacionamento deles entre si. Em um dado momento da carreira são inimigos, apresentam os delitos uns dos outros; em outro momento são amigos, elogiam uns aos outros e assim por diante. O autor os compara com atores desenvolvendo a arte de ludibriar.

(4) O palanque de Maceió, onde estavam também, na última quarta-feira, a ministra Dilma Rousseff e o governador Teotônio Vilela Filho, ilustra, de modo irretocável, a política tupiniquim. Retrata, à perfeição, a liturgia de simulação e dissimulação. A crítica à política de compadrio praticada por governos anteriores, feita pelo presidente, teve a intenção de preservar Collor, a seu lado, o qual deve ter-se sentido o mais justo dos governantes. Guerreiro dos tempos em que se fez São Jorge brandindo a espada contra os marajás, o “impichado” ex-presidente foi comparado a Juscelino Kubitschek, eis que, segundo Lula, ambos se mostraram sensíveis aos dramas do povo. Quanta demagogia! *Em circunstâncias ordinárias, certos gestos seriam sórdidos, mas podem tornar-se poéticos e até épicos.* Lula produziu, na terra dos marechais e de PC Farias, o mais épico de seus gestos recentes. A cena encantaria o próprio Diderot, o chefe dos enciclopedistas franceses, famoso pela lição sobre a arte de ludibriar: os comediantes, dizia ele, “impressionam o público não quando estão furiosos, e sim quando representam bem o furor”. O mesmo se pode dizer dos atores políticos. Eles são melhores não quando se inflamam, mas quando fingem grandes emoções. E ascendem aos píncaros da glória se nascem em terras brasileiras. (O Estado de São Paulo, 19/07/2009)

Mais uma vez constatamos que é no/pelo entendimento do acontecimento de linguagem que compreendemos o funcionamento da conjunção, bem como as estratégias que manipulam o seu uso, o que confirma a assertiva de Guimarães (2007:210): “a orientação argumentativa envolve uma relação de consistência com o acontecimento que a constitui.” Em outras circunstâncias os gestos, as ações dos políticos mencionados no excerto realmente seriam sórdidos, vergonhosos. Mas diante do contexto político brasileiro, entende-se que eles são aceitáveis. Acontecem sempre. O Locutor que diz “Quanta demagogia!” é o mesmo que apresenta as perspectivas

¹⁸ Anexo IV

enunciativas que sucedem tal argumento. Por tratar-se de demagogia já espera-se que não se tenha tanta seriedade, tanta veracidade ou até mesmo ética. E para reforçar que esses gestos não condizem com uma conduta decente, o Locutor aciona uma perspectiva que aponta que num contexto em que se preze a moral e a fidelidade de forma que as pessoas conservem seus princípios, independente das circunstâncias, tais gestos seriam sórdidos, causariam indignação. Concomitante a tal descrição, outra perspectiva é acionada evidenciando que no contexto político brasileiro tais gestos não causam tanta indignação. Tal perspectiva considera a colocação feita pela anterior e acrescenta que nesse contexto, tais gestos são valorizados, são reconhecidos como algo nobre, clássico. Eles podem tornar-se não somente poéticos, mas até épicos.

Como em qualquer outro encadeamento, apesar da existência de duas perspectivas enunciativas distintas, uma só faz sentido a partir da relação com a outra. Elas separadas apontam para conclusões diferentes (a primeira diz que os gestos seriam sórdidos apontando para a conclusão são repugnantes, e a segunda ao dizer que podem tornar-se poéticos aponta para a conclusão de que eles são aceitáveis, são bonitos, bem elaborados); no entanto, quando juntas indicam a mesma conclusão: no contexto político, em que já houve várias ocorrências como esta, nada disso é tido como absurdo. No entanto, a estratégia utilizada apresenta peculiaridades diferentes da descrição levantada por Guimarães (2007) para a conjunção *mas*. No caso da dialogia externa - na qual são trazidos para a cena os memoráveis que, de um lado (na primeira parte do encadeamento), apresentam tais gestos como sórdidos por tratarem de pura falsidade e, por outro (na segunda parte do encadeamento), apresenta-os como poéticos por já terem se tornado normais na esfera da política brasileira - temos a configuração de uma corrente direcionando para uma argumentação que ressalta o ponto alto que a demagogia atingiu. Ponto este em que aquilo que é honesto e justo é definido de acordo com os interesses de quem está buscando ou já tem o poder. Essa dialogia também estabelece uma relação aberta entre Locutor e alocutário. O Locutor ressalta logo no início que as circunstâncias em que tais atitudes se manifestaram são circunstâncias que de alguma forma se diferenciam das demais. Em virtude disso, o argumento introduzido pelo *mas* não apresenta uma surpresa. Ele não trabalha quebrando as expectativas criadas a partir do primeiro argumento.

Lembremo-nos de que essa dialogia não funciona de forma isolada. A sua manifestação está interligada à constituição da dialogia interna. O modelo

argumentativo traçado na dialogia interna representada pela polifonia só faz sentido quando entrelaçado ao jogo de relações traçados na dialogia externa. O Locutor coloca em cena dois argumentos como já citado, partindo de duas perspectivas diferentes. Primeiramente o Locutor L diz *Quanta demagogia!* Expressando a sua posição diante do fato. Esse Locutor L está assimilado não somente à posição de jornalista, mas também de analista político o que associa ao seu dizer um certo peso crítico. Os outros dois lugares de dizer acionados por ele podem ser assimilados a enunciadores, sendo que o primeiro representa um enunciador genérico conservador e do lado oposto ao dos políticos que fazem as atitudes descritas no excerto, já o segundo representa um enunciador político que reconhece a falta de decência dessas atitudes, mas o seu foco é a eficácia das simulações e dissimulações dos políticos. Esse enunciador está valorizando não a decência, mas o motivo dos encontros e suas intenções. A atitude do Locutor diante desses enunciadores em questão é a de assumir o primeiro e concordar com o segundo. Ao dizer *Quanta demagogia!*, ele assume que esses gestos são sórdidos e concorda com o segundo pontuando que esses políticos encenam bem.

Os elementos linguísticos que se encarregam de marcar as peculiaridades do encadeamento são: a locução adverbial *em circunstâncias ordinárias* e a desinência modo-temporal na qual o verbo *ser* se encontra conjugado. O futuro do pretérito tem entre suas características demarcar que o que poderia ter acontecido, não aconteceu. O que não quer dizer que não pode mais acontecer. No recorte em questão, esse tempo verbal mostra que *tais gestos seriam sórdidos*, o que não quer dizer que não os são. O que vai delimitar a situação em que eles seriam sórdidos é a locução adverbial *em circunstâncias ordinárias*. Vale ressaltar que a inclusão da locução adverbial nesse caso não produz seus efeitos apenas sobre a primeira parte do encadeamento, como aconteceu no recorte anterior. Aqui a segunda parte também sente sua inclusão. A compreensão de que *tais gestos podem tornar-se poéticos e até épicos* só é plausível quando se considera também as *circunstâncias ordinárias* em que eles assim podem ser vistos. É nesse sentido que a locução adverbial deixa indícios da virada argumentativa por parte do segundo argumento que se mostra como uma possibilidade, cuja realização depende das circunstâncias citadas no argumento anterior.

Diante disso, torna-se possível dizer que a combinação do advérbio com a desinência modo-temporal dos verbos pode demarcar os memoráveis recortados tendo-se em vista o presente da enunciação e também do futuro que o texto irá tomar. Essa

combinação também pode influenciar a demarcação dos limites da relação do Locutor com os enunciadores e também do Locutor com o alocutário. Lembremo-nos de que para que possamos considerá-la dessa forma temos que levar em conta o seu relacionamento com o acontecimento no qual ela foi produzida. O que implica dizer que no seu funcionamento são elencados todos os componentes caracterizadores do acontecimento de linguagem para que ela tome esse estatuto de auxiliar a construção da direção argumentativa. O futuro do texto está ligado a ela também. A conclusão do encadeamento diz que pelo fato de os gestos terem a possibilidade de se tornarem poéticos eles podem ser aceitos. Mas como no início do encadeamento aparece a expressão *em circunstâncias ordinárias*, entende-se que, somente naquela circunstância em que os interesses políticos falavam mais alto do que os princípios de moral e justiça tais gestos recebem tal definição. Mas isso não anula a consideração de que eles não são de fato aceitáveis. Eles são sórdidos, sim, conforme o restante do texto. Não passam de fingimento e são comparados com encenações teatrais.

Assim sendo, estamos diante de enunciado irônico. Segundo Ducrot (1987:198)

Falar de um modo irônico é, para um locutor L, apresentar a enunciação como expressando a posição de um enunciador. Posição de que se sabe por outro lado que o locutor L não assume a responsabilidade, e mais que isso, que ele a considera absurda.

No trecho encontramos vários indícios que denunciam a presença de um comentário irônico sobre o fato descrito. O Locutor L esclarece que a atitude dos políticos não passa de uma simulação na qual eles são tão eficazes ao ponto de parecer que estão sendo reais, que estão agindo de forma natural como se estivessem declarando uma sinceridade jamais posta em dúvida para com os seus concorrentes. Então quando o Locutor L diz que esses gestos dissimulados podem tornar-se poéticos e até épicos ele não pode estar assumindo tal ponto de vista. Ele o considera absurdo sim, mas não coloca outro ponto de vista que o sustentaria como razoável exatamente por tratar-se de um enunciado irônico.

A primeira perspectiva que diz que tais gestos seriam sórdidos é assumida pelo Locutor L que não deixa dúvidas de que ele reconhece que tudo aquilo não passa de uma liturgia cujo cerimonialismo é pautado no fingimento motivado pelos interesses políticos ali representados. Podemos tomar tal perspectiva como representação de um

lugar de dizer genérico o qual diz que algo que é sórdido é inaceitável. O Locutor L assume essa visão. Para ele, o comportamento descrito não deve ser aceito.

O outro argumento, que é introduzido pelo *mas*, parte de um outro lugar de dizer. De um lugar onde tais atitudes são reconhecidas como sublimes, poéticas, épicas, portanto aceitáveis. Esse lugar de dizer pode ser associado ao de um locutor- político. No contexto político, fingir que reconhece o outro como alguém cujos atos são nobres, mesmo tendo-se conhecimento de que não o são, torna-se essencial para a ascensão do partido ou do indivíduo envolvido. Nesse contexto, o fingimento absurdo é tido como um ato necessário. O Locutor declaradamente critica atitudes dessa ordem. Ele relata essa perspectiva que vê tais gestos como poéticos e até épicos, mas não a assume. Ela é assimilada a um outro lugar de dizer.

Guimarães (2007) frisa que a conjunção *mas* apresenta entre suas características a capacidade de marcar o comentário. No encadeamento em que ela se apresenta, ela sempre vai introduzir o comentário que será feito do tema, ou seja, do argumento que a antecede. Tal característica impossibilita a inversão dos argumentos e ao mesmo tempo possibilita a retomada de algo dito anteriormente. Essa propriedade confirma o conceito de encadeamento já antes descrito. O reconhecimento daquilo que constitui argumento e conclusão torna-se mais claro quando observada a configuração desses elementos no interior do encadeamento. É nele que cada um assume seu papel. Nos encadeamentos com o *mas* não é diferente. Só compreendemos que conclusão é tirada de qual argumento ou qual é mantida quando analisamos o encadeamento na sua totalidade. Os efeitos de sentido produzidos ultrapassam os limites do que está apenas em um dos argumentos. A articulação de ambos é que produz essa proliferação de sentidos e a argumentação propriamente dita.

No excerto que estamos analisando, o primeiro argumento coloca em evidência que os gestos dos políticos naquela ocasião deveriam ser considerados como sórdidos, posto que em qualquer outro contexto seriam assim considerados. O que marca essa dedução é a presença da locução adverbial e o verbo conjugado no futuro do pretérito. Ambos já anunciam que a sequência vai indicar uma exceção. Vai apresentar uma circunstância em que tais gestos não são considerados como sórdidos. O *mas* introduzindo o outro argumento que já estava sendo esperado, embora não quebre expectativas, marca a polifonia, distingue dois lugares de dizer. A argumentação traçada pelo encadeamento mostra que o fato de tais gestos estarem cobertos por

cerimonialismo e convenções que os fazem parecer sublimes ao ponto de serem comparados com a delicada arte que trabalha com a palavra é que os torna mesmo sórdidos. Não é a liturgia que os regimenta, não é a eficácia com que os atores que ali atuam encenam suas simulações e dissimulações que vai purificar aqueles gestos tornando-os aceitáveis. Toda essa tentativa de fazê-los parecer menos repugnantes denuncia cada vez mais o que há de sórdido e de inaceitável neles.

4.2.2 – MODALIZADORES ESCALARES

No recorte do texto escrito por Leandro Colon¹⁹, citado abaixo no qual o autor relata algumas acusações contra o presidente do Senado, José Sarney, encontramos mais elementos como os acima mencionados que deixam transparecer o redirecionamento argumentativo. No texto, Colon aponta que diante das denúncias, o senador terceiriza as responsabilidades. Como exemplo disso, Colon cita que Sarney responsabilizou o contador pela ausência de uma casa no valor de R\$ 4 milhões na declaração de bens entregue à Justiça Eleitoral. No texto de Colon, essa atitude foi criticada pelo senador Álvaro Dias ao comentar o caso:

(5) “Até deve ter sido erro do contador. Mas a responsabilidade é dele. Temos que saber escolher nossos contadores”. (O Estado de S. Paulo, 05/07/2009)

Na apresentação dos conceitos de escala e classe argumentativa, Ducrot (1981) expõe que as informações trazidas por uma frase não correspondem necessariamente ao valor argumentativo dela. Existem elementos linguísticos que exercem função dupla: apresentam as informações e ao mesmo tempo podem dar a orientação argumentativa. É exatamente essa a descrição da palavra *até* que inicia o primeiro argumento. O seu funcionamento pressupõe a ordenação de argumentos pertencentes a uma mesma classe argumentativa e que estão dispostos numa escala organizados de acordo com a força argumentativa de cada um para se chegar à conclusão pretendida. O argumento introduzido pelo *até*, segundo Ducrot (1981), ocupa o ponto mais alto da escala, ou seja, ele é o mais forte.

Logo após o *até* temos uma locução verbal introduzida pelo verbo *dever*. Na condição de verbo auxiliar, ele representa um dos tipos de operadores modais, que nada

¹⁹ Anexo V

mais são do que elementos oferecidos pela língua através dos quais “o locutor manifesta suas intenções e atitudes perante os enunciados que produz”, afirma Koch (2006:85).

Segundo a autora,

O recurso às modalidades permite, pois, ao locutor marcar a distância relativa em que se coloca com relação ao enunciado que produz, seu maior ou menor grau de engajamento com relação ao que é dito, determinando o grau de tensão que se estabelece entre os interlocutores; possibilita-lhe também deixar claros os tipos de atos que se deseja realizar e fornecer ao interlocutor “pistas” quanto às intenções. (KOCH, 2006: 86)

O Locutor deixa transparecer por meio desse verbo que existe uma possibilidade de o contador ter cometido o erro. Ele não coloca essa afirmação como uma certeza. É apenas uma possibilidade, ainda que com alguma probabilidade. O *até* que lhe antecede incide sobre ele trazendo como implícito uma escala argumentativa da qual ele fica no ponto mais alto. Essa escala pode trazer argumentos como *pode ter sido erro do contador, deve ter sido erro do contador*, e por último *até deve ter sido erro do contador*. Todos esses argumentos apontando para a inocência do Sarney e o que é introduzido pelo *até* é o que sustenta com mais força essa conclusão.

O segundo argumento do encadeamento apresenta uma conclusão oposta, ou melhor, ele é a própria conclusão oposta. Diz que a culpa deve ser atribuída ao Sarney. Ele é o verdadeiro culpado, uma vez que foi ele quem escolheu o contador. O que estabelece o direcionamento argumentativo desses enunciados é o conectivo *mas* que os liga. A compreensão de que o argumento *até deve ter sido erro do contador* aponta para a inocência do Sarney, torna-se viável quando o argumento introduzido pelo *mas* aparece dizendo que a culpa é do senador. Caso contrário, o conectivo seria do tipo conclusivo, o que não seria aceitável para o tipo de construção linguística formulada no primeiro argumento.

A princípio podemos descrever esse encadeamento seguindo o mesmo modelo apresentado por Guimarães (2007). São dois argumentos apontando para conclusões distintas, partindo de lugares de dizer diferentes e a conclusão que prevalece é a do enunciado introduzido pelo *mas*. No entanto a estratégia de relação utilizada se distancia da descrição do autor. O primeiro argumento cria uma expectativa de continuação que não parece ser de caráter conclusivo nem explicativo:

I- Até deve ter sido erro do contador, portanto Sarney é inocente.

II – Até deve ter sido erro do contador, porque ele é o responsável pela prestação de contas.

As simulações acima não parecem aceitáveis. Uma conclusiva e uma explicativa desse fato provavelmente teriam outra formulação:

III – Deve ter sido erro do contador, portanto Sarney é inocente.

IV – Deve ter sido erro do contador, porque ele é o responsável pela prestação de contas.

Nas simulações anteriores, em que mantivemos o verbo modal *dever* e o operador argumentativo *até* percebemos que nenhuma das duas sequências parece aceitável, o que nos leva a considerar que a junção desses dois elementos pede um tipo de sequência específica.

No recorte em análise, o que aparece depois do enunciado com esses dois elementos é um enunciado introduzido por uma adversativa. E ele parece perfeitamente aceitável. Isto quer dizer que se de fato esses elementos selecionam o que lhe dará sequência, os enunciados adversativos estão dentro de suas exigências. Assim sendo, eles anunciam que haverá a inversão da orientação argumentativa.

De acordo com Koch (2006), a utilização da modalização permite ao Locutor transparecer sua posição diante do que ele diz e ainda permite que sejam fornecidas pistas de suas intenções mobilizando o grau de tensão estabelecido entre ele e seu interlocutor. Ao nosso ver, os elementos salientados (o advérbio *até* aliado ao verbo com funcionamento modal *deve*) agem dessa forma. Ambos constituem pistas linguísticas utilizadas pelo Locutor mostrando a chegada da inversão argumentativa criando no alocutário a expectativa de uma sequência inversa daquela apresentada pelo primeiro argumento.

Ao analisarmos questões como essas à luz da Semântica do Acontecimento nos é permitido considerar o funcionamento de outros fatores que são de suma importância para o entendimento da constituição da argumentação e os possíveis efeitos de sentido desencadeados por ela. A configuração do sujeito ganha destaque dentre esses fatores por estar intimamente relacionado à temporalidade recortada no acontecimento e por fazer parte da própria constituição do acontecimento.

Temos, nesse excerto em análise, a presença de duas instâncias enunciativas, dois sistemas enunciativos autônomos (Fiorin (2008:73)). Como primeira instância, temos um Locutor que divide a cena com um locutor-x cuja posição social é definida.

Pelo fato de falar da posição de um locutor-jornalista, espera-se que o conteúdo tratado por ele esteja numa esfera de seriedade proporcionando credibilidade por parte dos alocutários. A segunda instância traz também um Locutor com posição social definida: um político. O recorte em análise parte apenas dessa segunda instância. Embora os argumentos não apresentem marcas de primeira pessoa, isso não nos impede de assimilá-los ao Locutor, isto se considerarmos a existência de um *eu acho* implícito.

Ao ser considerada a presença desse eu implícito, é interessante ponderar os limites ou a amplitude que esse eu representa. Embora tenha como responsável por sua enunciação apenas um dos senadores, ele pode estar representando a voz da categoria para a qual a escolha do contador pode não significar apenas uma simples prestação de serviços, mas o comprometimento com a imagem pública que deve ser preservada (ou que deveria ser preservada). Partindo do individual ou da coletividade, a perspectiva enunciativa trazida para a cena e assimilada a esse locutor defende que o erro é de responsabilidade do Sarney.

Ainda sobre a Semântica do Acontecimento, não podemos deixar de mencionar que só é possível estabelecer a estratégia de relação tal qual pontuamos acima quando se traz para a cena a temporalidade. É pelos memoráveis recortados que deduzimos que a futuridade trará uma nova orientação argumentativa. Visualizamos o funcionamento dessa temporalidade pelo que está linguisticamente marcado no texto. A expressão *até deve* age como prenunciadora da virada argumentativa, confirmando que independente da estratégia utilizada, a argumentação é uma marca intrínseca da língua.

No recorte abaixo, extraído do texto *Risco político já influencia juro futuro*²⁰, encontra-se a expressão *pode até* apresentando um comportamento argumentativo que traz algumas semelhanças com o recorte anterior:

(6) Este risco se divide em dois. Uma parte está relacionada à sucessão presidencial em 2010, uma vez que os dois principais candidatos, Dilma Rousseff e José Serra, são considerados “heterodoxos” demais pelos investidores. Ou seja, ambos tenderiam a ser menos conservadores na condução das políticas fiscal e monetária. *A apreensão de mercado pode até se basear em especulações, mas ela influencia variáveis importantes da economia.* (O Estado de São Paulo, 19/07/2009)

²⁰ Anexo VI

Fazendo simulações com esse enunciado semelhantes às que fizemos com aquele que o antecede, verificamos que a expressão *pode até* também parece se caracterizar como selecionador dos elementos linguísticos que lhe sucedem:

I- A apreensão de mercado pode até se basear em especulações, portanto ela não interfere na configuração dos rumos que a economia pretende seguir.

II - A apreensão de mercado pode até se basear em especulações, pois a economia depende dela para configurar-se.

Nessas simulações, o enunciado conclusivo não parece aceitável, ao passo que o explicativo sim. O enunciado conclusivo seria aceitável se o até fosse removido:

III - A apreensão de mercado pode se basear em especulações, portanto ela não interfere na configuração dos rumos que a economia pretende seguir.

O *pode até* também aciona uma escala argumentativa. Os outros pontos dessa escala seriam elementos do tipo *se baseia em especulações*, *pode se basear em especulações* e *pode até se basear em especulações*, todos apontando para a importância da apreensão de mercado. O ponto *pode até se basear em especulações* está no topo da escala, portanto o seu uso denota com mais precisão que trata-se de um fator de grande relevância.

Assim como no exemplo anterior, a expressão *pode até* seleciona os argumentos que lhe sucedem e dentre esses argumentos se enquadra o adversativo. Sendo assim, convém salientar que ela formula uma estratégia de relação também diferenciada daquela descrita por Guimarães no trabalho de 2007. O Locutor L assimilado a um locutor-jornalista especializado em tratar de assuntos relacionados à economia compartilha a cena enunciativa com um enunciador-genérico que não tem um conhecimento muito fundo das consequências que essas questões podem representar na economia do país; e também com um enunciador-economista que apresenta como segundo argumento a importância que desses fatores para a economia. O Locutor L assume esse segundo posicionamento e discorda do primeiro. Até aqui nada de novo com relação à configuração polifônica desse encadeamento, ou seja, na dialogia interna. No entanto o funcionamento dela não se dissocia do funcionamento da dialogia externa e se esta apresenta uma diferenciação compromete o comportamento daquela.

Na dialogia externa, são formuladas as interpretações argumentativas sustentadas pelos memoráveis recortados. Como já mencionamos antes, no primeiro argumento há a presença da expressão *pode até* selecionando como seguimento um

argumento que traga uma conclusão diferente daquela prevista no primeiro argumento. Só podemos deduzir que há essa previsão por conta do memorável recortado. É ele que remete a outras enunciações em que tal expressão apresentou tal comportamento. Esse fato permite visualizar como futuro do seguimento um enunciado adversativo. Caso contrário o seu conteúdo não estaria como uma possibilidade (pode até) e sim como uma certeza. O acordo entre Locutor e alocutário é mantido. Não há quebra de expectativas.

Queremos enfatizar que o fato de nesses dois recortes acima o *até* ter funcionado como indicador de adversidade, não quer dizer que ele sempre terá tal funcionamento. Há possibilidades de construções com esse advérbio em que o *mas* pode aparecer como uma surpresa. É o que acontece no recorte a seguir, incluso no texto *O registro de uma era de excessos*²¹. Artigo que traz comentários sobre o protagonista do livro de Reinaldo Moraes, “Pornopopeia”:

(7) O romance era para ser mais cômico, picaresco. Com o tempo, percebi que o personagem começou a ganhar densidade – afinal, eu não estava contando uma piada de 100 páginas. Foi quando entraram minhas experiências com casamento, amigos. Zeca, assim, ganhou contornos perigosos: tornou-se um personagem amoral. *Até então, ele se recusava a pactuar com o mundo administrado, com o trabalho, mas era um cara ético que valorizava a amizade, o amor.* Resultou em um personagem canalha, autor de atos deploráveis como, por exemplo, roubar uma prostituta. (O Estado de São Paulo, 13/06/09)

O *até* encabeçando o primeiro argumento traça uma limitação temporal que delinea a divisão do comportamento do protagonista do romance que vai se tornando cada vez mais amoral. Com o primeiro argumento espera-se uma conclusão que considere o personagem desprovido de valores morais. O segundo argumento refuta essa conclusão mostrando que o personagem tem ética e valoriza a amizade e o amor. Em outros contextos, o fato de uma pessoa não se dispor ao trabalho não implica que ela tenha dificuldades de valorizar as relações afetivas como ocorre no excerto acima. A relação entre os argumentos estabelece a conclusão esperada por eles. E para este particular a importância do conectivo se deve à representação que ele dá ao desdobramento da orientação argumentativa vinculada às perspectivas enunciativas de onde tal orientação parte.

²¹ Anexo VII

4.3. – EXPECTATIVAS CORRESPONDIDAS

Nos encadeamentos com o *embora*, segundo Guimarães (2007), ao contrário dos enunciados com o *mas*, não há marcação do comentário o que possibilita a inversão das orações. Tal inversão propicia duas estratégias de relação para a utilização de tal conjunção. O *embora* pode introduzir tanto o tema como o comentário. A primeira estratégia que Guimarães (2007) descreve no funcionamento do *embora* é do tipo X *embora* Y. Essa estratégia, encontramos no recorte que está inserido no artigo de opinião intitulado *Mercado imobiliário exige atenção*²²:

(8) Quando se analisa o drama criado pela crise dos empresários *subprime* nos Estados Unidos e suas graves consequências para a economia mundial, torna-se oportuno alertar as autoridades monetárias brasileiras para a necessidade de uma visão de longo prazo em relação ao mercado imobiliário, *que começa a apresentar expansão significativa, embora aparentemente sem nenhum problema no momento.* (O Estado de São Paulo, 18/ 07/2009)

É interessante observar como o conceito de recorte funciona em análises de textos. O nosso foco é apenas o trecho que está em itálico, posto que é ele que apresenta a conjunção do nosso interesse. E quando o observamos percebemos que não se trata de um mero segmento do texto, e sim de fato um recorte, tal qual apresentam as discussões de Orlandi (1984). Os indícios que justificam a articulação entre o argumento *começa a apresentar expansão significativa* com a conclusão *há necessidade de fazer-se um planejamento no setor* estão na parte anterior ao encadeamento. E outro dado interessante é que o argumento introduzido pelo *embora* também nos faz deduzir tal conclusão. Mesmo sem ler o que antecede o encadeamento em análise, é possível perceber que o crescimento do mercado imobiliário pode acarretar problemas, portanto ele exige atenção, exige um planejamento que evite a ocorrência de problemas diante de sua expansão. Ou seja, o presente recorta um memorável que poderia estar explícito no texto ou não e aponta para o futuro do texto que segue informando que a crise financeira nos Estados Unidos resultou dentre outros fatores da falta de precaução no setor imobiliário e como no Brasil este setor está crescendo, providências deverão ser tomadas para evitar incorrer no mesmo erro dos Estados Unidos. À medida que

²² Anexo VIII

acontecem os avanços, problemas vão surgindo e o setor econômico, neste caso, deve estar preparado para lidar com eles. Deve desenvolver meios de equilibrar a procura do produto com a quantidade disponível para o comércio, o que nem sempre é fácil. Esses dados justificam a relação do primeiro argumento “*começa a apresentar expansão significativa*” a conclusão *portanto é necessário elaborar um planejamento*. O segundo argumento indica que esses problemas ainda não se manifestaram, mas essa indicação não tira a validade do primeiro que coloca a necessidade de as autoridades responsáveis pelo setor ficarem em alerta.

Assim como nos encadeamentos com o *mas* temos uma cena enunciativa na qual se representam dois lugares de dizer distintos. Ambos evidenciam o pronunciamento de profissionais especializados no âmbito do setor econômico. A credibilidade do que é dito deve-se em grande parte ao papel social que o Locutor assume. O conteúdo apresentado traz uma exigência de atenção para o setor, portanto um profissional da área pode falar dessa exigência com mais propriedade estimulando a tomada de decisões necessárias para o levantamento de precauções que evitem o surgimento de uma crise tal qual exemplificada no texto. Cada lugar social recorta memoráveis distintos, no entanto, entrelaçados. A compreensão do sentido do argumento *embora aparentemente sem nenhum problema no momento*, torna-se viável quando alcança-se a compreensão do argumento anterior, não somente pelo fato de a conclusão deste prevalecer, mas por estabelecer uma relação de dependência que não se restringe apenas ao campo da sintaxe, mas também ao semântico.

O Locutor desse exemplo assume o primeiro enunciador cuja conclusão apontada prevalece e ele concorda com o segundo. Essa estratégia mantém aquilo que é dado no começo. A conclusão apontada no início é mantida. A perspectiva que se apresenta na sequência trazendo o *embora* parte de um lugar que se representa como não predominante. Ela se manifesta apenas para mostrar outra visão, o outro lado das coisas. O que vai prevalecer já está dado.

A segunda estratégia que Guimarães (2007) descreve é a mesma que encontramos no artigo *Um herói para chamar de seu*²³:

- (9) ... Essas pessoas são formidáveis. Mas é por acharmos que heróis são indivíduos superextraordinários, vestem farda de soldado ou de bombeiro, ou se comportam como o Super-Homem ou o Batman, que

²³ Anexo IX

criamos a falsa impressão de que nenhum de nós pode ser um. No entanto, *embora o heroísmo seja um comportamento raro, a maioria dos heróis são mais parecidos comigo ou com você.* (O Estado de São Paulo, 21/06/2009)

O enunciado apresenta um argumento que parte de uma perspectiva que já se mostra como não predominante o que automaticamente se elege como negação daquilo que está por vir. O argumento *embora o heroísmo seja um comportamento raro* aponta para a conclusão: *não é qualquer pessoa que pode ser um herói.* O argumento posterior apresenta uma conclusão contrária, diz que *qualquer um pode tornar-se um herói.* O restante do texto segue conservando essa conclusão e expondo exemplos de pessoas comuns que praticaram atos heroicos e ainda salienta possíveis atitudes que podemos tomar na sociedade e assim tornar-nos heróis.

O lugar de dizer do qual parte o primeiro argumento pode ser assimilado a um enunciador-genérico. O Locutor L concorda com o conteúdo apresentado por ele, mas assume o que é apresentado no segundo argumento. De fato, este último parte do próprio Locutor L. É ele que enxerga semelhanças entre nós e os heróis. Ele recorta memoráveis que apresentam rotinas de brasileiros lutando contra circunstâncias corruptoras. Esses memoráveis falam mais alto que aqueles recortados pelo enunciador genérico que se manifestam no primeiro argumento. O Locutor os reconhece, mas coloca-os apenas como um contraponto. Não é a seu favor que ele argumenta. É exatamente essa estratégia que dá credibilidade à orientação argumentativa levantada por ele. O cruzamento das dialogias interna e externa nesse excerto age na formação de uma estratégia que coloca o Locutor e o alocutário num espaço que será refutado depois.

Em alguns casos, pode parecer, a princípio, que as duas conclusões desencadeadas pelos argumentos levantados seguem a mesma direção. É o que ocorre no excerto do texto dos autores John Palfrey, Bruce Etling e Robert Faris que comenta sobre a utilização dos meios de comunicação virtual em países com regimes autoritários²⁴:

(10) Nossa pesquisa na blogosfera iraniana mostra que os conservadores políticos e religiosos estão tão em evidência quanto os críticos do regime. *Embora a blogosfera iraniana seja, na realidade, o foro no qual as mulheres falam dos seus direitos, os jovens criticam a polícia da suposta moralidade, os jornalistas lutam contra a*

²⁴ Anexo X

censura, os reformistas pressionam pela mudança e os dissidentes exigem a revolução, é também o foro em que se elogia o líder supremo, se nega o Holocausto, se defende a Revolução Islâmica e se celebra o Hezbollah. (O Estado de São Paulo, 28/07/2009)

O primeiro encadeamento afirma que os blogs constituem um lugar de exposição de opiniões diversas relacionadas à crítica ao modelo de governo do país permitindo inferir que somente esse tipo de comentários aparece nos blogs. O segundo argumento acrescenta uma informação sobre os blogs dizendo que neles também aparecem elogios e defesa do governo vigente. A conclusão desse segundo argumento (portanto é também o lugar de elogios) parece não ofuscar a conclusão do primeiro (portanto é o lugar de se fazer críticas e expor indignações). A relação entre elas parece ser mais de acréscimo de ideias do que de oposição, ou mesmo de concessão. Tanto é que se trocássemos o conectivo por do tipo *não só... mas também*, que estabelece uma relação de adição entre os argumentos envolvidos levando-os para a mesma conclusão, o sentido do encadeamento não ficaria prejudicado.

Com base nesse exemplo não podemos afirmar que o funcionamento desses dois conectivos se assemelham. E na verdade não vão se assemelhar mesmo por mais que pareça nesse caso haver tal semelhança. O *embora* vai estabelecer sempre uma relação de oposição. Desta feita, convém ressaltar que o conectivo é também responsável pela descrição do sentido do encadeamento, que na verdade só vai ganhar o *status* de encadeamento com a inserção do conectivo. A partir da relação estabelecida pelo conectivo é que se distingue o que é argumento e o que é conclusão.

Ao descrever a polifonia representada nesse recorte temos um Locutor L assimilado a um locutor-jornalista que entende os princípios que regem a conduta do povo iraniano. Esse Locutor põe em cena dois enunciadores: um parte de um lugar de dizer genérico representando a ideia de que os iranianos tem sua liberdade de expressão limitada e portanto expressam sua revolta. O outro enunciador pode ser assimilado a um lugar de dizer que tem conhecimento das mudanças ocorridas no país e também tem noção de como o povo iraniano vê o seu sistema de governo que nem sempre é um visão negativa. O posicionamento do Locutor diante dessas duas perspectivas é de concordar com a primeira e assumir a segunda. Desta forma pontua-se que ao contrário do que pode parecer a utilização dos meios de comunicação virtual não se dá apenas no contexto de manifestação de desagrado. Pode ocorrer também a manifestação de conformidade em relação ao atual governo de um país caracterizado pela represália à

liberdade de expressão. Ao contrário do que se poderia esperar nesse regime ditatorial, as pessoas não teriam a ousadia de se exporem pontuando suas ideias sobre os assuntos do governo. No entanto, os dados confirmam que não tem mais como controlar. O povo vale-se desses meios de comunicação para colocar diante de seu país e do mundo tanto sua indignação quanto sua satisfação.

O *embora* que aparece no início do primeiro argumento guia o interlocutor a uma progressão textual que traça uma relação de oposição com o que é apresentado inicialmente. É ele que marca a orientação argumentativa e conseqüentemente o sentido evidenciando que a argumentação é uma marca intrinsecamente linguística.

Os recortes anteriormente analisados neste capítulo, cada um do seu modo, mostraram também essa propriedade da língua: a argumentação. Mantendo as expectativas ou retirando-as, as estratégias utilizadas podem ser vistas como pertencentes às regularidades da língua.

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho apresenta um estudo sobre as conjunções *mas* e *embora* nos moldes da Semântica do Acontecimento. Trabalhamos a hipótese de que existem elementos linguísticos que atuam na formação de estratégias envolvidas no uso dessas conjunções. Para a compreensão dessas estratégias foi necessário esmiuçar dois aspectos essenciais: argumentação e polifonia. Compreendemos que esses dois aspectos trabalham de forma indissociável e mantêm uma relação de dependência com o acontecimento em que são produzidos.

A partir dessa compreensão, percebemos que é também o acontecimento que determina o funcionamento das conjunções que analisamos, uma vez que é nele que compreendemos os lugares de dizer de onde partem os argumentos, bem como a orientação argumentativa traçada por tais argumentos. Tanto o relacionamento estabelecido entre o Locutor e o alocutário, como a forma que este Locutor, tomado como lugar social do dizer e fonte do dizer, lida com as perspectivas enunciativas acionadas, pode ser analisado no acontecimento de linguagem, determinando assim, que o funcionamento das conjunções não se dissocia do acontecimento. As estratégias que se manifestam no uso dessas conjunções são construídas no acontecimento.

Sendo assim, a descrição dos enunciados com essas conjunções dentro da Semântica do Acontecimento continua apresentando os três aspectos que Guimarães havia apontado no trabalho desenvolvido em torno das conjunções do português: polifonia, argumentação e estratégias de relação. No entanto, algumas alterações são visíveis nesses aspectos quando analisados sob a ótica da Semântica do Acontecimento. No quesito polifonia são consideradas questões de caráter histórico-social, na argumentação a história também aparece na forma de recorte da temporalidade, e no que diz respeito às estratégias de relação, há uma intimidade muito forte com o acontecimento, uma vez que é nele que é estabelecida a relação sujeito/língua e a constituição de uma materialidade do real pautado na temporalização constituída pelo próprio acontecimento.

Nas estratégias de relação é representado de forma intrínseca o trabalho indissociável das representações polifônicas ao lado da argumentação. O acontecimento de linguagem vai influenciar a constituição das estratégias de relação garantindo seu funcionamento. Concernente à dialogia externa, que trabalha com as questões

vinculadas à orientação argumentativa tendo-se em vista a articulação tema/comentário, pode-se considerá-la como a responsável pelo estabelecimento da aproximação entre Locutor e alocutário. É nesse espaço que se constitui o dialogismo de forma que só há um locutor porque pressupõe-se a existência de um alocutário e vice-versa. Ao serem constituídos no acontecimento, eles se manifestam como afetados pela língua, dependentes dela que por sua vez só é tida como tal pelo fato de haver sujeitos que a utilizam. De forma mais sucinta, a configuração da dialogia externa no acontecimento de linguagem está relacionada à temporalidade própria daquele acontecimento. É essa temporalidade que determina o que é tema e o que é comentário, bem como as conclusões por eles apontadas, ao tomar como base as lembranças de enunciações ali recordadas e ao mesmo tempo as possibilidades de interpretação ali projetadas. E mais pelo fato de constituir também o lugar de encontro entre o Locutor e o alocutário, é nele que se estabelece o acordo inicial que motiva a criação de expectativas por parte do alocutário. Tal criação deve-se também ao recorte da temporalidade.

Já a dialogia interna, que trata os aspectos que dizem respeito à polifonia, também no acontecimento estabelece uma relação de dependência e consistência. É no acontecimento que são instituídas as figuras do sujeito, que por sua vez ganha esse estatuto por ter entrado em ação ao vir à existência o acontecimento, de forma que ambos (sujeito e acontecimento) interdependem. Ao se analisar o acontecimento, observa-se as representações do sujeito que com ele veio à tona. Alguns elementos linguísticos se encarregam de marcar essas representações do sujeito - Locutor, locutor-x e enunciadores - bem como as relações estabelecidas entre elas. É no acontecimento também que o sujeito é considerado nas dimensões linguística, histórica e social, o que favorece a compreensão de aspectos ligados à história, via memórias de enunciações, via interdiscurso. Essa compreensão do sujeito viabiliza o entendimento das assimilações feitas aos enunciadores e locutor-x e as atitudes tomadas pelo Locutor com relação aos enunciadores. O resultado de todo esse processo contribui para a formação das estratégias de relação utilizadas. Desta maneira, no acontecimento de linguagem as dialogias externa e interna caminham juntas beneficiando-se simultaneamente com o desempenho uma da outra.

Em suma, a formação das estratégias visualizadas mexe tanto na dialogia externa como na interna. Na externa, pelo fato de o acordo entre Locutor e alocutário ser alterado, uma vez que no primeiro argumento aparecem elementos linguísticos que

anunciam uma inversão argumentativa, o alocutário se prepara para receber essa inversão. O acordo entre ele o Locutor é diferente. Não segue o mesmo descrito por Guimarães (2007). Na interna, os aspectos da intertextualidade também influenciam na formação da estratégia utilizada. Como mencionado na Semântica do Acontecimento, o sujeito é constituído discursivamente. Ele abrange dimensões histórico-sociais e é agenciado na cena enunciativa. Ele é evocado via intertextualidade que, por sua vez, traz consigo o recorte de memoráveis.

O acordo entre Locutor e alocutário é influenciado pela intertextualidade no sentido de que o que vai determinar a conclusão esperada é o memorável recortado. Não tem como haver esse acordo, se no acontecimento os sujeitos envolvidos não recortarem memoráveis iguais. Isto reafirma o que já foi mencionado antes: a descrição do funcionamento das conjunções pode ser feita de forma produtiva ao se considerar o acontecimento em que os enunciados que as comportam foi produzido. Pois é no acontecimento que compreendemos a formação das estratégias de relação utilizadas e a eficácia delas na organização textual e elaboração dos efeitos de sentidos produzidos.

Guimarães (2007) apresenta para os encadeamentos com a conjunção *mas* uma estratégia de relação a qual coloca o argumento introduzido pelo *mas* como não esperado. Este quebra completamente as expectativas levantadas pelo argumento que o antecede. Percebemos no decorrer deste trabalho que além dessa estratégia existem uma outra cujo funcionamento lhe é diferente. A nossa hipótese inicial foi, então, confirmada.

Percebemos que essa outra estratégia também é marcada linguisticamente. Existem elementos linguísticos que anunciam a chegada iminente da virada argumentativa. Os elementos linguísticos encontrados na pesquisa que funcionam como indicadores de adversidade se apresentam de forma variada. Encontramos advérbios de diferentes classificações atuando junto com as desinências modo-temporal dos verbos; encontramos também os modalizadores escalares indicando ou exigindo como sequência um argumento oposto ao que estava sendo dito no que esses elementos faziam parte.

Não intentamos estabelecer com este trabalho a catalogação dos termos linguísticos acima citados. Nos casos que analisamos eles alteraram o modelo de descrição do *mas* tal qual aparece em trabalhos anteriores como os mencionados no segundo capítulo. No entanto isso não quer dizer que eles sempre funcionam dessa

forma. Até porque não cabe essa afirmação aqui. Primeiro porque neste trabalho, apesar de trabalharmos com um número significativo de textos e de gêneros diferentes, eles faziam parte de um veículo em comum, portanto em uns textos mais e em outros menos há um certo grau de formalidade dentre outras características em comum. Em outras situações de produção pode haver diferenças de uso das conjunções em análise. Em segundo lugar, porque defendemos que é no acontecimento que é determinado de acordo com a temporalidade recortada o sentido que o texto vai tomar considerando-se a sua importância enquanto unidade e ao mesmo tempo uma unidade formada por partes.

Encontramos estratégia diferente das apresentadas por Guimarães (2007) apenas nos enunciados com a conjunção *mas*. Os enunciados com o *embora* apresentaram as duas estratégias já descritas pelo autor. Eles mantêm entre suas características a não marcação do tema e do comentário permitindo que seja possível uma mobilidade dos termos, o que não acontece com os enunciados com o *mas*. Nestes há a marcação do tema e do comentário, mesmo nos casos em que há indicação de adversidade. Independente da estratégia utilizada o segundo argumento vai ser sempre introduzido pelo *mas*.

Concluimos este trabalho com a convicção de há ainda muita coisa a ser considerada na descrição dos enunciados com as conjunções em estudo. Ainda há expectativas a serem correspondidas ou frustradas na empreitada de se estudar estas conjunções. Esperamos ter de alguma forma contribuído - ou para corresponder às expectativas criadas com o que foi apresentado no início do trabalho (ou àquelas já existentes), ou para frustrá-las, ou simplesmente criando alguma expectativa que possa em algum momento procurar ser correspondida.

REFERÊNCIAS

- ALI, M. S. *Gramática histórica da língua portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Melhoramentos, 1964.
- BAKHTIN, M. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1979.
- BENVENISTE, E. *Problemas de Linguística Geral I*. 5ª ed. Campinas: Pontes Editores, 2005.
- _____. *Problemas de Linguística Geral II*. 2ª ed. Campinas: Pontes Editores, 2006.
- CAMARA JR., J. M. *Princípios de lingüística geral*. 4.ed. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1967.
- CAMPOS, C. M. O Percurso de Ducrot na Teoria da Argumentação na língua. In: *Revista da ABRALIN* v.6 n. 2 p. 139-169, jul/dez. 2007.
- _____. A polifonia em encadeamentos com *além disso*. *ReVEL*, v. 9, n. 16, 2011.
- CAREL, M. Polifonia e Argumentação. *Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo* - v. 6 - n. 1 - p. 22-36 - jan./jun. 2010.
- CAREL, M., DUCROT, O. *La Semántica argumentativa: una introducción a la teoría los bloques semánticos*. Edición literaria a cargo de María Marta García Negroni y Alfredo M. Lescano -1ª.ed. Buenos Aires: Colihue, 2005.
- _____. Descrição argumentativa e descrição polifônica: o caso da negação. *Letras de Hoje*, Porto Alegre: EDIPUCRS v. 43, n. 1, p. 7-18, jan./mar. 2008.
- _____. Atualização da polifonia. *Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo* - v. 6 - n. 1 - p. 9-21 - jan./jun. 2010.
- CASTILHO, A. T., ILARI, R., NEVES, M. H. M., BASSO, R. M. O advérbio. In: CASTILHO, A. T., ILARI, R., NEVES, M. H. M. (orgs.) *Gramática do Português culto falado no Brasil*. Vol. 2.Campinas: Editora da UNICAMP, 2008.
- CASTILHO, A. T., ILARI, R. Advérbios predicadores. In: CASTILHO, A. T., ILARI, R., NEVES, M. H. M. (orgs.) *Gramática do Português culto falado no Brasil*. Vol. 2.Campinas: Editora da UNICAMP, 2008.
- CUNHA, C., CINTRA, L. F. L. *Nova Gramática do Português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- DUCROT, O. *Provar e Dizer*. São Paulo: Global, 1981.
- _____. *O Dizer e o Dito*. Campinas: Pontes, 1987.
- _____. *Polifonía y argumentación*. Conferencias del seminario Teoría de la Argumentación y Análisis del Discurso. Cali: Universidad del Valle, 1988.

_____. Argumentação e “topoi” argumentativos. In: GUIMARÃES, Eduardo. (Org.). *História e Sentido na Linguagem*. Campinas: Pontes, 1989. (Tradução de Eduardo Guimarães)

_____. Os *topoi* na teoria da argumentação da língua. In: *Revista Brasileira de Letras*, São Paulo, UFSCar, v.1, n.1, p. 1-11, 1999. (Tradução de Rosa Attié Figueira)

FELÍCIO, C. P. *A gramaticalização da conjunção concessiva embora*. São José do Rio Preto: IBILCE – UNESP, Dissertação de Mestrado, 2008.

FIORIN, J. L. *As Astúcias da Enunciação*. 2.ed. São Paulo: Ática, 2008.

FLORES, Valdir do Nascimento; TEIXEIRA, Marlene. A Linguística comporta a enunciação: Émile Benveniste; e Polifonia, argumentação e enunciação: Oswald Ducrot. In _____ *Introdução à linguística da enunciação*. São Paulo: Contexto, 2005.

GUIMARÃES, Eduardo. 2. GUIMARÃES, Eduardo. Enunciação e história. In: GUIMARÃES, Eduardo (org.). *História e sentido na linguagem*. Campinas, Pontes, 1989.

_____. *Semântica do Acontecimento*. Campinas: Pontes, 2002b.

_____. *Os limites do sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem*. Campinas: Pontes, 2ª ed., 2002a.

_____. *Texto e argumentação: um estudo de conjunções do português*. Campinas: Pontes, 4ª Ed. 2007.

_____. Um contra argumento delocutivo: “Fala sério!” *Línguas e Letras*. Vol. 9 nº 16, 1º sem. 2008.

KOCH, I.G.V. *Argumentação e Linguagem*, 10ª Ed. São Paulo: Cortez, 2006.

ILARI, Rodolfo. Estruturalismo Linguístico: alguns caminhos. In: MUSSALIN, F., BENTES, A. C. (orgs) *Introdução à Linguística: fundamentos epistemológicos*, vol.3. São Paulo: Cortez, 2004.

MESQUITA, E. M. C., SANTANA, A. A. O conector mas: uma análise baseada em textos de alunos em diferentes fases de escolarização. VIII Encontro Interno e XII Seminário de Iniciação Científica, Uberlândia –MG, 2008. Disponível em: <http://www.ic-ufu.org/anaisufu2008/PDF/SA08-20215.PDF>. Acesso em: 21 jul. 2010

ORLANDI, Eni. Segmentar ou recortar? In: GUIMARÃES, Eduardo (org.) *Linguística: Questões e Controvérsias. Série Estudos*, número 10, Uberaba, Fiube, 1984

_____. & GUIMARÃES, E. “Unidade e Dispersão: uma Questão do Texto e do Sujeito e do discurso. In: ORLANDI, Eni. *Discurso e leitura*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999, 4.ed.

PINTO, M. V. A. V. C. *Mundo mas Linguagem: uma leitura semântica da conjunção mas*. Campinas: IEL/UNICAMP. Dissertação de mestrado em Linguística, 1989.

PERINI, M. A. *Gramática descritiva do português*. 3.ed. São Paulo: Ática. 1995.

ROCHA, A. P. A. Relações de sentido entre os diversos usos de MAS: a formação de uma rede polissêmica motivada metaforicamente. In: *Estudos Linguísticos*, São Paulo, 37 (1): 121-130, jan.-abr. 2008.

SANTOS, J. V. Subjetividade e enunciação em Benveniste: Fundamentos de uma semântica linguística. In: SILVA, M. C .F., SILVA, E.G. (orgs) *Pesquisa em estudos da linguagem V*. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2007.

SANTOS, J. V., SOUZA, C. R. Mas: operador argumentativo e elemento polifônico na construção de enunciados publicitários. In: SILVA, M. C .F., SILVA, E.G. (orgs) *Pesquisa em estudos da linguagem V*. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2007.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Linguística Geral*. São Paulo: Cultrix/Edusp, 1969.

VOGT, C., DUCROT,O. De magis a mas: uma hipótese semântica. In: *Linguagem, Pragmática e Ideologia*, São Paulo: Hucitec, 1980.

REFERÊNCIAS DO CORPUS ANALISADO

- BRASIL, U. O registro de uma era de excessos. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 13 de junho de 2009.
- CAETANO, M. Siameses. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 04 de julho de 2009.
- COLON, L. Para se defender, Sarney "terceiriza" responsabilidade. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 04 de julho de 2009.
- GRANDIN, F., RIZZO, M. Kassab cobra o Corinthians devolução de rua. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 18 de julho de 2009.
- GUERRA, M. O Brasil como anfitrião. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 28 de junho de 2009.
- MENDES, S. Mercado imobiliário exige atenção. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 18 de julho de 2009.
- MODÉ, L. Risco político já influencia juro futuro. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 19 de julho de 2009.
- PALFREY, J., ETILING, B., FARIS, R. É possível calar essas vozes? *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 29 de junho de 2009.
- TORQUATO, G. O compadrio político. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 19 de julho de 2009.
- VERÍSSIMO, L. F. Pavor de mãe. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 28 de junho de 2009.
- ZEH, A. K. Um herói para chamar de seu. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 21 de junho de 2009.

ANEXO I

Pavor de mãe

Luís Fernando Veríssimo

De certa forma, o mundo adaptou-se às recomendações das nossas mães.

Um dos pavores de mãe era corrimão de escada, lembra? Saíamos de casa com ordens para não tocar em nenhum corrimão, o que nos encheria a mão de germes dos outros. A invenção da escada rolante nos dispensou deste cuidado.

Outro pavor de mãe era dinheiro. Depois de tocarmos em dinheiro tínhamos que lavar as mãos correndo. E ai de quem esfregasse os olhos ou botasse um dedo na boca com a mão envenenada por dinheiro. Para prevenir a cegueira, evitar a intoxicação mortal e aplacar as mães, inventaram o cartão de crédito.

E até a proliferação de travestis, ou mulheres que fazem xixi de pé, tem a ver com pavor das mães. Que não cansavam de alertar as filhas para o perigo de sentar em privadas públicas.

SOM DOS TEMPOS

As épocas têm trilhas sonoras. A trilha sonora da nossa época, o som do nosso tempo, é o som dos alarmes de carro. O som da paranoia justificada.

O alarme de carro é o grito da nossa propriedade de que alguém está querendo tirá-la de nós. É a palavra mais desesperada que um ser humano pode produzir - "Socorro!" - mecanizada, padronizada e repetida com todo o volume. É típico porque existe para compensar a carência mais evidente da época, que é a falta de segurança. Os carros pedem socorro porque sua defesa natural - polícia por perto ou o respeito pelo que é dos outros - não existe. Só lhes resta gritar.

E o alarme contra roubo de carro é próprio da época porque, frequentemente, não funciona. Ou funciona quando não deve. Ouvem-se tantos alarmes de carro a qualquer hora do dia ou da noite porque, talvez influenciados pela paranoia geral, eles disparam sozinhos. Basta alguém se aproximar do carro com uma cara suspeita e eles começam a berrar.

OBERON

O nome não é a pessoa, mas minha vida seria completamente diferente se eu me chamasse, por exemplo, Oberon. Oberon Frenegaz de Hoz e Malgavia.

Para começar, jamais teria dificuldade em reservar mesa em restaurantes.

- Es para Oberon Frenegaz de Hoz e Malgavia de Soler e Pantajas.

Uma pausa e o arremate:

- Tercero.

- Sim senhor. Uma mesa para quantos?

- Dez. Estarei sozinho.

Sim, porque, com um nome assim, mesmo sozinho você é um cortejo.

O nome que escolhemos, ao contrário do nome que nos dão, revela a ideia que fazemos de nós mesmos e os projetos secretos que sempre tivemos para nossas vidas e o nome dado impedia. Quem escolhe se chamar Oberon é porque tem ambições de Oberon. Planos de Oberon. Que, obviamente, boas coisas não podem ser.

Minha mulher não entenderia.

- Mas Luis Fernando...

- Oberon.

- Mas Oberon... Esse bigode. Essa piteira de madreperla. Você nem fumava.

- Cajate, mujer.

- E esse mau espanhol...

- No tengo que te dar explicaciones. Mis pantufas!

Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,pavor-de-mae,394179,0.htm>. Acesso em: 23/10/2011.

ANEXO II

Kassab cobra do Corinthians devolução de rua

Felipe Grandin e Marcel Rizzo

Durante visita para cumprimentar dirigentes do Corinthians pela conquista da Copa do Brasil, vencida há 18 dias, o prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab (DEM), aproveitou para cobrar ontem a devolução de parte de uma via pública cedida ao clube há 13 anos. Hoje, os sócios usam o terreno de 18,4 mil metros quadrados, ao longo da Avenida Elisabeth de Robiano, no Tatuapé, como estacionamento. A rua está isolada por grades, mas é possível ver a faixa de pedestres. O presidente do clube, Andres Sanches, disse que não vai devolver a área.

Kassab foi ao clube acompanhado de dois secretários - Cláudio Lembo (Negócios Jurídicos) e Orlando Almeida (Controle Urbano). Lembo cuida dos processos judiciais da Prefeitura e Almeida é responsável pela fiscalização de imóveis. "Foi uma visita de confraternização", garantiu o prefeito. "Mas aproveitamos para falar de alguns outros problemas que estamos tentando resolver da melhor maneira."

No mês passado, Lembo autorizou a Prefeitura a entrar com ação na Justiça para retomar o terreno e cobrar indenização. A decisão foi publicada no Diário Oficial, mas, segundo a Secretaria dos Negócios Jurídicos, a medida ainda é estudada. A área foi cedida ao clube em 1996 por lei de autoria do ex-prefeito Paulo Maluf. A legislação concede o terreno por 99 anos, mas há brecha no texto que permite a sua retomada. O Corinthians é obrigado a devolver a área se a Prefeitura decidir reintegrar o espaço à malha viária.

A principal hipótese, não confirmada pela Prefeitura, é a de que o espaço seja usado na ampliação da Marginal do Tietê. Questionado se haveria desapropriação de parte do São Jorge, o secretário estadual dos Transportes, Mauro Arce, deu resposta dúbia. "O Estado só vai usar áreas públicas." A Dersa, responsável pela obra, disse que "não há definição sobre o assunto".

Em resposta, o presidente do clube afirmou que o terreno foi obtido corretamente e, portanto, não haveria motivo para entregá-lo. "Não vamos devolver a rua", afirmou Sanches. De acordo com ele, a área foi uma compensação pela desapropriação de uma parte do Parque São Jorge para a construção da Marginal do

Tietê. "A Prefeitura nos cedeu porque levou parte do terreno do clube que ia até o Rio Tietê", disse Sanches. "O que precisamos é regularizar essa situação toda", afirmou.

Sanches admite mesmo que há várias irregularidades na documentação dos imóveis construídos. "Todos os corintianos sabem que, em outras administrações, algumas coisas foram construídas de qualquer jeito, sem pedir (à Prefeitura)."

O dirigente disse que o prédio da administração, construído na gestão de Alberto Dualib no fim dos anos 1990, não tem Habite-se. Outro prédio, onde funciona o restaurante, também não teria autorização da Prefeitura. No prédio, sem Habite-se, Kassab se reuniu com Sanches por volta de meio-dia. Em seguida, juntaram-se para um almoço numa das mesas do restaurante, sem licença municipal.

Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,kassab-cobra-do-corinthians-devolucao-de-rua,404639,0.htm>. Acesso em: 23/10/2011

ANEXO III

Siameses

Marcus Caetano

Colorados e gremistas provavelmente vão me odiar pelo que vou escrever aqui, mas o fato é que, por maior que seja a rivalidade entre Inter e Grêmio, há indisfarçável parentesco entre ambos. Os jogos que envolveram os gigantes do Rio Grande no meio da semana só serviram para cristalizar mais essa sensação de proximidade. Derrotas gêmeas de times que, muitas vezes, se comportam como siameses.

Para descrever o que chamou de "óbvio parentesco" existente entre Flamengo e Fluminense, Nelson Rodrigues recorreu a uma de suas famosas metáforas. Ele batizou os clubes de "Os Irmãos Karamazov" do futebol. Nelson sabia que o parentesco dos irmãos russos do último romance de Dostoievski, de quem era grande fã, estava fundado não no amor, mas no ressentimento. E o ressentimento, como sabemos, é capaz de criar relações quase tão fortes quanto o amor - às vezes até mais escancaradas e passionais. Como a dupla Fla-Flu, a dupla Grenal também está visceralmente conectada. Uma conexão cheia de mais puro ressentimento, mas, sem sombra de dúvida, uma das mais fortes que há.

Chega a ser sobrenatural (êpa, olha o Nelson aí de novo!) a forma como os dois times dos Pampas tiveram interrompidos seus sonhos de grandes conquistas no primeiro semestre. Na quarta, jogando em Porto Alegre, o Inter precisava bater o Corinthians por 3 gols de diferença, sofreu 2 gols ainda no primeiro tempo, passou a necessitar de 5 gols, marcou 2 na etapa final, mas ficou apenas no empate. No dia seguinte, jogando em Porto Alegre, o Grêmio precisava bater o Cruzeiro por 3 gols de diferença, sofreu 2 gols ainda no primeiro tempo, passou a necessitar de 5 gols, marcou 2 na etapa final, mas ficou apenas no empate. Parece ou não roteiro de cinema - ou melhor, enredo de folhetim de Nelson Rodrigues?

Nas tragédias espelhadas, a torcida colorada, que chorou na quarta, sorriu na quinta, enquanto a torcida tricolor, que sorriu na quarta, chorou na quinta. Quem ri por último ri melhor, dirá um torcedor do Inter. Mas isso é apenas uma questão de ponto de vista, rebaterá um fanático do Grêmio. Fato é que os dois times apontados - com razão - como guerreiros, donos de torcidas apaixonadas e estádios que se transformam em caldeirões na hora em que um milagre é necessário, não conseguiram realizar as façanhas. Culpa dos maus resultados nos jogos de ida? Nem tanto, em minha opinião,

embora os placares desses confrontos tenham definido a atitude das equipes na hora da decisão. Mas o que sacramentou o destino dos Karamazov gaúchos foi a ansiedade de ter de jogar predominantemente no ataque, diante de suas torcidas.

É muito fácil ser engenheiro de obras prontas ou usar a bola de cristal ao contrário, mas o que teria acontecido se os gaúchos tivessem atuado de forma mais cautelosa no primeiro tempo, guardando a afobação para a etapa final, quando os visitantes naturalmente recuassem para garantir o resultado? E se os gols do segundo tempo tivessem surgido antes, sem que a pressão de marcar cinco vezes já tivesse sido instalada pela sucessão descontrolada dos acontecimentos? Fica a reflexão para os dois clubes que se notabilizaram não apenas pela raça, mas pela capacidade de jogar sem afobação, muitas vezes no contra-ataque. Ambos conquistaram alguns de seus mais importantes títulos atuando assim.

Se esta coluna não provar, com argumentos, a semelhança entre colorados e gremistas, a provável reação a ela fará o serviço. Unidos, mais uma vez, na hora de discordar do que escrevi, os eternos rivais do Paralelo 30º demonstrarão sua capacidade de concordar. Nem que seja a capacidade de concordar em discordar.

Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,siameses,397702,0.htm>

Acesso em: 23/10/11

ANEXO IV

O compadrio político

Gaudêncio Torquato

A foto não poderia ser mais reveladora: o chefe da horda de delinquentes abraça o sabonete sob o sorriso bicudo de um tucano. A estampa, que ganhou a primeira página dos jornais, mostra o presidente Luiz Inácio confraternizando com seu ex-rival, o hoje senador Fernando Collor de Mello, e os epítetos acima foram gentilezas trocadas entre ambos, às vésperas do segundo turno das eleições presidenciais, em 17 de dezembro de 1989. Pressentindo a derrota, Lula acusou Collor de ter sido vendido como sabonete, no que foi agraciado pelo adversário com o título que sugere conluio com a bandidagem. Recorde-se que o alagoano venceu o pleito depois de exibir em sua campanha depoimento eleitoral de Miriam Cordeiro, ex-namorada do candidato petista, acusando-o de tê-la pressionado a abortar a filha. Mais que perdão, o gesto afetuoso entre os presidentes de hoje e de ontem denota a adoção do preceito do cardeal Mazarino, sucessor de Richelieu na corte francesa, especialista em malandragem: “Não faça nada que traia tua cólera. Não procures te vingar, finge não te teres ressentido, e espera tua hora.”

O palanque de Maceió, onde estavam também, na última quarta-feira, a ministra Dilma Rousseff e o governador Teotônio Vilela Filho, ilustra, de modo irretocável, a política tupiniquim. Retrata, à perfeição, a liturgia de simulação e dissimulação. A crítica à política de compadrio praticada por governos anteriores, feita pelo presidente, teve a intenção de preservar Collor, a seu lado, o qual deve ter-se sentido o mais justo dos governantes. Guerreiro dos tempos em que se fez São Jorge brandindo a espada contra os marajás, o “impichado” ex-presidente foi comparado a Juscelino Kubitschek, eis que, segundo Lula, ambos se mostraram sensíveis aos dramas do povo. Quanta demagogia! Em circunstâncias ordinárias, certos gestos seriam sórdidos, mas podem-se tornar poéticos e até épicos. Lula produziu, na terra dos marechais e de PC Farias, o mais épico de seus gestos recentes. A cena encantaria o próprio Diderot, o chefe dos enciclopedistas franceses, famoso pela lição sobre a arte de ludibriar: os comediantes, dizia ele, “impressionam o público não quando estão furiosos, e sim quando representam bem o furor”. O mesmo se pode dizer dos atores políticos. Eles são melhores não quando se inflamam, mas quando fingem grandes emoções. E ascendem aos píncaros da glória se nascem em terras brasileiras.

O espetáculo das Alagoas teve mais de um ato. O presidente, como sempre, cumpriu “à risca” o comportamento do comandante supremo da Nação ao lembrar que, na proximidade do ano eleitoral, não podia falar de eleição. Balela. A promessa, na presença da ministra Dilma, não durou um átimo de segundo, pois a seguir arrematou: “Só vou dizer uma coisa para vocês. Podem escrever. Eu vou fazer, eu vou ajudar a eleger a minha sucessora neste país.” Será que os juízes do Tribunal Superior Eleitoral estavam com os ouvidos atentos? E se estivessem, de que adiantaria? A Alta Corte só age quando acionada. A propósito, já há duas representações contra o PT, Lula e Dilma por antecipação de campanha eleitoral. Pode ser, porém, que a promessa de eleger a sucessora seja entendida como a ideia de se refugiar em seu sítio Fubangos, em São Bernardo do Campo, onde deverá dedicar-se à pesca e ao preparo do tão anunciado coelhinho assado na panela.

Trata-se de um ignorante ou opositorista quem ouviu da boca de Lula mote eleitoreiro. Nem o anfitrião Téo Vilela, governador alagoano, do mesmo partido dos postulantes à candidatura presidencial pela oposição, José Serra e Aécio Neves, diria ter percebido o gogó de campanha. Se lhe perguntarem, eis uma possível resposta: o presidente cometeu uma tirada jocosa, um agrado aos participantes da inauguração da adutora em Palmeira dos Índios. O rubor não subirá às faces, até porque nenhum sinal de ética resiste às benesses que jorram das fontes do poder. Eis aí o conluio do compadrio, exatamente o pacote que Luiz Inácio combateu naquele palanque. Há uma hora em que oposição e situação permanecem do mesmo lado do balcão. Os extremos na política se tocam quando os interesses se aproximam. E interesses levam em conta o tamanho do cheque. A historinha é conhecida. Ao ser perguntado quanto poder era o bastante para si, o político respondeu: “Um pouquinho mais, um pouquinho mais.” Como uma bola de neve, deseja-se que o poder toque a borda do céu.

Ademais, a política brasileira tem um corpo separado dos membros. A situação explica, por exemplo, a distância entre as decisões das cúpulas partidárias e as ações das bases. Nos Estados, as alianças partidárias para 2010 serão desenhadas pela régua frankensteiniana. A amizade literalmente collorida entre Lula e Collor é apenas um aperitivo do que virá pela frente. Além da expressão aguda de Arthur Virgílio, líder do PSDB, qual é a outra voz tonitruante contra o governo do PT no Senado? É a do senador Tasso Jereissati. Pois não é que esse tucano receberá o apoio petista, por meio do comando do governador cearense Cid Gomes?

E como a opinião pública reage diante de situações tão canhestras, como a de inimigos figadais que após duros embates se transformam em amigos cordiais? O substantivo que pode resumir o estado de espírito de muitos cidadãos é asco. E como a maioria política reage diante do asco? O verbo já foi declinado pelo deputado Sérgio Moraes (PTB-RS), ao dizer que “se lixava” para a opinião pública. Continua a ironizar a decisão do Conselho de Ética no affaire Edmar Moreira: “A polêmica me deu muitos pontos, nunca recebi tantos convites na vida, ganhei espaço.”

Somente resta pinçar a névoa do tempo para acompanhar Confúcio em visita à sagrada montanha chinesa de Taishan. Lá encontrou uma mulher cujos parentes haviam sido mortos por tigres. O sábio perguntou: “Por que não se muda daqui?” Veio o lamento: “Porque os políticos são mais ferozes que os tigres.”

Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,o-compadrio-politico,404956,0.htm>. Acesso em: 23/10/09

ANEXO V

Para se defender, Sarney "terceiriza" responsabilidade

Leandro Colon

O presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), tem reagido sempre da mesma forma diante de denúncias envolvendo seu nome: terceiriza responsabilidades. Da tribuna, já disse que a crise é do Senado, e não dele. No caso mais recente, responsabilizou um contador pela ausência de uma casa de R\$ 4 milhões na declaração de bens entregue à Justiça Eleitoral.

"Até deve ter sido erro do contador. Mas a responsabilidade é dele. Temos que saber escolher nossos contadores", disse o senador Álvaro Dias (PSDB-PR), ao comentar o caso revelado pelo Estado. Para o tucano, o Senado está à deriva. "A impressão que se tem é que, depois de tantas denúncias, o senador Sarney está imensamente cansado. Tudo está entregue ao destino", disse.

Segundo o senador Demóstenes Torres (DEM-GO), a delegação de responsabilidade não melhora a situação de Sarney. Para ele, "não há nada esclarecido" na resposta do peemedebista no caso da casa ocultada. "É uma alegação, um argumento que tem que ser investigado." O caminho para a investigação, a seu ver, é o Conselho de Ética, que terá de examinar a representação do PSOL contra Sarney.

Sob pressão desde que assumiu o cargo há cinco meses, Sarney já afirmou que não foi eleito para limpar a "lixeira da cozinha". Pressionado, entregou em março a Heráclito a tarefa de responder para a imprensa pela gestão administrativa do Senado. Com carta-branca, o primeiro-secretário pediu um pente-fino nos possíveis atos secretos dos últimos 15 anos. Uma comissão identificou 663 decisões sigilosas.

DISCURSO

Inicialmente, Sarney tentou conter a crise com o argumento de que ocorreu um "erro técnico" no sistema interno do Senado. Foi a justificativa que sua assessoria usou, por exemplo, para explicar a não publicação da exoneração de João Fernando Michels Sarney, neto do presidente do Senado, do gabinete do senador Eptácio Cafeteira (PTB-MA). Sarney foi avisado de que grande parte dos atos secretos foi escondida

propositalmente. Teve de mudar o discurso e pedir a abertura de uma investigação interna.

"Erro técnico" também foi o primeiro motivo encontrado por ele para explicar a ausência da casa na declaração de bens à Justiça Eleitoral. Mudou a versão por duas vezes na sexta-feira. Restou, no final, apontar como culpado um contador, que teria esquecido de incluir na declaração ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE-AP) a casa onde o senador mora em Brasília.

Equívoco foi o termo usado para explicar o recebimento do auxílio-moradia de R\$ 3,8 mil mensais, apesar de ter imóvel próprio em Brasília. "Nunca pedi auxílio-moradia e, por um equívoco (da administração do Senado), a partir de 2008 começaram a depositar na minha conta", disse Sarney, em maio.

Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,para-se-defender-sarney-terceiriza-responsabilidade,398003,0.htm>. Acesso em: 23/10/11

ANEXO VI

Risco político já influencia juro futuro

Leandro Modé

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) reúne-se terça e quarta-feira para definir o novo nível da taxa básica de juros (Selic), hoje em 9,25% ao ano. Nem analistas nem investidores estão lá muito preocupados com a decisão porque dão como certo um corte de 0,50 ou 0,25 ponto porcentual. A atenção deles está voltada para o futuro.

Pela primeira vez em muito tempo, mercado financeiro e Banco Central estão em lados opostos em relação às perspectivas de médio e longo prazos para a Selic. As explicações para a divergência vão além dos fatores técnicos. Se é verdade que o movimento não é exclusividade brasileira (leia texto nesta página), tampouco se pode negar que o risco político já afeta as expectativas para os juros.

Esse risco se divide em dois. Uma parte está relacionada à sucessão presidencial em 2010, uma vez que os dois principais candidatos, Dilma Rousseff e José Serra, são considerados "heterodoxos" demais pelos investidores. Ou seja, ambos tenderiam a ser menos conservadores na condução das políticas fiscal e monetária. A apreensão de mercado pode até se basear em especulações, mas ela influencia variáveis importantes da economia.

"Seja Serra ou seja Dilma, o fato é que o ministro da Fazenda será Luciano Coutinho (atual presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social)", diz um economista, em tom jocoso. "O (atual ministro Guido) Mantega também é heterodoxo, mas tem uma diferença importante em relação a Coutinho: por ser maleável, segue a linha pragmática de Lula. Coutinho implementaria na prática o que pensa."

Outro especialista, bastante respeitado pelos seus pares de mercado, centra fogo em Serra. "O governador diz, não é de hoje, que os juros deveriam ser mais baixos e o dólar, mais valorizado. Ora, todos os países que adotaram essa política tiveram um resultado: inflação."

Outra parte do risco está ligada à indefinição sobre as ambições eleitorais do presidente do BC, Henrique Meirelles. Várias perguntas estão na cabeça dos investidores: Meirelles será ou não candidato ao governo de Goiás? Se sim, quando deixará o BC? Se deixar, quem será o substituto? O substituto terá força para aumentar

os juros, caso necessário, levando-se em conta que 2010 é ano eleitoral? Procurado pelo Estado, o presidente do BC não se manifestou.

O próprio Meirelles atraiu os holofotes para a divergência com o mercado ao dizer, terça-feira, que "a curva de juros embute prêmios de risco em relação às projeções de inflação do BC, por exemplo, que talvez não sejam adequados à situação do Brasil". Em linguagem mais clara, significa que as taxas expressas nas operações do mercado futuro não condizem com as expectativas para a inflação.

O BC já havia feito uma referência ao tema na ata da reunião do Copom de 28 e 29 de abril. Dizia o texto, no parágrafo 23: "O Comitê entende que a melhora do cenário prospectivo para a inflação em 2009 e em 2010 não foi, até o momento, incorporada na estrutura a termo da taxa de juros." A frase foi retirada da ata da última reunião.

Sexta-feira, os contratos de juros negociados na BM&F projetavam taxa Selic de 8,65% em janeiro de 2010, 9,68% em janeiro de 2011 e 10,91% em janeiro de 2012. Comparadas a uma Selic de 8,75% (aposta majoritária do mercado para o Copom desta semana), as projeções da BM&F embutem uma alta de um ponto porcentual do juro ao longo de 2010.

De outro lado, em uma aparente contradição, as previsões para a inflação seguem dentro da meta de 4,5%. Segundo o mais recente boletim Focus, que resulta de uma pesquisa do BC com uma centena de instituições financeiras e consultorias, a expectativa para o IPCA é de 4,5% em 2009 e 4,40% em 2010. Portanto, ao menos em tese, a Selic entre 8,75% e 9% seria suficiente para manter a inflação na meta.

Essa discussão é relevante porque envolve as taxas de juros cobradas de empresas e cidadãos comuns já no presente. "Quando um banco empresta dinheiro, ele olha para os juros futuros para definir o custo desse crédito", diz um analista. Juro futuro alto é igual a crédito mais caro no presente.

Outro especialista avalia que o mercado está fazendo muito barulho por nada - e lembra que muitos operadores aproveitam a situação para lucrar. "Não há chance de o Brasil passar em 2010 o que viveu em 2002 (antes da eleição de Lula). Os fundamentos são muito mais sólidos, a começar pelas reservas de quase US\$ 210 bilhões, que reduzem a quase zero o risco de disparada do dólar."

Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,risco-politico-ja-influencia-juro-futuro,404898,0.htm>. Acesso em: 23/10/11

ANEXO VII

O registro de uma era de excessos

Ubiratan Brasil

Há algo de réptil em Zeca, principal personagem de Pornopopéia (Objetiva, 480 páginas, R\$ 59,90), livro que marca o retorno de Reinaldo Moraes ao romance depois de 14 anos (o último foi Abacaxi). É um vilão da cabeça aos pés - ex-cineasta marginal, ele é obrigado a filmar um vídeo promocional sobre embutidos de frango para ganhar alguns trocados. Mas, sem saber ao certo por onde começar, Zeca acaba entrando em uma espiral de sexo, bebida e drogas.

"Trata-se de um homem cafajeste, sexista, machista, politicamente incorreto, que criei sem enfrentar nenhuma censura (pessoal ou de terceiros)", confessa Moraes, 59 anos, que conversa com o Estado em um de seus pontos de encontro mais queridos, a Merceria São Pedro, na Vila Madalena. Será ali a festa de lançamento, no dia 29.

Um evento para festejar algo marcante. Escrevendo em sua própria voz, Moraes não se sente mais constrangido a fazer as vontades do leitor. Ele retorna a seu velho modo de escrever como se o leitor fosse um hóspede não convidado, chegando na noite errada em casa escura. Pornopopéia traz uma jornada desregrada, de proporções quase épicas e narrada com texto fluido, inquieto - como o personagem.

Zeca é a união de tipos que povoam a sociedade atual, com seu individualismo atroz e a insaciável busca pelo prazer imediato. Pornopopéia é um livro de excessos típico de uma era de excessos, algo como um potente e cuidadoso coquetel servido gelado. Afinal, fala sobre racismo, aversão a mulheres, vaidade, mesquinhez e (mais desolador) retrata a crueldade emocional que ele dirige aos semelhantes.

Apesar de amoral, ele, no entanto, desperta a piedade do leitor, uma vez que revela todas as contradições sofridas pelo homem. "Todo mundo tem ao menos um dos defeitos do Zeca, ou praticou atos ilícitos como ele", conta Moraes, ex-economista que se tornou cultuado em 1981, com o lançamento de Tanto Faz, logo tornado bíblia de um momento literário contracultural e intimista. Fora de catálogo durante vários anos, a obra voltou às livrarias em 2003, pela Azougue Editorial, mas, cumprindo sua função de maldito, novamente só é encontrada em sebos.

Em meio às suas obsessões (gosta tanto de reescrever que, brincam os amigos, é capaz de corrigir o livro em vez de autografá-lo), Reinaldo Moraes entabulou uma animada conversa com o Estado na terça-feira. A seguir, os principais pontos.

INDIVIDUALISMO EXACERBADO

"O romance era para ser mais cômico, picaresco. Com o tempo, percebi que o personagem começou a ganhar densidade - afinal, eu não estava contando uma piada de 100 páginas. Foi quando entraram minhas experiências com casamento, amigos. Zeca, assim, ganhou contornos perigosos: tornou-se um personagem amoral. Até então, ele se recusava a pactuar com o mundo administrado, com o trabalho, mas era um cara ético, que valorizava a amizade e o amor. Resultou em um personagem canalha, autor de atos deploráveis como, por exemplo, roubar uma prostituta. Comecei a pensar em uma contradição lógica mas civilizatória: para ser socialmente livre, é preciso livrar-se do passado, das ligações afetivas (até com mulher e filhos) e fazer uma tábula rasa dos valores que recebeu: uma deflação total dos sentimentos e uma anulação dos valores. Isso criou um monstro moral. Mas é a única forma de ser essencialmente livre. O destino, no entanto, muda a vida desse cara: amoral, ele fica sem tapete. Por isso, paga o preço até por atos que não comete."

ESPANTO COM A CRIAÇÃO

"Tive terríveis embates, especialmente à noite: estou criando um monstro! Que encara o sexo como fliperama! O herói moderno tem vários defeitos e uma qualidade. Já o vilão moderno tem um monte de qualidades e um defeito. É o caso do Zeca, que ajuda a salvar uma criança, mesmo que nem se importe com isso. Ele é acusado de assassinato e de ser traficante sem, de fato, isso ser verdade. Mas Zeca é tão inescrupuloso, tão facilmente acusável de egoísmo que é como se fosse culpado. Isso cria uma situação ambígua: ele é acusado injustamente mas merece ser punido."

NARRATIVA EM PRIMEIRA PESSOA

"O maior desafio é criar situações que contradizem o narrador. Também é preciso não parecer chata para o leitor aquela situação que o personagem não suporta. Zeca participa de uma orgia que ele considera um porre, mas não posso, como autor, deixar isso transparecer. A solução é criar contextos que contradizem o narrador."

INFLUÊNCIA DA REALIDADE

"Tem o fator idade: completo 60 anos em 2010 e sinto não ter tido uma carreira sólida. Fiz ciências sociais, estudei na Fundação Getúlio Vargas, quase virei tecnoburocrata. Até ir para a França, onde consegui escrever Tanto Faz. Na volta, ajudei a escrever novelas (Helena, O Campeão, Bang Bang) e seriados (Ô, Coitado!), que me transformaram em freelancer. Essa ideia de não pertinência acabou prevalecendo. Assim, sou obrigado a enobrecer os sintomas, como disse, em tom de brincadeira, meu amigo poeta Armando Freitas. Isso explica um pouco essa área eticamente pantanosa de Zeca - ele também faz o que pode, só se preocupa com os próximos 15 minutos."

BEAT PAULISTA

"Essa fama sempre me incomodou. Fiz uma única experiência com essa linguagem, em um livro sobre Burroughs, que hoje renego, pois é recheado de maneirismo que não tem nada a ver comigo. Li Kerouac muito tempo depois de virar hit, nos anos 1980. Adorei On the Road, mas preferia Charles Bukowski, que não era beat. Eu vibrava com sua obra, marcada por personagens que reapareciam, uma narrativa sem o fluxo tradicional. Também não tinha aquele toque poético preparado - a poesia se formava à sua revelia, enquanto admirava a lua vomitando. Era a não-literatura que eu buscava. Um mar revolto em que tudo pode acontecer."

Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,o-registro-de-uma-era-de-excessos,386542,0.htm> Acesso em: 23/10/11

ANEXO VIII

Mercado imobiliário exige atenção

Salomão Mendes

Quando se analisa o drama criado pela crise dos empréstimos subprime nos Estados Unidos e suas graves consequências para a economia mundial, torna-se oportuno alertar as autoridades monetárias brasileiras para a necessidade de uma visão de longo prazo em relação ao mercado imobiliário, que começa a apresentar expansão significativa, embora aparentemente sem nenhum problema no momento.

É bom lembrar os mecanismos que progressivamente levaram à crise nos Estados Unidos, com repercussões gravíssimas sobre os outros países. No contexto de uma política estimuladora da demanda, com juros muito baixos, e na crença de que empréstimos hipotecários têm garantia firme, explodiram os créditos imobiliários sem muita preocupação com a capacidade financeira dos mutuários. Isso elevou os preços dos imóveis a ponto de as instituições financeiras acreditarem que a inadimplência dos devedores seria um bom negócio.

Como se podia prever, muitos novos donos de imóveis não conseguiram honrar seus compromissos e as puseram à venda. O aumento da oferta derrubou os preços a ponto de elas valerem menos do que o empréstimo hipotecário. Diante do aumento da inadimplência, as instituições financeiras inventaram os sistemas de securitização que desembocaram na crise do subprime.

Nos cinco primeiros meses do ano, registrou-se em São Paulo a comercialização de 10.794 habitações, para um volume de lançamentos de 6.435 unidades. Em maio, o indicador de vendas sobre oferta atingiu 21,3%, ante 10,3%, em abril, e 10,7%, em março. São indicadores que mostram a pujança da atividade.

No entanto, o índice de preços de material de construção não deixa de aumentar e o País não dispõe de instrumentos para acompanhar a evolução do setor no longo prazo.

Parece difícil que, sob a fiscalização do Banco Central, possa haver aqui um mecanismo como o do subprime, mas convém sempre acompanhar as ofertas para refinar os empréstimos hipotecários. Diante de uma demanda em alta, o preço dos imóveis, que para alguns é apenas um ativo para proteção futura, está aumentando.

Há no Brasil uma grande falta de estatísticas que acompanhem a evolução desses preços (hoje muito elevados para imóveis de luxo), que poderão despencar no futuro.

De imediato, não há problemas, mas eles podem aparecer em razão de empréstimos de longo prazo.

Disponível em:

http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20090718/not_imp404575,0.php.

Acesso em: 11/10/09

ANEXO IX

Um herói para chamar de seu

Andrea Kauffmann Zeh

O heroísmo é um dos últimos enigmas do comportamento humano. Quando se trata de entendê-lo por meio de explicações racionais, é tão incompreensível quanto sua gêmea maligna, a brutalidade.

Os psicopatas são mais transparentes do que os heróis. Pelo menos já descobrimos o que os tornam perigosos: sua incapacidade de sentir qualquer empatia pelos outros. Já o heroísmo extremo é de difícil explicação científica. Trata-se de um impulso ilógico que desafia a biologia, a psicologia e o bom senso. Charles Darwin tinha dificuldades em explicar a ideia de se expor para salvar a vida de um estranho. "Aquele disposto a sacrificar a sua vida, como muitos selvagens fazem em vez de trair seus companheiros, frequentemente não deixam descendentes para herdar sua nobre natureza", observou Darwin, que conseqüentemente não conseguia encaixar o heroísmo na teoria da sobrevivência do mais forte.

Morrer pelos próprios filhos? Perfeitamente lógico. De acordo com Darwin, nossa única razão de existir é a de passar nossos genes para a próxima geração. Mas e morrer pelos outros? Contraproducente. Afinal, não importa quantos heróis fossem gerados, bastaria somente uma besta egoísta atleticamente sexual para minar toda a linhagem heróica. Os filhos dos egoístas se multiplicariam, enquanto os filhos do super-herói que seguissem o exemplo de seu superpai se sacrificariam até a extinção. Não é difícil de entender por que o comportamento heróico é raro.

Se o heroísmo é raro, a brutalidade, segundo Hannah Arendt, a teórica política alemã, é disseminada, como pôde constatar com o julgamento de Adolf Eichmann, acusado do genocídio de judeus. Hannah revelou à humanidade a banalidade do mal: a conclusão dos estudos psiquiátricos foi que Eichmann era terrivelmente normal, um novo tipo de monstro parecido com todos nós. O mal que vemos nos filmes é facilmente distinguível, mas, quando o inimigo não tem rosto nem endereço, isso o torna aterrorizante.

Gostamos de pensar que a linha entre o bem e o mal é impermeável, que as pessoas que cometem atrocidades estão no lado mal, nós no lado bom e que jamais cruzaremos a fronteira. Philip Zimbardo, da Universidade de Stanford, realizou em 1971

um controverso experimento sobre a banalização do mal conhecido como Experimento da Prisão de Stanford.

Para o experimento, foram escolhidos somente jovens inteligentes que não tinham história de envolvimento com crimes, drogas ou violência. Os voluntários foram submetidos a condições similares às desumanizantes das prisões, com um grupo selecionado aleatoriamente como guardas, outro como prisioneiros. Mas o que havia sido planejado para ser um experimento controlado tomou um rumo sinistro. Depois de rebeliões no 2º dia, os guardas começaram a utilizar formas de punição cada vez mais degradantes e os prisioneiros se tornaram cada vez mais passivos. Cada grupo absorveu o comportamento associado com seu papel mesmo não havendo recebido qualquer instrução. O experimento foi abortado após seis dias e somente graças a um ato heróico. Zimbardo considera esse ato a face mais importante do experimento.

Segundo Zimbardo, na ocasião, todos os pesquisadores envolvidos, inclusive ele próprio, além de um padre e um defensor público, foram incapazes de perceber as atrocidades que estavam acontecendo. Somente uma pessoa lembrou Zimbardo das condições inaceitáveis: uma subordinada que preferiu colocar sua carreira na reta a tomar parte na atrocidade.

O Experimento de Stanford revelou que os melhores indivíduos podem ser corrompidos, dependendo das circunstâncias. E que as situações que nos corrompem estão em qualquer lugar: no trabalho, na escola, em casa. Aqueles poucos indivíduos que resistem à banalização do mal são os que Zimbardo chama de heróis. Fica a pergunta que intriga cientistas como Zimbardo: e as circunstâncias capazes de trazer à tona o herói que vive em nós?

Existem heróis que dedicam sua vida a uma causa - Madre Teresa, Betinho, Chico Mendes. Essas pessoas são formidáveis. Mas é por acharmos que heróis são indivíduos superextraordinários, vestem farda de soldado ou de bombeiro, ou se comportam como o Super-Homem ou o Batman, que criamos a falsa impressão de que nenhum de nós pode ser um. No entanto, embora o heroísmo seja um comportamento raro, a maioria dos heróis são mais parecidos comigo ou com você.

Foi o que demonstraram os registros do Carnegie Hero Fund, criado por Andrew Carnegie, o empresário e filantropo escocês. Desde 1904, o Carnegie Hero Fund premia pessoas que espontaneamente praticaram atos de heroísmo extremo. O Fundo já avaliou mais de 80 mil casos de heroísmo e premiou quase 9 mil heróis, a maioria deles pessoas

comuns que à primeira vista não tinham nada para serem heróis. Eram indivíduos que se encontraram nas mesmas situações em que outras pessoas fingiam não saber o que estava acontecendo ou que colaboravam com o avanço do mal, mas que optaram por reagir à situação dramática de outro ser humano, ou por desafiar o mal diretamente, mesmo se expondo e/ou expondo os seus. Um grande exemplo: o "mero" sargento Joe Darby foi o herói que expôs os abusos da prisão das forças armadas americanas em Abu Ghraib, no Iraque, e que, pelo "feito", ele e sua família sofreram toda espécie de ameaças. O auto-sacrifício depende fortemente dos valores morais que internalizamos: Um homem não se auto-sacrificará por dinheiro, mas pode fazê-lo gratuitamente, concluiu Carnegie.

Então, se todas as forças evolutivas e consequências desvantajosas conspiram contra o heroísmo, por que tal comportamento existe? Segundo o biólogo Lee Dugatkin, o heroísmo, uma forma de altruísmo, provavelmente data da época em que vivíamos em tribos nômades, onde as pessoas tinham entre si alguma conexão familiar. Ao cometer um ato heróico elas estariam salvando uma parte do seu pool genético.

Estamos cercados de situações que fomentam a banalização do mal. Para banalizar o bem precisamos construir circunstâncias contrárias àquelas que insidiosamente nos corrompem: uma sociedade detentora de sistemas que permitam a contestação, a crítica e a verdade.

Quem sabe assim não precisaremos de super-heróis até para garantir direitos básicos de cidadania, notáveis brasileiros que, por denunciar abusos nos corredores do poder, ainda sofrem com tramas de punição e descrédito - sinais enviados por pseudopoderosos a qualquer um que se atreva a se comportar heroicamente neste país.

Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/suplementos,um-heroi-para-chamar-de-seu,390658,0.htm>. Acesso em 30/10/11

ANEXO X

É possível calar essas vozes?

John Palfrey, Bruce Etling e Robert Faris

A mensagem, postada no Twitter na manhã de quinta-feira, é uma das inúmeras que surgiram com a Revolução Iraniana Versão 2009, em que o namoro entre os jovens da elite deste país e as mais recentes tecnologias da internet transformou o impasse de outro modo apavorante que se vê nas ruas de Teerã numa história prazerosa.

De fato, a revolução está sendo comentada em blogs, no Twitter, no Facebook - e não apenas em Teerã. O blogueiro Andrew Sullivan contribuiu para despertar todo este estardalhaço cibernético com sua mensagem datada de 13 de junho - "a Revolução será divulgada pelo Twitter?" - na qual ele dizia que a utilização dessa plataforma significa que "não dá mais para segurar as pessoas. Não dá mais para controlá-las". E depois que o Departamento de Estado pediu ao Twitter que adiasse a manutenção prevista para a semana passada, a fim de que esta linha de comunicação entre o Irã e o resto do mundo permanecesse aberta, um dos fundadores da companhia, Biz Stone, postou uma mensagem meio acanhada, quase congratulando-se consigo mesmo, no seu blog: "Nos faz sentir humildes o fato de pensar que nossa companhia, criada há apenas dois anos, possa desempenhar um papel tão importante em termos globais e que as autoridades tenham chegado a destacar a nossa importância".

Não há dúvida de que assistimos ao surgimento de uma nova e poderosa força. Cidadãos que antes não tinham voz em público usam agora os recursos baratos da internet para falar ao mundo sobre o drama que se desencadeou desde que o presidente Mahmoud Ahmadinejad foi declarado o vencedor das eleições presidenciais, resultado que muitos contestam. Na semana passada, o governo conseguiu coibir o emprego da internet e das mensagens de texto, mas o Twitter demonstrou que é quase impossível bloqueá-lo. O termo de busca mais comum no Twitter foi durante dias "#eleiçõesiranianas" - o "hashtag" (forma de organizar os tópicos) das discussões sobre o Irã -, enquanto a imprensa internacional dependia e continua dependendo das informações e das imagens divulgadas por cidadãos via Twitter.

Mas, apesar de todas as suas promessas, existem limites precisos para o que Twitter e outras recursos da internet, como o Facebook e os blogs, podem fazer por cidadãos de sociedades autoritárias. Os 140 caracteres permitidos em um tweet não

representam o fim da política como a conhecemos - e às vezes podem até se revelar um instrumento útil para os regimes autoritários. Por maior que seja a sua profusão, os tweets não podem obrigar os líderes iranianos a mudar seu curso, como o aiatolá Ali Khamenei, o líder supremo do país, deixou claro na função religiosa da sexta-feira em sua dura repreensão aos manifestantes. No Irã, como em qualquer parte do mundo, se uma verdadeira revolução se desencadear, terá de ser offline.

Em primeiro lugar, a própria arquitetura interna do Twitter impõe limitações ao ativismo político. Há tantas mensagens pipocando a cada momento que será difícil que uma, especificamente, seja ouvida. E o limite de 140 caracteres - que constitui em parte o charme do serviço e o segredo do seu sucesso - restringe um argumento bem sustentado e suas nuances. De fato, "dê-me a liberdade ou então dê-me a morte" totaliza 41 caracteres, mas todo o discurso de Patrick Henry (um dos líderes da Independência americana) ultrapassou as 1.200 palavras. O mais emocionante é o efeito desse discurso em sua totalidade e o que ele revela a respeito do espírito do momento, mas ele se dirige a uma população de usuários ricos, que falam inglês e de bom nível acadêmico. O mesmo se aplica à blogosfera e às redes sociais como o Facebook.

Em segundo lugar, os governos ciosos do seu poder também podem usar o ciberespaço para reprimir quando se sentem ameaçados. O Estado iraniano tem uma das censuras online mais formidáveis do mundo. Somente na semana passada, as autoridades bloquearam o acesso ao YouTube, ao Facebook e à maioria dos sites mais citados pelos segmentos reformistas da blogosfera farsi. Reforça essa censura com a vigilância e a ameaça de prisão a quem se manifesta. Mesmo que o governo não consiga bloquear o discurso político ou a organização social, a possibilidade de retaliação futura pode apavorar os ativistas e os críticos mais devotados.

Paradoxalmente, a "liberdade de gritar" online pode na verdade até mesmo ajudar os regimes autoritários, servindo de uma espécie de válvula de escape política. Quando a dissensão é canalizada no ciberespaço, pode manter os manifestantes longe das ruas e ajudar as forças de segurança do Estado a perseguir ativistas políticos e as novas vozes online. Como disse na semana passada o ativista egípcio Saad Ibrahim, em defesa da democracia durante uma discussão no Instituto da Paz em Washington, isso parece fazer parte de uma longa tradição dos governos do Oriente Médio, principalmente no Egito, onde as divergências são canalizadas para as universidades e podem até florescer, desde que nunca ultrapassem os muros dessas instituições.

Em terceiro lugar, a blogosfera não está limitada a ativistas jovens, liberais, contrários ao regime; os simpatizantes do Estado mostram-se cada vez mais ativos na briga pela supremacia online. Nossa pesquisa na blogosfera iraniana mostra que os conservadores políticos e religiosos estão tão em evidência quanto os críticos do regime. Embora a blogosfera iraniana seja, na realidade, o foro no qual as mulheres falam dos seus direitos, os jovens criticam a polícia da suposta moralidade, os jornalistas lutam contra a censura, os reformistas pressionam pela mudança e os dissidentes exigem a revolução, é também o foro em que se elogia o líder supremo, se nega o Holocausto, se defende a Revolução Islâmica e se celebra o Hezbollah. É ainda o foro em que os grupos de estudantes islâmicos se mobilizam e líderes favoráveis ao establishment, como o presidente Ahmadinejad, procuram o contato com o seu eleitorado. Nossa pesquisa mais recente sugere que, no ano passado, o número e a popularidade dos blogueiros islâmicos e politicamente conservadores cresceram em relação ao dos reformistas seculares, talvez em razão dos acontecimentos que levariam às eleições presidenciais.

O bate-papo online tem um valor enorme por oferecer uma janela para uma sociedade que, de outro modo, ficaria fechada. Mas, no Irã, grande parte das conversações pela internet não tem absolutamente nada a ver com política ou revolução. A religião é o tema principal dos blogueiros - e não necessariamente a política da religião, e sim seus aspectos históricos, teológicos e pessoais. E qual é o tema mais frequentemente discutido nos blogs iranianos? A poesia.

Os regimes autoritários também estão impacientes por utilizar a internet para difundir sua própria marca de ativismo político. No Irã, por exemplo, a Basiji, uma força paramilitar voluntária sob a autoridade da Guarda Revolucionária, prometeu criar 10 mil blogs para combater o que definiu como elementos estrangeiros que tentam promover a revolução online. (A iniciativa acabou fracassando.) Os partidários do governo também realizaram ataques cada vez mais sofisticados a sites populares em farsi, por considerar que não defendiam suficientemente o governo ou não criticavam as ações de Israel na Faixa de Gaza, no inverno passado.

Na Rússia, pessoas que apoiam a renovada afirmação geopolítica do país lançaram ataques online a críticos do governo. Durante a Revolução Laranja na Ucrânia, em 2004 e 2005, os sites dos que protestavam foram invadidos e temporariamente fechados. O mesmo aconteceu em 2007 com os sites oficiais do governo e dos bancos

na Estônia, depois que o governo do país decidiu mudar um monumento da era da Guerra Fria, que homenageava soldados soviéticos, de lugar. Imediatamente antes do conflito do ano passado entre a Rússia e a Geórgia, foram realizados os chamados DDOS (Distributed Denial Of Service, ou ataques de negação de serviço) contra sites do governo georgiano. É quase impossível saber quem é responsável por estes atos, mas, na Estônia, o movimento da juventude Nashi, pró-Kremlin, reivindicou a responsabilidade pelos ataques.

Na China, o governo ajudou a treinar e financiar um grupo que se infiltrou nas salas de bate-papo chinesas e em fóruns da internet a fim de combater as discussões contrárias ao partido. Chamados em seu conjunto de "partido dos 50 cents", por causa do pagamento que supostamente recebem para cada postagem favorável ao governo, esses policiais cibernéticos procuram boletins populares e tentam torcer as discussões que poderiam criticar o Partido Comunista ou a política do governo.

E, apesar disso, as conversas no Twitter continuam. Enquanto países como o Irã reprimem os discursos e a organização online, os assíduos da internet encontram maneiras de burlar os controles estatais. No Irã, assim como na China, Mianmar e em partes da ex-União Soviética, está ocorrendo um verdadeiro processo "liga e desliga", em que os cidadãos falam e o Estado reprime.

Evidentemente, os governos sempre têm uma espécie de opção nuclear a respeito da rede: fechá-la e mantê-la fechada. Foi o que aconteceu em Mianmar quando os monges foram para as ruas em 2007. É a política usada pela Coreia do Norte e por Cuba, onde poucos têm acesso à internet, em geral para fins muito limitados.

No entanto, a maioria dos governos autoritários parece mais ambivalente. Eles temem as repercussões políticas do amplo uso da internet, mas temem também as consequências econômicas e políticas de uma proibição ainda mais rigorosa.

Basta ver o bloqueio e desbloqueio constante do Facebook no ano passado, no Irã. Quando o site funciona, os cidadãos usam-no como uma ferramenta efetiva de organização em favor do candidato da oposição - no caso atual, os 65 mil integrantes do grupo favorável a Mir Hossein Mousavi. O Estado então começa a se irritar com a força dessa ação coletiva e bloqueia o acesso ao Facebook. Depois de algum tempo, muitas pessoas reclamam porque a proibição é suspensa para em seguida voltar a vigorar.

O mesmo acontece na China, onde nos últimos quatro anos, a Wikipedia foi bloqueada e desbloqueada, e onde recentemente o Twitter e o YouTube foram fechados por ocasião do 20º aniversário da repressão na praça de Tiananmen.

Então, quem vencerá? Estarão os regimes militares dispostos a conceder ao seu povo a autonomia decorrente do acesso irrestrito à internet? Ou estes regimes submeterão a rede à sua vontade exercendo a censura, a vigilância e a propaganda?

Com tantos indivíduos capazes de burlar os esforços do governo para bloquear a comunicação online, particularmente através do Twitter, é surpreendente que o governo iraniano não tenha fechado completamente o acesso à internet. Do mesmo modo, como descobrimos em nosso recente estudo da blogosfera árabe, o governo egípcio tolera uma ampla atividade dos blogs por parte da Irmandade Muçulmana, e proíbe suas outras atividades. Os chineses abrandam frequentemente suas normas mais rigorosa sobre o uso da rede, ao longo do tempo. E a junta militar de Mianmar não mantém a internet desligada por muito tempo. Recentemente, quase todos esses regimes preferiram deixar a internet mais aberta do que fechada, e depois trataram de regulamentar atividades específicas que consideram perigosas.

Afinal, parece que as pessoas que vivem em regimes autoritários como o do Irã são tão viciadas em internet quanto todos nós. Muito embora em geral os governos reprimam, não podem manter a internet fechada por muito tempo sem uma forte reação dos cidadãos. As autoridades iranianas têm o poder de fechar a internet da mesma maneira como já fecharam os jornais reformistas, mas talvez estejam mais preocupados agora com a possibilidade de que qualquer ação empurre aqueles que estão apenas assistindo - ou blogando ou twittando - para junto das multidões de manifestantes que já estão nas ruas.

Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/suplementos,e-possivel-calar-essas-vozes,394866,0.htm>. Acesso em: 30/10/11

